

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Mestrado em Comunicação e Sociedade

Isabela Rodrigues Veiga

**COBERTURAS JORNALÍSTICAS E CONSTRUÇÃO DE REPUTAÇÃO INSTITUCIONAL:  
A representação da Polícia Federal na imprensa e seus reflexos identitários**

Juiz de Fora  
2009

ISABELA RODRIGUES VEIGA

COBERTURAS JORNALÍSTICAS E CONSTRUÇÃO DE REPUTAÇÃO INSTITUCIONAL:  
A representação da Polícia Federal na imprensa e seus reflexos identitários

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em Comunicação Social na Faculdade de Comunicação Social da UFJF.  
Área de Concentração: Comunicação e Identidades.

Orientador: Prof. Dr. Boanerges Lopes

Co-orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal

Juiz de Fora  
2009

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sistema integração entre níveis de estudo da identidade .....	25
Figura 2 – Gráfico da relação nº de matérias por jornal .....	78
Figura 3 - Gráfico da relação nº de matérias por operação .....	79
Figura 4 – Gráfico: perfil das capas analisadas .....	80
Figura 5 – Gráfico: diagramação das chamadas de capa .....	82
Figura 6 – Gráfico: diagramação das matérias .....	85
Figura 7 – Gráfico: matérias de página inteira .....	86
Figura 8 – Gráfico: temáticas mais recorrentes .....	91
Figura 9 – Capa do <i>O Globo</i> (14/04/2007) .....	93
Figura 10 – Capa da <i>Folha de S. Paulo</i> (06/06/2007) .....	94
Figura 11 – <i>O Globo</i> (05/06/2007, p. 03) .....	95
Figura 12 - <i>Tribuna de Minas</i> (10/04/2008, p.03) .....	96
Figura 13 – Gráfico: crescimento das operações da PF .....	119

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1 IDENTIDADE E IDENTIDADE ORGANIZACIONAL</b> .....	12
1.1 DA REIFICAÇÃO À CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE: SOCIALIZAÇÃO E PAPÉIS SOCIAIS .....	13
1.2 REPRESENTAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO: AS IDENTIDADES NA MODERNIDADE LÍQUIDA .....	18
1.3 IDENTIFICAÇÃO, IDENTIDADE ORGANIZACIONAL – UMA ABORDAGEM CULTURAL .....	24
1.4 IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÃO PÚBLICA – IMAGEM, PRESTÍGIO SOCIAL E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA .....	31
<b>2 REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS DAS AÇÕES POLICIAIS</b> .....	37
2.1 MÍDIA E SISTEMAS DE REPRESENTAÇÃO .....	38
2.2 O CRIME COMO VALOR NOTÍCIA E O PAPEL SOCIAL DO JORNALISTA .....	43
2.3 A (AUTO)REPRESENTAÇÃO DA IMPRENSA E A REPRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO POLICIAL .....	50
<b>3 COMO AVALIAR A REPRESENTAÇÃO DA PF NA IMPRENSA? DELIMITAÇÃO DO OBJETO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	59
3.1 DAS OPERAÇÕES .....	60
3.2 DA ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	63
3.3 DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA .....	67
3.4 DA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE .....	75
<b>4 O DESTAQUE EDITORIAL DAS OPERAÇÕES DA PF N’O <i>GLOBO</i>, <i>FOLHA DE S. PAULO</i> E <i>TRIBUNA DE MINAS</i></b> .....	78
4.1 VISIBILIDADE DAS OPERAÇÕES NAS MANCHETES .....	80
4.2 DESTAQUE EDITORIAL NAS MATÉRIAS DAS PÁGINAS INTERNAS .....	84
4.3 AS IMAGENS DA COBERTURA .....	91
<b>5 A REPRESENTAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL E DOS ACUSADOS N’O <i>GLOBO</i>, <i>FOLHA DE S. PAULO</i> E <i>TRIBUNA DE MINAS</i></b> .....	97
5.1 A VILANIZAÇÃO DOS ACUSADOS .....	98
5.2 METÁFORAS E ESCOLHAS SEMÂNTICAS PARA DESIGNAR AS OPERAÇÕES ....	102
5.3 “NUNCA ANTES NESSE PAÍS”: AS VOZES DE “OUTROS” RATIFICAM A NOVIDADE DA POSTURA DA POLÍCIA FEDERAL .....	107

<b>6 IMAGEM E IDENTIDADE: A PF VISTA PELOS PROFISSIONAIS QUE A CONSTITUEM</b> .....	114
6.1 A REALIDADE CONTEMPORÂNEA DA POLÍCIA FEDERAL .....	117
6.2 A CONSTRUÇÃO DA ALTERIDADE: QUEM SÃO OS INIMIGOS DA PF? .....	120
6.3 AUTO-IMAGEM: O “LADO BOM” DA REPÚBLICA .....	124
6.4 IMAGEM E AUTO-IMAGEM: MÍDIA, PRESTÍGIO, REPUTAÇÃO E ORGULHO .....	127
6.5 A UNIDADE NA DIVERSIDADE: UMA IMAGEM CORPORATIVA, MAS IDENTIDADES MÚLTIPLAS .....	131
<b>CONCLUSÃO</b> .....	134
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	142
<b>APÊNDICE</b>	
ENTREVISTAS COM POLICIAIS FEDERAIS .....	148

Isabela Rodrigues Veiga

Coberturas jornalísticas e construção de reputação institucional:  
A representação da Polícia Federal na imprensa e seus reflexos identitários

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em Comunicação Social na Faculdade de Comunicação Social da UFJF.

Orientador: Prof. Dr. Boanerges Lopes  
Co-orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal

Dissertação aprovada em 27/03/09 pela banca composta pelos seguintes membros:

---

Prof. Dr. Boanerges Lopes - Orientador - UFJF

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal – Co-orientador - UFJF

---

Prof<sup>ª</sup> Dra. Iluska Coutinho – Membro interno - UFJF

---

Prof. Dr. Jorge Antônio Menna Duarte – Membro externo - UCB

Conceito obtido: \_\_\_\_\_

Juiz de Fora  
2009

## RESUMO

No contexto da contemporaneidade, em que os meios de comunicação exercem importante papel de mediação para bilhões de cidadãos mundo afora, muito se questiona acerca de seus reflexos na construção, consolidação ou transformação das identidades individuais e coletivas. Afinal, qual o impacto que os *media*, enquanto sistemas de representação, exercem sobre o processo identitário? Mais especificamente, de que modo a imagem pública de uma instituição impacta o modo como seus próprios membros a reconhecem e se reconhecem? É este questionamento que o presente trabalho apresenta. Constituem-se, portanto, como objetos de pesquisa, por um lado, as coberturas jornalísticas de operações da Polícia Federal (PF) feitas pelos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e Tribuna de Minas; por outro, os reflexos dessas coberturas sobre a identidade dos próprios policiais federais. A partir da análise (de conteúdo e de discurso) do material noticioso sobre a atuação da PF em cinco operações, aponta-se que o órgão policial é representado como uma instituição heróica e justiceira, focada no combate à corrupção. Anuncia-se a PF como a garantidora da ordem pública, dos bens da união e, ao mesmo tempo, a instituição que está quebrando o paradigma da impunidade de ricos e poderosos. Com base nas entrevistas realizadas com policiais federais, constata-se que os discursos apresentados pelos membros da instituição são similares aos da mídia. Os policiais se entendem pertencentes a uma organização que está moralizando o Brasil, colocando atrás das grades pessoas antes consideradas intocáveis.

**Palavras-chave:** Identidade; Imagem; Imprensa; Polícia Federal; Representação; Reputação

## ABSTRACT

In the contemporary context in which the media perform an important role of mediation for billions of people worldwide, much is questioned about its reflections on the construction, consolidation and transformation of individual and collective identities. After all, what is the impact that the media as systems of representation, carry on the identity process? More specifically, how the public image of institution impact on how its members recognize the institution and recognize themselves? These are the questions raised by this work. Therefore the objective of this research is, on the one hand, the journalistic coverage of operations of the Federal Police (PF) made by the newspapers *O Globo*, *Folha de S. Paulo* and *Tribuna de Minas*, and on the other hand, the effects of this coverage on the identity of the federal police. By analyzing (content and speech) the news about the performance of PF in five operations, it is realized that the national police is represented as a heroic and righteous institution, focused on combating corruption. The PF is announced as guarantor of public order, the assets of the state union and at the same time, the institution that is breaking the paradigm of impunity of the rich and powerful. Based on interviews with federal police, it appears that the speeches made by members of the institution are similar to the media. The policemen believe they are part of an organization that is bringing ethics to Brazil, putting behind bars people historically considered untouchable.

**Keywords:** Identity, Image, Media, Federal Police; Representation; Reputation



## INTRODUÇÃO

O volume e a velocidade de circulação das informações veiculadas pela mídia aumentam exponencialmente num mundo que é cada vez mais globalizado – inclusive através da consolidação de novos ambientes comunicacionais, como a internet. Diante dessa crescente presença dos artefatos e lógicas midiáticas na vida cotidiana, muito se questiona acerca dos processos de construção e reconstrução das identidades.

Afinal, como nos reconhecemos individual e coletivamente? De que modo nos percebemos como pertencentes a determinado grupo se as referências deste núcleo de pertencimento estão constantemente sendo mediadas, transformadas e atualizadas? Toda identidade é constituída, acima de tudo, pelos mecanismos de representação social que nos rodeiam incessantemente dentro de um determinado sistema cultural – e cada vez mais os meios de comunicação desempenham papel central nesse processo.

Se é verdade que a constituição de discursos sobre o “eu” ou o “nós” é um fenômeno eminentemente cultural (daí o diálogo, empreendido ao longo do capítulo, com os Estudos Culturais), os processos identitários não podem, contemporaneamente, prescindir da discussão sobre os efeitos dos meios de comunicação. Nosso conhecimento do mundo é também permeado pela visão dos *media* (em determinados casos, é preferencialmente através deles que alguns se integram ao contexto sócio-cultural e assumem posições-de-sujeito).

Seguindo estas premissas, este trabalho parte, no primeiro capítulo, de uma discussão teórica, de base sociológica e cultural, acerca da formação das identidades sociais. Com fundamento nos pressupostos do Interacionismo Simbólico sobre os processos de socialização, tal como propostos por Erving Goffman (1999), considera-se aqui que as relações de trabalho e o significado que atribuímos à atividade laboral constituem uma das

fontes seminais para a formação das identidades: elas são sistemas valorativos e de representação fundamentais.

Consideramos, ainda, que não apenas a interação face-a-face fornece o aporte simbólico para a formação de identidades. Conforme ressaltado, os *media* também atuam na instituição do “eu”. É neste contexto que o presente trabalho propõe as seguintes questões: quando alguns dos principais jornais do país fazem a cobertura das operações da Polícia Federal (PF), eles agregam quais valores à imagem pública da instituição? E ao fazê-las, como isso se relaciona com a identidade corporativa e com as identidades dos colaboradores da PF?

É notório que a Polícia Federal tem efetuado um trabalho de destaque social. Esta pesquisa apresenta evidências do incremento no número de operações realizadas, especialmente, as voltadas para o combate à corrupção e ao crime organizado nos Três Poderes. O reflexo desta atuação é perceptível na sociedade, que tem depositado credibilidade na instituição. Recentemente, uma pesquisa realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) <sup>1</sup> revelou que a PF é a instituição pública com maior credibilidade junto à população. Por outro lado, a classe política é considerada a que menos inspira confiança e, portanto, credibilidade.

Mas entender a consolidação da Polícia Federal em nossa sociedade é também direcionar nossos olhares às produções midiáticas. Afinal, se muitos cidadãos tomam conhecimento do mundo quase exclusivamente pela mídia, ou seja, se alguns de nós conhecemos as ações da PF por meio, por exemplo, dos jornais, nos resta questionar: de que modo as notícias são construídas?

Se no primeiro capítulo, o enfoque deste trabalho está na constituição das identidades, especialmente, das identidades organizacionais, o segundo capítulo aborda o

---

<sup>1</sup> Intitulada *A imagem das instituições públicas brasileiras*, a pesquisa realizada pela AMB, em 2007, teve como objetivo verificar a credibilidade das instituições públicas junto à sociedade. A amostra foi de 2011 pessoas residentes no Brasil e a realização da pesquisa aconteceu entre 04 a 20 de agosto do referido ano.

modo como os jornais operam na construção das notícias. Usamos o termo ‘construção’, pois partimos do pressuposto de que a notícia é socialmente construída, ou seja, nela estão inseridas bases ideológicas, a cultura e o conhecimento de seu produtor.

O referido capítulo ainda aborda a presença do valor-notícia crime e sua manifestação ao longo de toda a história do jornalismo. Supondo que a cobertura das ações da Polícia Federal não seja só um enfoque da mídia sobre acontecimentos que envolvem transgressão das regras (crime), busca-se discutir de que maneira se verifica, nas coberturas, a notoriedade atribuída ao ator principal: as evidências apontariam para a prevalência da lógica do escândalo?

Por outro lado, não podemos esquecer que os jornalistas, ao produzirem suas notícias, o fazem por meio de fontes oficiais. Conforme explicaremos, em se tratando de matérias de cunho policial, isso se torna ainda mais evidente, uma vez que o órgão investigativo é o que direciona o enfoque da notícia, segundo sua própria visão.

Para adentrar no objeto de pesquisa, selecionamos matérias das operações da PF de três jornais: *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Tribuna de Minas*. Escolhemos, ainda, cinco operações, a saber: *Hurricane*, *Navalha*, *Xeque-Mate* (âmbito nacional), *Pasárgada* e *De Volta para Pasárgada* (âmbito regional). Selecionamos como recorte temporal sete dias após a deflagração das referidas operações.

Determinado o *corpus* da pesquisa, utilizamos três metodologias distintas, cada qual visando à obtenção de evidências diferentes, mas complementares. No capítulo 4, analisamos o conteúdo das matérias selecionadas, buscando conhecer as temáticas mais recorrentes, a disposição visual das notícias, as imagens predominantemente utilizadas como ilustração, entre outros aspectos.

No capítulo 5, utilizamos os referenciais teórico-metodológicos da análise de discurso. A linha teórica escolhida é a proposta por Norman Fairclough – Análise Crítica do

Discurso. Esta metodologia parte do pressuposto de que não existem enunciados livres, isentos de ideologia e cultura.

Ressaltamos que mesmo um texto pretensamente isento (como o jornalístico) deixa pistas, marcas discursivas que reverberam outros textos e contextos. Desta maneira, almeja-se interpretar estas pistas por meio da interface entre texto, práticas discursivas e práticas sociais, a análise tridimensional criada por Fairclough.

Por fim, para que possamos verificar se realmente a identidade projetada pela mídia tem reflexos sobre a organização policial e a auto-imagem dos policiais, realizamos entrevistas em profundidade com os membros da instituição. Desta maneira, no capítulo 6, após o mapeamento dos principais discursos e características da cobertura jornalística das operações da PF, procura-se perscrutar se os policiais internalizam a identidade/imagem projetada pela mídia sobre a PF.

## **1 IDENTIDADE E IDENTIDADE ORGANIZACIONAL**

Refletir sobre o conceito de identidade implica deparar-se com numerosas acepções, muitas vezes contraditórias entre si e provenientes dos mais variados campos do saber. Mesmo considerando apenas a área das ciências humanas, como a sociologia ou a antropologia, distintas definições oferecem-se concorrencialmente. A presente dissertação utilizará o conceito de identidade na acepção sugerida por duas tradições teóricas – o interacionismo simbólico e os estudos culturais – que reforçam a dimensão simbólica e cultural (e, portanto, comunicacional) dos fenômenos identitários.

A realidade que nos cerca pode ser apreendida objetivamente, permitindo-nos conhecê-la em sua natureza essencial? A esta questão, milênios de (inconcluso) debate filosófico pretendem responder. Não se objetiva aqui recuperar extensivamente essa discussão, mas apenas apresentar a resposta que usualmente se dá à pergunta a partir das perspectivas do interacionismo simbólico, de um lado, e dos estudos culturais, de outro.

Reforçando o caráter iminentemente humano, social, cultural e simbólico – ou seja, ressaltando os significados que damos à realidade, mais do que a presunção de acesso à ontologia do mundo – estas tradições deslocam o conceito de identidade para um terreno no qual a linguagem adquire especial relevância. Tal escolha teórica parte do pressuposto de que a linguagem funciona como uma instância do simbólico, ordenando e conferindo significações. A linguagem, portanto, vai além do conceito de comunicação, atuando também como mecanismo importante na formação das identidades.

É através da língua que a cultura se torna mais perceptível, pois é por meio dela que os atores dão sentido ao mundo em que vivem e suas próprias ações. Ela consegue ordenar a sociedade em grupos distintos, inclusive em categorias profissionais.

Neste sentido, ao analisar a identidade da organização não tomaremos como base a concepção apenas da formação da imagem corporativa, a visão externa da organização. Nesta pesquisa, o estudo da identidade organizacional irá requerer um enfoque na gama de símbolos, valores e crenças que são internalizados por aqueles que fazem parte da organização. Esta, internalização, conforme ressaltado, se dá, sobretudo, através da linguagem, especialmente, dos discursos projetados pela mídia.

Este capítulo dedicará especial atenção à problemática das identidades, centrando-se nas seguintes questões: de que modo são produzidas? Qual sua relação com o contexto sócio-cultural? Nas organizações, como perceber as identidades? De que modo a identidade da organização se manifesta em seus membros? E, por fim, qual a relação dos meios de comunicação na constituição das identidades sociais?

## 1.1 DA REIFICAÇÃO À CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE: SOCIALIZAÇÃO E PAPÉIS SOCIAIS

Segundo Peter Berger e Thomas Luckmann (1996), normalmente vivemos os mais diversos papéis sociais que ocupamos de maneira automática, e entendemos o nosso mundo sob o viés da objetividade e do materialismo. É como se acreditássemos que a realidade é composta por fatos que emergem em nossos cotidianos inesperadamente, prontos e isentos de qualquer intervenção humana.

Berger e Luckmann denominam de reificação “a apreensão dos fenômenos humanos como se fossem coisas, isto é, em termos não humanos ou possivelmente super-humanos” (1996, p. 122). Isso acontece quando o indivíduo se esquece de sua própria autoria

no mundo humano, ou seja, quando ele perde a consciência de que o mundo que o cerca é produto de sua ação.

É possível dizer que a reificação constitui o grau extremo do processo de objetivação, pelo qual o mundo objetivado perde a inteligibilidade que possui como empreendimento humano e fixa-se como uma facticidade não humana, não humanizável, inerte. (...) O homem, o produtor de um mundo, é apreendido como produto deste, e a atividade humana como um epifenômeno de processos não humanos. Os significados humanos não são mais entendidos como produzindo o mundo, mas como sendo por sua vez, produtos da natureza das coisas. (BERGER & LUCKMANN, 1996, p.123)

Os citados autores ainda explicam que também as identidades podem ser reificadas, especialmente quando o setor da autoconsciência que foi objetivado num papel é também percebido como uma fatalidade inevitável. “A fórmula paradigmática nessa espécie de reificação é a proposição ‘não tenho escolha neste assunto, tenho de agir desta maneira por causa de minha posição’, como marido, pai, general, arcebispo, presidente de diretoria” (BERGER & LUCKMANN, 1996, p.125).

Ou seja, a reificação dos papéis estreita a distância subjetiva que o indivíduo pode estabelecer entre si e o papel social que exerce. Sendo assim, o indivíduo passa a se identificar tão somente com tipificações que lhe são atribuídas socialmente. Berger e Luckmann, assim como outros autores de corte interacionista, consideram que esta leitura costuma ignorar o fato de que a realidade é permanente construção humana. Em outras palavras, o entendimento está centrado na idéia de que tudo que nos cerca do ponto de vista da constituição de significados sociais está atrelado à produção/interferência humana.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que o mecanismo de socialização é marcado pelo diálogo entre realidade subjetiva e realidade objetiva. A realidade objetiva faz referência ao mundo institucionalizado, legitimado, o mundo das coisas. Contudo, este mundo nada mais é que uma produção humana, pois se trata da subjetividade humana (pensamentos, emoções, valores, crenças, etc) objetivada.

A partir desta premissa, a sociedade deve ser concebida “em termos de um processo dialético em curso, composto de três momentos, exteriorização, objetivação e

interiorização” (BERGER & LUCKMANN, 1996, p.173). Estes processos acontecem simultaneamente e nos fazem perceber que a realidade é construída socialmente. Através de signos (palavras, por exemplo), somos capazes de exteriorizar nossas idéias e pensamentos mais íntimos. Tornamos a realidade “mais palpável” para o outro, especialmente, numa comunicação face a face. Esta realidade objetivada é também interiorizada, auxiliando na permanente configuração e reconfiguração do mundo que conhecemos como ‘realidade da vida cotidiana’.

Ressalte-se que as bases desta arquitetura estão num dos principais mecanismos simbólicos e de representação: a linguagem. É através da linguagem que o homem se expressa, ou seja, é através de conversas, relatos e notícias que a realidade é objetivada e os discursos passam a delinear os papéis sociais. Sendo assim, a identidade, considerada sob o aspecto não-essencialista, está diretamente ligada à questão da linguagem.

A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos no contexto de relações culturais e sociais. (...) Dizer por sua vez, que a identidade e a diferença são resultado de atos de criação lingüística significa dizer que elas são criadas por atos de linguagem. (...) É apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais. (SILVA, 2000, p77)

Temos, portanto, desde o nosso nascimento, a presença da linguagem, como mecanismo simbólico capaz de nos auxiliar a compreender a realidade objetivada, bem como parte da subjetividade do outro. É por meio da linguagem e da cultura que damos significados à experiência que temos de nós mesmos para, conseqüentemente, adotarmos uma identidade. Este mecanismo de domínio dos signos (linguagem) e reconhecimento da ‘posição-de-sujeito’ no discurso acontecerá juntamente com dois processos contínuos, quais sejam, o da socialização primária e secundária.

O indivíduo não nasce como membro da sociedade, mas com predisposição a tornar-se uma pessoa ambientada no tecido social em que é criada e educada. O ponto chave



do processo capaz de integrar a pessoa ao seu núcleo social de pertencimento é a interiorização da sociedade, realidade e identidade.

Assim, a partir desta premissa, Berger e Luckmann chamam de socialização primária a forma como a criança torna-se membro da sociedade. É a primeira experiência de um indivíduo frente a outros significativos, como os que pertencem à família, por exemplo.

Somos introduzidos na sociedade por meio de uma família, é ela quem estabelece regras para podermos conviver em uma sociedade que é tomada como certa, pois já existia muito antes do nosso nascimento. Esta socialização (primária) ocorre em circunstâncias carregadas de emoção, onde a criança se identifica com outros significativos (pais, parentes próximos), absorvendo seus papéis e atitudes, tornando-os seus. (BAUER & MESQUITA, 2007, p.21)

Neste momento, a criança ganha uma identidade (eu sou Maria, filha de Tomaz, por exemplo) que lhe é apresentada e outorgada de modo objetivo, direcionado. A criança percebe que possui um lugar específico no mundo. A linguagem, logicamente, funciona como um veículo importante nesta apreensão dos significados do mundo e dos papéis sociais exercidos por familiares, bem como seu próprio papel no tecido social.

Contudo, o processo de interiorização da identidade não acaba na infância. Por toda a vida, o indivíduo recebe informações e valores que agregam e constituem um leque de papéis sociais a serem interpretados. Desta maneira, sustenta-se que há a socialização secundária quando a criança passa a também interiorizar submundos institucionais (como da escola, da igreja, do trabalho, etc).

Esta forma de socialização também se dará por meio de símbolos rituais e materiais, como, por exemplo, pela linguagem técnica referente a uma determinada área do conhecimento. De toda maneira, o processo de socialização secundária é uma continuação da primária, pois ambos devem ser coerentes e compatíveis. Ou seja, uma criança indígena, que foi apresentada ao mundo por meio da cultura e linguagem específica dos índios (socialização primária), provavelmente não se identificará com os valores agregados ao papel social de um economista, logo, não adotará esta identidade.

Enfim, o que se quer demonstrar é que as identidades são formadas e construídas através de processos sociais. “Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social” (BERGER & LUCKMANN, 1996, p.228).

Nesse sentido, há a emergência do conceito de *self* (si-mesmo), termo utilizado por George Mead (apud BAUER & MESQUITA, 2007) – um dos precursores do interacionismo simbólico - que essencialmente faz referência à estrutura social.

A unidade e a estrutura do si-mesmo refletem a unidade e estrutura do processo social como um todo. Sendo assim, ele é uma articulação das experiências subjetivas do indivíduo (eu), com os papéis objetivos que a sociedade apresenta (o mim). O si-mesmo depende fundamentalmente dos grupos aos quais o indivíduo pertence, pois o indivíduo possui o si-mesmo somente em relação aos si-mesmos dos outros membros do seu grupo social. (MEAD apud BAUER & MESQUITA, 2007, p.18)

Existe, neste aspecto, a confirmação dos papéis sociais, que nada mais são uma forma por excelência de institucionalização. As instituições incorporam-se à experiência do indivíduo por meio dos papéis. Estes, lingüisticamente objetivados, são um ingrediente essencial do mundo objetivamente acessível de qualquer sociedade. “Ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar estes papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele” (BERGER & LUCKMANN, 1996, p.103).

Seguindo raciocínio parecido, Erving Goffman (1999) realizou estudo sobre a representação dos papéis sociais. Ele analisou a forma como a pessoa (ator), em sua vida cotidiana, interpreta, através da linguagem e das ações, os diferentes papéis que a sociedade, ou melhor, ‘os outros’ esperam dela. O aspecto central da pesquisa de Goffman está na definição de interação. Para ele, é nos contatos diários, especialmente, na comunicação face-a-face, que é possível determinar a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros. Neste sentido estaríamos a todo tempo representando papéis sociais e definindo nosso

local no mundo. Goffman (1999), citando Park, explica a relação do homem com a representação.

Não é provavelmente um mero acidente histórico que a palavra “pessoa”, em sua acepção primeira, queira dizer máscara. Mas, antes, o reconhecimento do fato de que todo homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel... É nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros, é nesses papéis que conhecemos a nós mesmos. (PARK apud GOFFMAN, 1999, p.27)

Assim, em uma dada realidade social, podemos dizer que um papel social poderá envolver um ou mais movimentos, e que cada um destes pode ser representado pelo ator numa série de oportunidades para o mesmo tipo de público ou para um público formado pelas mesmas pessoas. Quando descrevemos, por exemplo, as ‘encenações’ de um professor, temos que considerar os distintos ‘cenários’ a serem analisados: a sala de aula, a sala dos professores, a casa do professor, o bar que este indivíduo frequenta, entre outros. É lógico que adotaremos nossas posturas e/ou identidades por meio de prévias identificações, pelo sentimento de pertencimento ao grupo.

## 1.2 REPRESENTAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO: AS IDENTIDADES NA MODERNIDADE LÍQUIDA

Vimos anteriormente que o indivíduo percebe seu lugar no mundo através do papel social que exerce frente aos outros atores sociais. É desta maneira, que confirma seu status de indivíduo presente em dada sociedade, detentor de personalidade e identidade específicas.

Por isso, autores como Kathryn Woodward (2000) asseveram que a identidade é relacional, marcada, especialmente, pela diferença. Quando afirmo que sou brasileira, estou

negando todas as outras possíveis identidades nacionais (portuguesa, inglesa, americana, etc). E, ainda, é através de uma marcação simbólica que a diferença é estabelecida, ou seja, torna-se visível.

O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e as relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais. (WOODWARD, 2000, p. 14)

Assim, afirmar uma identidade significa demarcar fronteiras, ou seja, determinar o que fica fora e o que fica dentro. A relação “nós” e “eles” é acentuada pelos sistemas de significação. Afinal, identidade e diferença não são produto da natureza humana, mas da cultura e dos sistemas simbólicos que a compõem.

Desta forma, é essencial trazer à tona a relação entre representação e identidade. Isto porque a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. A representação deve ser entendida como um processo cultural, capaz de fornecer subsídios capazes de responder às perguntas: quem sou eu? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Nesta perspectiva, a representação

No registro pós-estruturalista, (...) é concebida unicamente em sua dimensão de significante, isto é, como sistema de signos, como pura marca material. A representação expressa-se por meio de uma pintura, de uma fotografia de um filme, de um texto, de uma expressão oral. (...) a representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema lingüístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder. (SILVA, 2000, p.90 e 91)

Quando falamos, lemos uma notícia, ouvimos uma música, interpretamos um quadro, estamos utilizando sistemas de representação. É através destes últimos que atribuímos sentido ao mundo que nos rodeia, bem como à nossa própria vida. Com a representação, a identidade e a diferença adquirem sentido.

Contudo, para que um indivíduo assuma determinada identidade, não basta apenas verificarmos a existência de sistemas de representação. É necessário que exista um ânimo subjetivo para que, através da identificação, possamos assumir identidades. A identificação é o processo pelo qual nos aproximamos simbolicamente dos outros, seja pela ausência de uma consciência da diferença ou da separação, seja por uma suposta similaridade.

O conceito de identificação tem sido retomado (...) para explicar a forte ativação dos desejos inconscientes relativamente a pessoas ou imagens, fazendo com que seja possível nos vermos na imagem ou na personagem representada na tela. Diferentes significados são produzidos por diferentes sistemas simbólicos, mas esses significados são contestados e cambiantes. (WOODWARD, 2000, p.18)

Sabendo que a cultura e, especialmente, a linguagem dão significado à experiência que temos de nós mesmos, ou seja, guiam-nos a assumir determinada identidade, podemos dizer que os sujeitos são sujeitados aos discursos. E são estes próprios indivíduos que irão se posicionar e identificar frente às identidades apresentadas e assumir suas posições-de-sujeito. Althusser (apud WOODWARD, 2000, p.60), ao desenvolver sua teoria da subjetividade, considera o sujeito como uma categoria simbolicamente construída, já que depende da identificação deste perante sistemas de representação. Para o citado teórico, 'interpelação' é termo utilizado para explicar a forma pela qual os sujeitos se reconhecem como tais.

Esse processo de interpelação nomeia e ao mesmo tempo, posiciona o sujeito que é, assim, reconhecido e produzido por meio de práticas e processos simbólicos. Ocupar uma posição-de-sujeito determinada como, por exemplo, a de cidadão patriótico, não é uma questão simplesmente de escolha pessoal consciente; somos, na verdade, recrutados para aquela posição ao reconhecê-la por meio de um sistema de representação. (WOODWARD, 2000, p.61)

Ressalte-se que a todo tempo estamos frente a diversos sistemas de representação, o que nos faz concluir que a identidade não é fixa e imutável, mas algo que está em constante processo de construção e modificação – sobretudo numa era marcada por uma variável importante no atual processo de constituição de identidades, qual seja, a globalização.

Vivemos em um tempo em que a distância não interfere mais tão significativamente no acesso às demais culturas, aqui entendidas como sistemas de significação. A relação

espaço-tempo está modificada, especialmente, devido aos novos meios de comunicação. Através da internet ou, até mesmo, de TVs a cabo, conhecemos outros modos culturais e uma enorme gama de sistemas de representação nos são apresentados. Por isso, é possível verificarmos, em nosso meio social, indivíduos que adotam estilos de vida típicos de distantes culturas, como a do Japão, por exemplo.

A globalização se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado. (...) Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’ (HALL, 2006, p 67 e 75)

Assim, diante do contexto da globalização, podemos dizer que hoje as identidades se apresentam mais plurais e menos centradas. Afinal, o efeito da globalização é a produção de uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, o que torna as identidades mais diversificadas, menos fixas e unificadas.

Nesse aspecto, os contatos diários e a interação face-a-face não serão mais os únicos e principais meios para a formação das identidades. Uma ordem de novas formas de se viver e de interagir com o mundo são colocadas como elementos constituintes das identidades. Hoje, os celulares, aparelhos de mp3 e computadores modificam nossa relação com o mundo. “Com os fones de ouvido devidamente ajustados, exibimos nossa indiferença em relação à rua em que caminhamos, não mais precisando de uma etiqueta rebuscada. Ligados no celular, desligamo-nos da vida” (BAUMMAN, 2005, p.33).

Segundo Baumamm, com a forte presença da mediação eletrônica, os indivíduos tendem a se apegar a identidades voláteis, frágeis e, devido a esta liquidez, logo precisam lutar para encontrar outra identidade. “As identidades ganharam livre curso, e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, capturá-las em pleno vôo, usando os seus próprios recursos e ferramentas” (BAUMMAN, 2005, p.35).

Para o presente trabalho, será importante considerar a idéia da *mediação*, ou seja, da presença dos meios eletrônicos e midiáticos como variável na relação que o indivíduo tem com o mundo que o cerca. Conforme sustentam Berger e Luckman, existe uma socialização secundária, na qual fatores outros (presença das instituições, por exemplo) são importantes para a formação identitária. Nos nossos tempos, não podemos deixar de considerar a mídia como importante veículo de representação e, portanto, de interpelação dos sujeitos.

Desta maneira, o foco deste trabalho, ao analisar a identidade da Polícia Federal e sua representação nos meios de comunicação, especificamente, nos jornais impressos, procura evidenciar a importância da mediação na construção e afirmação dos diferentes grupos de pertencimento. Afinal, a grande questão a ser levantada nesta dissertação é: quais são os efeitos dos discursos veiculados pelos meios de comunicação de massa sobre a Política Federal e de que modo eles interferem na (re)construção identitária dos próprios policiais federais?

Utilizando a metáfora do “quebra-cabeça”, Bauman (2005) explica que as identidades são formadas a partir de diferentes peças que escolhemos para construir imagens de nós mesmos. Mas, o autor faz uma importante ressalva: enquanto o quebra-cabeça já possui desde pronto uma imagem final, moldada e definida, as identidades funcionam como diferentes imagens formadas por peças que se encaixam de modo distinto sem a pretensão de atingir uma imagem final única e direcionada.

(...) é preciso compor a sua identidade pessoal (ou suas identidades pessoais?) da forma como se compõe uma figura com as peças de um quebra-cabeça, mas só se pode comparar à biografia com um quebra-cabeça *incompleto*, ao qual falem muitas peças (e jamais se saberá quantas.) (...) Podemos dizer que resolver um quebra-cabeça comprado numa loja é uma tarefa *direcionada para o objetivo*: você começa por assim dizer, da linha de chegada, da imagem final conhecida de antemão, e então apanha as peças na caixa, uma após a outra, a fim de tentar encaixá-las. (...) No caso da identidade, não funciona nem um pouco assim: o trabalho total é *direcionado para os meios*. Não se começa pela imagem final, mas por uma série de peças já obtidas ou que pareçam valer a pena ter, e então se tenta descobrir como é possível agrupá-las ou reagrupá-las para montar imagens (quantas?) agradáveis. (BAUMAN, 2005, p.54 e 55)

Assim, partindo desta idéia, reconhecemos o fato de que as pessoas se entendem enquanto indivíduos sociais a partir das diferentes imagens e identidades que possuem. Ou seja, um bebê, filho de pais brasileiros, não é apenas um cidadão brasileiro. Ele pode ser mineiro ou baiano, evangélico ou católico ou espírita, sambista, dentista, policial, enfim... Uma série de outras “imagens” pode fazer referência ao mesmo ser humano.

Neste aspecto, acentua-se a inserção da variável ‘trabalho’ na formação identitária do indivíduo. No momento em que o ser humano tem socialmente uma função definida (atividade produtiva) e reconhecida pelos outros, todos os elementos simbólicos relacionados a esta função irão reverberar na realidade subjetiva deste indivíduo.

Conforme explicam Hilka Vier Machado e Bruno Kopittke (2005), os papéis sociais ligados ao mundo do trabalho compõem uma face da estrutura identitária dos indivíduos, pois a organização funciona como verdadeira instituição secundária de socialização, que após a escola e a família, molda atitudes e comportamentos, formando uma identidade profissional e social.

A socialização dos indivíduos no mundo do trabalho é fruto da experiência das relações de poder vivenciadas no universo produtivo, as quais geram normas coletivas de comportamento e fornecem possibilidade de construir uma identidade no trabalho, entendida como a maneira de elaborar um sentido para si na multiplicidade de papéis sociais, e de fazê-la ser reconhecida por seus companheiros de trabalho. (MACHADO & KOPITTIKE, 2002, p.05)

Nesse sentido, não podemos deixar de observar que a relação indivíduo – organização é de retro-alimentação, ou seja, na medida em que uma pessoa participa de uma organização e se identifica com os valores e símbolos da mesma, ela também contribui para a construção da identidade da organização. A palavra-chave neste processo é identificação, ou seja, o mecanismo subjetivo que guia os indivíduos para o reconhecimento de sistemas de representação.

No caso específico das organizações, pode-se dizer que os indivíduos identificam-se à medida que acreditam haver similaridade entre seus atributos e os da organização. Esta identificação pode percorrer dois caminhos distintos: o reconhecimento por parte do indivíduo de valores e crenças que são semelhantes



aos dele (identificação por afinidade); e o ato de se fazer o mesmo, idêntico à organização, incorporando seus valores e crenças (emulação). (BAUER & MESQUITA, 2007, p.20)

Para o presente trabalho será essencial a análise deste procedimento de identificação frente os sistemas de representação midiáticos e como esta identificação contribui para a formação da identidade da organização. Mas, o que é identidade organizacional? Quais são suas premissas? Como identificá-la? Antes de obtermos repostas a estes questionamentos, será essencial aprofundarmos no conceito de identificação organizacional.

### 1.3 IDENTIFICAÇÃO, IDENTIDADE ORGANIZACIONAL – UMA ABORDAGEM CULTURAL

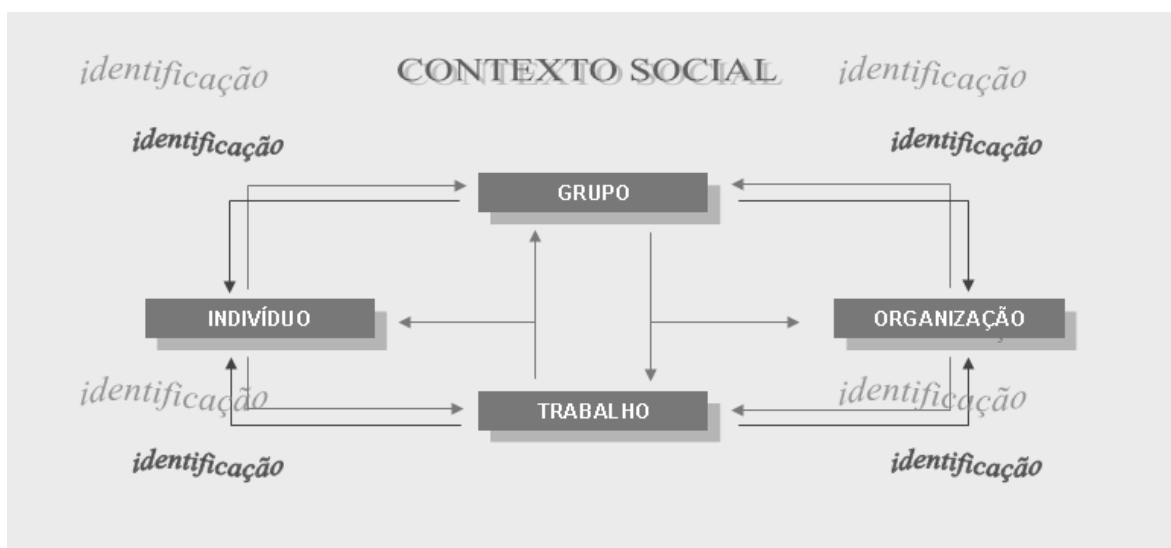
Antes de conceituar a identidade organizacional, é necessário entender de que forma se dá o processo de interpelação de sujeitos. Afinal, estamos inseridos em um contexto social interno (organizações) e externo marcado por sistemas de significações que podem ou não ser adotados por nós.

Assim, o que está em jogo aqui se baseia nas teorias do comportamento organizacional, especificamente, na identificação organizacional, entendida como

(...) o processo de internalização e incorporação de crenças, valores e atitudes de um indivíduo sobre uma organização em seu autoconceito, isto é, em sua própria identidade.(...) Autoconceito é uma estrutura interpretativa de como as pessoas se comportam e se sentem num determinado contexto social: a totalidade de autodescrições e auto-avaliações subjetivamente disponíveis a um indivíduo. (ABREU, 2007, p.16 e 24)

Ana Lúcia Abreu explica, ainda, que é comum que as pessoas identifiquem os tributos da organização como se fossem seus e, nesse caso, estas pessoas podem ver a si

mesmas como personificação da organização. Abaixo, a figura expressa o modo como a identificação permeia as relações do indivíduo, grupo, organização e o trabalho exercido.



Fonte: MACHADO, Hilka Vier. Revista de Administração Contemporânea. Edição Especial, 2003, p.65

### FIGURA 1: INTEGRAÇÃO ENTRE NÍVEIS DE ESTUDO DA IDENTIDADE

Percebemos, portanto, que a identificação é o que orienta o indivíduo por meio das interações sociais, sendo certo que não existe identidade sem identificação. Sendo assim, basta-nos agora partir para as concepções de identidade e entender de que modo esta se opera no dia-a-dia dos indivíduos.

Para Asforth e Mael (apud MACHADO, 2005, p.3) a identidade organizacional é o julgamento dos indivíduos sobre os *aspectos distintos, centrais e duradouros* da organização. Os aspectos centrais estão ligados ao sistema de crenças, valores e normas da corporação. Já os aspectos distintos seriam aqueles ligados à exclusividade da organização, ou seja, são a referência para garantir a identificação organizacional. Por fim, os referidos autores explicam que o último elemento, o duradouro, é o que garante a continuidade da organização e sua constante transformação.

Hilka Vier Machado (2005) assevera que não se trata de imagem organizacional, pois esta diz respeito à noção de representação construída por observadores externos. Contudo, como veremos mais à frente, há uma relação complementar entre identidade e

imagem. Afinal, a identidade de uma organização é a imagem cognitiva assimilada pelos seus integrantes, prevalecendo um consenso coletivo em torno dessa imagem, ou seja, sobre a reputação da organização.

Ainda segundo a citada autora, a imagem apreendida pelos sujeitos, no contexto da organização, deriva da resposta que os integrantes da mesma fazem à seguinte questão: quem somos nós como organização?

A resposta à questão mencionada é resultante das identificações das pessoas com a organização, porque não existe identidade sem identificação, pois a identidade é relacional, ou seja, ela se constrói em relação ao outro com o qual o sujeito se identifica ou se desidentifica. (MACHADO, 2005, p.4)

Trazendo este aporte teórico para a organização policial, especificamente, para o contexto da Polícia Federal, será importante observar, em primeiro lugar, os sistemas de representação que promulgam a reputação da corporação. Após esta análise, que se fará sobre as notícias veiculadas em mídia nacional e regional acerca das operações policiais, se buscará saber dos próprios policiais federais em que medida a imagem projetada pela mídia é apreendida e incorporada ao que se poderia chamar identidade da organização. Contudo, salienta-se que a construção desta imagem tem como pilares toda uma gama de valores e crenças que são, acima de tudo, culturais.

Desta maneira, o referencial teórico desta dissertação mantém seu posicionamento direcionado aos aspectos do interacionismo simbólico e dos estudos culturais. Ou seja, tanto no que diz respeito às identidades em geral, como no que tange às identidades organizacionais, é imprescindível que se considere a vertente cultural de todo o processo envolvido na arquitetura identitária.

Para Jo Hatch e Schultz (apud MACHADO & KOPITTKKE, 2002), a identidade organizacional é produto reflexivo do processo dinâmico da cultura organizacional. Afinal, é a cultura que provê o material simbólico com o qual as imagens serão construídas e comunicadas. “Ao correlacionar cultura, identidade e imagem os autores sustentam que a

experiência de trabalho dos participantes da organização e a noção da capacidade de liderança dos níveis estratégicos são elementos determinantes” (MACHADO & KOPITTKKE, 2002, p.7)

Os estudos que enfocam a cultura organizacional são recentes e inovadores e, em geral, buscam desvendar o artefato simbólico capaz de construir a teia que entrelaça os membros de uma organização, fortalecendo, assim, o imaginário. Ressalte-se que os estudos organizacionais estão bastante concentrados na área das ciências sociais, em especial, voltados para a administração de empresas.

Na verdade, grande parte destas pesquisas surgiu da observação de que o comportamento das organizações varia culturalmente. Os estudos na área revelaram que consideráveis diferenças têm sido encontradas nos valores, atitudes e comportamentos dos indivíduos no ambiente de trabalho. O próprio estilo cultural do país influencia na cultura das organizações. No Brasil, por exemplo, alguns autores perceberam a presença nas empresas de traços típicos da cultura brasileira, como a questão do ‘jeitinho brasileiro’, a presença do patriarcalismo nas relações de poder, etc.

Quando procuramos construir uma rede de relações pessoais em nosso mundo do trabalho, sinceramente ou não, estamos levando para o âmbito da racionalidade instrumental, para o terreno do indivíduos, um pouco da racionalidade substantiva e da afetividade do mundo de nossa casa, do terreno das pessoas. Personalizando as relações, sentimo-nos mais seguros e colocamos em ação diversos mecanismos de defesa do Ego, tais como identificação, projeção e outros. (MOTTA, 1997, p.34)

No caso do “jeitinho brasileiro”, Fernando Prestes Motta (1997) explica que se trata de uma prática cordial, que as pessoas usam para personalizar as relações por meio, por exemplo, da descoberta de um time de futebol em comum ou de uma cidade natal comum. “No âmbito da tecnocracia organizacional, isto permanece no não-dito, ou no dito de outra forma. Existe uma etiqueta que faz com que seu uso difira do homem ‘comum’”. (MOTTA, 1997, p.34)

O autor ainda explica que o Brasil é caracterizado como sendo uma cultura coletiva, onde a pressão social externa é a forma principal de controle. Neste caso, é muito grande a força da vergonha e da desonra. Alexandre Borges de Freitas (1997, p.39) enfatiza:

“Se existe mesmo relação direta entre a performance de uma organização e sua cultura, se comprovarmos que esta cultura organizacional ‘carrega’ muito de nossa cultura nacional, a compreensão de nossas raízes se torna um ponto crucial no gerenciamento de nossas organizações”.

A importância de perpassar por este assunto está no fato de que analisar a cultura da organização policial é também perceber traços do contexto social brasileiro. Afinal, os valores que circulam naquele ambiente são, de alguma forma, reflexo de nosso próprio contexto social. A Polícia Federal foi eleita no ano de 2007, pela Associação dos Magistrados Brasileiros, a instituição pública com maior credibilidade do país. De outro modo, os políticos foram apontados como os que menos possuem credibilidade.

Estes dados, que serão evidenciados detalhadamente em capítulo específico, nos mostram que existem valores que a sociedade atribui a PF e que de alguma forma podem reverberar na constituição de sua cultura e, portanto, de sua identidade. Que impactos têm, na sociedade e nos próprios policiais federais, os discursos da mídia veiculados pelos jornais (TV ou impresso) sobre operações policiais de combate à corrupção em que políticos são algemados e indiciados?

A partir destas imagens veiculadas em mídia nacional, parcelas significativas da sociedade ficam satisfeitas com a atuação da polícia, justamente porque sua ação vai de encontro ao discurso historicamente consolidado de que no Brasil políticos e ricos não vão para a cadeia. Neste aspecto, percebemos uma grande interface entre valores que permeiam o imaginário da sociedade e que, de algum modo, podem também permeiar o imaginário da organização, contribuindo para a construção da imagem da mesma frente a seus integrantes.

Há, portanto, uma pressão externa (sociedade brasileira) que aponta para traços culturais que esta pesquisa buscará verificar no interior da organização.

Diante do exposto, torna-se essencial trazer à tona o conceito de cultura organizacional:

(...) a cultura organizacional é concebida como um conjunto de valores e pressupostos básicos expresso em elementos simbólicos, que em sua capacidade de ordenar, atribuir significações, *construir a identidade organizacional*, tanto agem como elemento de comunicação e consenso, como ocultam e instrumentalizam as relações de dominação. (...) No processo de investigação da cultura de uma organização ela se coloca como uma *categoria metodológica importante para desvendar aspectos formadores da identidade organizacional*. (FLEURY & FISCHER, 1996, p.22 e 24) (grifo nosso)

Conforme se observa, analisar a cultura da organização é o meio pelo qual podemos buscar entender como se dá a construção da identidade dentro do ambiente de trabalho. Ou seja, de que forma os membros desta organização se reconhecem como tais e quais crenças possuem sobre o significado de sua empresa/organização. Desta maneira, ao lado dos símbolos bastante visíveis - como o uniforme e a logomarca da instituição, por exemplo -, é possível verificar a presença de valores e idéias que tecem as identidades e medeiam as relações de trabalho.

Mas, algumas questões devem ser suscitadas: de que modo podemos analisar a cultura da organização? Quais mitos e símbolos são importantes para a confirmação das identidades? O que devemos buscar no estudo da identidade organizacional? Para Edgard Shein (apud FLEURY & FISCHER, 1996) a cultura organizacional é

(...) o conjunto de pressupostos básicos (basic assumptions) que um grupo inventou, descobriu ou desenvolveu ao aprender a lidar com problemas de adaptação externa e integração interna e que funcionaram bem o suficiente para serem considerados válidos e ensinados a novos membros como a forma correta de perceber, pensar e sentir, em relação a esses problemas. (SHEIN apud FLEURY & FISCHER, 1996, p.20)

Desta maneira, o mesmo autor ressalta que a cultura de uma organização pode ser apreendida em vários níveis:

- *Nível dos artefatos visíveis:* ou seja, trata-se das marcas visíveis, desde o ambiente construído da organização, arquitetura, layout, até a maneira como as pessoas se vestem, os documentos públicos e os comportamentos visíveis;
- *Nível dos valores que governam o comportamento das pessoas:* são difíceis de observar diretamente e sua apreensão deve ser feita através de entrevistas com os membros da organização. Entretanto, Shein pondera que, ao identificar esses valores, observa-se que eles geralmente representam apenas os valores manifestos da cultura. “Isto é, eles expressam o que as pessoas reportam ser a razão do seu comportamento, o que na maioria das vezes são idealizações ou racionalizações. As razões subjacentes ao seu comportamento permanecem, entretanto, escondidas ou inconscientes” (SHEIN apud FLEURY & FISCHER, 1996, p.20);
- *Nível dos pressupostos inconscientes:* são aqueles que determinam como os membros de um grupo percebem, pensam e sentem. “Na medida em que certos valores compartilhados pelo grupo conduzem a determinados comportamentos e esses comportamentos se mostram adequados para solucionar problemas, o valor e gradualmente transformado em um pressuposto inconsciente” (SHEIN apud FLEURY & FISCHER, 1996, p.20)

Para o referido autor, o processo de mapeamento dos traços da cultura organizacional requer a análise das crenças, valores e convicções dos criadores ou portadores da cultura. Ao desenhar a biografia dessas pessoas na organização, é preciso recuperar suas propostas, metas, sua visão de mundo e da organização, seu modo de agir e de avaliar os resultados. Contudo, outros aspectos também devem ser considerados na formação da identidade da organização. Entre eles, devemos nos aprofundar na questão do simbólico e do imaginário.

## 1.4 IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÃO PÚBLICA – IMAGEM, PRESTÍGIO SOCIAL E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Já vimos neste capítulo que, a todo momento, utilizamos da representação como forma de dinamizar o universo de símbolos que permeia a cultura da organização. Estes símbolos, muitas vezes, poderão estar agregados à história da organização, ou às suas ações do presente. Mas, de todo modo, são símbolos construídos no decorrer do tempo, que foram reincidentes na vida dos integrantes, fazendo com que aos poucos fossem consolidados e incorporados à identidade da organização. Nesse sentido, podemos apontar os mitos e os ritos como elementos simbólicos da cultura organizacional. Estes elementos, por sua vez, precisam povoar o imaginário das pessoas que se vêem submersas em culturas de organizações.

O imaginário é o espaço da representação, das formas e das imagens, a partir do qual é possível conceber o projeto, o desejo, a fantasia, o sonho de construir a si mesmo e o mundo. O imaginário só pode exprimir-se e mesmo existir no simbólico, e esse simbólico pressupõe a capacidade de imaginação, ou seja, é preciso conseguir ver o que não está lá, algo diferente do que é. (FREITAS, 2006, p.54)

Maria Ester Freitas (2006) afirma que numerosas questões (como, por exemplo, “o que somos como coletividade?”; “o que desejamos?”; “o que queremos ser?”) - enfim, questionamentos sobre a nossa própria identidade - terão respostas nas significações imaginárias sociais. Temos, portanto, que entender as organizações como um produto da sociedade, e o que ocorre dentro dela tem um significado sancionado socialmente.

As organizações modernas são produto da história e do tempo das sociedades onde se inserem, bem como da evolução dessas sociedades. Se hoje elas têm papel cada vez mais importante no cenário social é porque o próprio social lhes abre espaço. E quando as organizações tentam criar um imaginário próprio é ainda no social que elas vão encontrar as mensagens que tenham significados para seus públicos específicos. Não há imaginário neutro, nem signos neutros, nem significados neutros. (FREITAS, 2006, p.55)

É interessante ressaltar que Freitas (2006) traz considerações pertinentes, no que se refere à presença da organização na constituição das identidades. Ela explica que devido ao



enfraquecimento dos vínculos sociais diversos, cada vez mais a organização desempenha papel importante de fornecedora de significações, gratificações e identidade. Neste aspecto, os valores agregados à organização e que reverberam nas identidades pessoais são marcados, especialmente, pelo culto da excelência, bem como da instituição restauradora da ética.

No primeiro caso, devido à grande necessidade de obtenção de resultados, as instituições cobram de seus funcionários a excelência no trabalho. Não se trata mais de uma meta, mas de uma sina. Todos buscam a perfeição acima de tudo. Desta maneira, a carreira e o status profissional tornam-se elementos organizadores da vida do indivíduo, aquilo que lhe dá sentido, auto-imagem e reconhecimento e realização pessoal. A identidade profissional se funde à imagem social desta pessoa. “Uma identidade que requer sucesso-excelente-sempre. (...) As organizações modernas acenam com a possibilidade de todos serem heróis, desde que assumam sua ‘natureza’ esportiva de ganhador” (FREITAS, 2006, p.63).

Voltando ao objeto de análise, qual seja, a identidade da Polícia Federal, esta pesquisa buscará analisar o modo como as notícias abordam as ações policiais. Em geral, somos bombardeados com matérias jornalísticas que propagam o trabalho da corporação frente ao crime organizado e a corrupção. Temos acesso aos números de operações realizadas e, ainda, à quantidade de pessoas que foram presas. Diante do enfoque que a organização ganhou na sociedade brasileira, podemos dizer que, em tese, nos imaginários interno e externo, ser um Policial Federal hoje significa ser membro de uma organização marcada pela excelência; ser um profissional extremamente competente e útil à sociedade. Verificar se tais representações (e auto-representações) de fato ocorrem é um dos objetivos do presente trabalho.

Um outro papel constantemente desempenhado pelas organizações é o do restaurador da ética. “As organizações modernas se apresentam não só como modelo a ser seguido pelas demais instituições sociais, mas também como guardiãs dos mais altos valores

sociais e da moralidade pública” (FREITAS, 2006, p. 67). No caso da Polícia Federal, isto se torna ainda mais nítido, afinal, trata-se de uma organização que realmente foi constituída para lutar pela ética. Novamente, cabe pesquisar empiricamente se a missão instituída ao grupo também gera reflexos na identidade pessoal de seus membros.

Um outro ponto que merece destaque neste estudo se refere aos fatores que contribuem (muito) para a identificação organizacional e, portanto, para a confirmação das identidades. Afinal, quando uma organização é reconhecida socialmente, seus membros se sentem orgulhosos de fazer parte dela, tornando mais próximos da organização.

Quando os membros das organizações acreditam que os membros de fora vêem a organização como positiva, uma forte identificação pode ser traduzida em resultados desejáveis, como cooperação intra-organizacional ou comportamento de cidadania. Podemos citar, neste contexto, os sentimentos de confiança interpessoal dos empregados, a internalização de normas e valores, as práticas e os processos organizacionais, o desejo de permanecer na organização e a vontade de cooperar com o outro em nome da organização (DUTTON; DUKERICK e HARQUAIL apud ABREU, 2007, p.31)

Focando neste aspecto, alguns autores apontam a presença de variáveis relacionadas ao reconhecimento/prestígio social e organização. Alguns fatores apresentarão interferência direta no processo de identificação, entre eles, destacam-se para este estudo os binômios: prestígio e auto-estima; imagem e reputação.

No primeiro caso, considera-se que os indivíduos tendem a se identificar com os grupos que realçam sua auto-imagem. “Indivíduos freqüentemente se identificam cognitivamente (se não publicamente) com um vencedor” (ASHFORTH e MAEL apud ABREU, 2007, p. 32).

Já no que diz respeito ao segundo binômio, qual seja, imagem e reputação, entende-se que a imagem externa construída corresponderá à visão dos empregados de como os membros de fora percebem a organização de qual fazem parte.

Esta dissertação foca-se exatamente neste ponto. Em se tratando da análise do enfoque midiático das operações da Polícia Federal, será extremamente importante verificar

se a imagem que a mídia proclama da organização, se os valores agregados à imagem, são percebidos por esses indivíduos e introjetados pelos mesmos, ou seja, se há a identificação organizacional.

O mundo moderno está acostumado ao culto da imagem: a celebridade, o esportista, o jornalista, etc. Trabalha-se o tempo todo para a fixação de imagens diversificadas, sendo certo que os grupos são essencialmente espaços de grande circulação de imagens.

(...) Imagem é o conjunto de significados pelo qual um objeto é conhecido e através do qual o indivíduo utiliza para descrevê-lo, lembrá-lo e se relacionar. É o resultado da interação com as crenças, idéias, sentimentos e impressões do indivíduo sobre o objeto, sendo que o objeto pode ser substituído por marca ou organização e, pessoas diferentes, podem ter imagens diferentes de um mesmo objeto. Acrescentando a essa definição, Reis (1991) destaca que imagem é um processo cognitivo que soma razão e sensação, universo real e fenomênico- simbólico, podendo, desta forma, ser entendida como visão subjetiva da realidade objetiva. (CARRIERI; ALMEIDA; FONSECA, 2005, p.27)

Diante disso, percebemos que identidade e imagem, embora sejam conceitos distintos, estão muito inter-relacionados – em certo sentido, numa abordagem que enfatize os elementos simbólico e cultural, *identidade* equivaleria à *imagem que se introjeta pelos de dentro*, enquanto *imagem* é a *identidade que se projeta para fora*. Isso porque “identidade” faz referência àquilo que uma organização seria (sobretudo no nível discursivo) e principalmente como deseja ser percebida (reputação), já “imagem” se relaciona à forma como a organização é percebida por todos os públicos de interesse.

Interessante notar que embora divergentes do ponto de vista conceitual, é fácil perceber que a primeira interfere diretamente na formação da segunda e, ainda, “a configuração da imagem interpretada pelo público externo, pode retornar à organização, modificando sua identidade de modo a adaptá-la aos interesses desse público” (SANTOS, 2007, p.5). Neste sentido, a reputação poderá ser considerada a expressão da identidade da organização, como também a consolidação da imagem corporativa, quando esta última for

resultado de um comportamento consolidado por parte dos membros da organização (mantido ao longo do tempo e capaz de conferir caráter estrutural diante de suas partes interessadas).

De modo resumido, podemos dizer que tanto identidade (quando dizemos o que somos, construímos uma narrativa, fazemos um discurso) quanto a imagem (aquilo que um indivíduo ou organização projeta ser publicamente) são social, cultural e simbolicamente construídos – e constituem conceitos cada vez mais centrais para a compreensão das organizações contemporâneas.

Nesse sentido, tudo conduz à centralidade dos fenômenos de comunicação: para que se possa conhecer a identidade de uma organização é preciso analisar sua imagem, ou seja, todo o aparato dos símbolos que são comunicados, especialmente, pelos discursos e que ganham vazão no contexto social. Afinal, “a comunicação constitui um dos elementos essenciais no processo de criação, transmissão e cristalização do universo simbólico de uma organização” (FLEURY & FISCHER, 1996, p.24)

No caso do presente trabalho, o foco se dará na comunicação de massa, ou seja, na comunicação que é lançada a todos os públicos (internos – policiais) e externos (consumidores de informação jornalística). É interessante buscar perceber de que forma os jornais que relatam as ações da PF contribuem para a constituição das identidades (do pessoal que trabalha na PF e, paralelamente, da própria organização). Além de principal peça no sistema público de representação, os meios de comunicação também contribuem para conferir status e impor normas sociais.

(...) os meios de comunicação outorgam prestígio e acentuam a autoridade de indivíduos e grupos, legitimando-lhes o status. Da mesma forma, estes recursos podem legitimar e ajudar a “vender” aos membros das empresas os novos valores, conceitos e filosofias. Isto endossa a crença popular norte americana de que ‘se você for realmente importante, estará no centro de atenção de massa e, se estiver no centro de atenção de massa, será sem dúvida importante. (AIDAR & ALVES, 1997, p.218)

No próximo capítulo, enfocaremos em detalhes o processo de constituição de identidades pela mídia, especialmente, pelos jornais. O viés adotado – tanto quanto para o

fenômeno identitário - parte do pressuposto de que o jornalismo efetua a construção social da realidade e, portanto, também deve ser entendido sob o ponto de vista cultural, o que implica uma abordagem que traga à luz os mecanismos de produção da notícia.

## 2 REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS DAS AÇÕES POLICIAIS

Comunicar é, antes de mais nada, uma experiência humana fundamental. Não existe vida individual e coletiva sem comunicação. “Não há seres humanos sem sociedade, como não há sociedade sem comunicação. E é por isso que a comunicação é, ao mesmo tempo, uma realidade e um modelo cultural” (WOLTON, 2004, p.30). Desta maneira, pode-se dizer que a comunicação está sempre ligada a um padrão cultural, ou seja, a um sistema de significação da realidade (o que implica também algum padrão para a representação do outro), porque “comunicar consiste em difundir, mas também interagir com um indivíduo ou uma coletividade” (WOLTON, 2004, p.30).

O teórico francês Dominique Wolton (2004) explica que a emergência da comunicação social constituiu-se a partir de um conjunto de técnicas que, no período de um século, quebrou as condições ancestrais da comunicação direta, substituindo-a pelo reino da comunicação à distância.

Entende-se hoje por comunicação tanto a que é exercida de forma direta, entre duas ou mais pessoas, como a comunicação mediatizada pelas técnicas (telefone, televisão, rádio, informática, temática...). A evolução foi tão intensa, as performances tão evidentes, que, hoje, comunicar-se instantaneamente com o outro lado do mundo, pelo som, pela imagem ou pelas palavras, é uma banalidade. (WOLTON, 2004, P.31)

Estamos, portanto, falando da “comunicação de massa”, expressão que é comumente usada para “referir a uma série de instituições ocupadas com a produção em grande escala e a difusão generalizada de formas simbólicas” (OUTHWAITE; BOLTHMORE, 1996, p.114). À medida que cada vez mais aumenta o percentual de informação mediada na vida cotidiana de cidadãos por todo o globo, cresce a importância de que se discutam quais são os filtros existentes nesses processos de mediação. Os meios de

comunicação não reproduzem a complexidade do mundo: eles selecionam e enquadram fatias da realidade – portanto, trabalham com a representação da realidade.

## 2.1 MÍDIA E SISTEMAS DE REPRESENTAÇÃO

Apresentou-se, no capítulo anterior, o conceito de representação como um sistema de signos, ou seja, uma forma de atribuição de sentido. Logo, falar em meios de comunicação de massa é também fazer referência a sistemas de representação por excelência, capazes de dotar significados e valores para os elementos da realidade e difundi-los àqueles que estão em pontos diferentes do planeta. Interessante notar que cada vez mais necessitamos de acesso a estes meios para que possamos ter conhecimento do mundo que nos cerca, ou seja, cada vez mais a mediação torna-se uma premissa para socialização dos indivíduos.

Esta mediação, em primeira instância, acontece através da linguagem. É por meio da transmissão de informações, seja nas conversas interpessoais, seja através da emissão/recepção de notícias, filmes, novelas, etc, que entramos em contato com o mundo, com outras pessoas, e alimentamos o imaginário social.

A linguagem aparece, assim, associada ao viver em comum. É através da mediação, designadamente, a mediação lingüística, que se manifestam as expectativas recíprocas em que assentam as diversas interações praticadas no mundo da vida. A consciência da importância crescente das mediações simbólicas significa a abertura de um campo de tensão no qual se não aceita a absoluta conformação do mundo num sentido unilateral, mas, antes, se reconhece a teia de relações complexas entre a linguagem e o mundo da vida. (CORREIA, 2002, p.2)

Com o advento dos meios de comunicação, a mediação complexifica-se e, em alguma medida, contribui para a reificação do mundo, tornando-o objetivo (e nem sempre nos alertando de que ele está sendo apresentado sob determinada ótica, dentre outras possíveis).

Ou seja, é por meio da comunicação de massa que temos acesso aos acontecimentos de nossa cidade, nosso país e, logicamente, do mundo – e damos sentido a eles.

Os *media* atuam diretamente na socialização dos indivíduos, apresentando-se como mais uma instituição capaz de fornecer subsídios para o reconhecimento da realidade objetiva, que será interiorizada por nós, contribuindo, portanto, para a formação de nossas subjetividades/identidades.

Nesse sentido, sabendo que nosso conhecimento do mundo se dá através de processos de mediação (elaborados e efetuados por outros indivíduos), é importante perceber que nosso contato com o mundo é marcado pelo ponto de vista apresentado por indivíduos ou instituições marcados por determinadas ideologias e visões de mundo.

O fato que faz com que o mundo exista é o meu conhecimento do mundo; e o que faz com que o fato se torne realidade é o meu conhecimento daquela realidade, não como ela ocorreu, mas como foi lida por mim, e não apenas como foi lida por mim, mas como foi transformada no processo de transmissão daquela minha leitura, que sofre uma carga de subjetividade e uma carga de limitação em função do instrumental que vou utilizar para transmiti-la. E esse instrumental, a linguagem e língua próprias do produtor da notícia e do veículo utilizado como canal para a transmissão daquela notícia, é alterado no processo de recodificação a partir do conhecimento de uma realidade. (...) A realidade, portanto, é um produto ideológico, na medida em que ela é construída pelos meios de comunicação de massa. (VIEIRA, 1992, P. 120)

Conforme se observa, os meios de comunicação são parte integrante na vida dos indivíduos, em grande medida não só refletindo, mas, sobretudo, construindo a realidade, bem como constituindo modelos de representação e, deste modo, até delineando os papéis sociais aos quais os indivíduos recorrerão para espelhar suas próprias projeções identitárias.

É neste contexto que entendemos que a compreensão da constituição das identidades, na vida contemporânea, não pode prescindir da inclusão do papel da mídia. Stuart Hall (2000) acentua que é através da utilização de mecanismos culturais (como a história, a linguagem e a produção midiática) que formamos nossas identidades. Ele ressalta, contudo, que se trata não daquilo que nós somos, mas daquilo que nos tornamos. Desta maneira, as identidades “têm a ver não tanto com as questões ‘quem nós somos’ ou ‘de onde nós viemos’,



mas muito mais com as questões ‘quem nós podemos nos tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios’” (HALL, 2000, p. 109)

Com a onipresença midiática, temos acesso a diversos sistemas de significação, o que faz com que cada vez mais as identidades sejam fluidas e estejam em permanente processo de constituição e reconfiguração. Alguns autores, inclusive, apontam que as identidades estão alinhadas ao mercado do consumo, cabendo aos indivíduos escolher o(s) grupo(s) de pertencimento dos quais almejam participar.

João Pissarra Esteves (1999) traz à luz questões interessantes sobre a presença da mídia e sua interface na constituição das identidades. Ele ressalta que nossa sociedade vive um paradoxo: ao mesmo tempo em que incita o discurso da individualidade, compelindo cada um a fazer-se único, ele explora, através dos sistemas de consumo e dos media em geral, os recursos da identidade. Para ele, a mídia é um potencial produtor de modelos de “identidades socialmente úteis, perfeitamente codificadas e estereotipadas, que nos chegam através da publicidade, da moda, das diversas narrativas midiáticas e das próprias personagens dos media” (ESTEVEVES, 1999, p.5).

O referido autor acentua, contudo, que não se trata do fim do sujeito, ou seja, não há uma dominação midiática, pois se assim considerássemos, estaríamos indo ao encontro da teoria frankfurtiana que não considera a autonomia do sujeito frente aos meios de comunicação. A ressalva do autor, no que se refere a esta temática, consiste na percepção de que os *media* representam

(...) um espaço simbólico de liberdade e de racionalidade que irrompe de forma fugaz, ao qual os indivíduos episodicamente têm acesso e lhes permite tomarem a sua própria autonomia em mãos – algo que acontece quando os media se abrem ao mundo, quando a vida em seu interior adquire espessura, sempre que, enfim, a visibilidade autêntica permite a cada um de nós reencontrar-se com a responsabilidade perante si mesmo e descobrir o outro. (ESTEVEVES, 1999, p.6)

De qualquer modo, o que se depreende é a importância dos meios de comunicação como palco de conflitos simbólicos, onde a luta pelo reconhecimento (e, portanto, pela formação identitária) se dá em larga escala, indo muito além do que os contatos sociais convencionais poderiam proporcionar.

Conforme observamos, “as identidades são tanto representações como materialidades, mas se constituem, principalmente, no campo discursivo. São, antes de tudo, processos de comunicação” (ENNE, 2006, p. 26). Wolton (2004), por exemplo, cita as novelas brasileiras como modelo de relação entre cultura e televisão. Para ele, esta produção televisiva busca refletir a cultura brasileira, sendo assistida por todas as classes sociais que, de alguma forma, se identificam com os conteúdos.

Já Jesús Martín-Barbero (2003) evidencia a importância do cinema como fator de visibilidade das identidades nacionais. “Freud mostrou que não existe acesso à linguagem que não passe pela moldagem do simbólico, e Gramsci que não existe legitimação social sem ressemantização a partir do código hegemônico” (BARBERO, 2003, p. 244). Nesse sentido, o teórico explica que o cinema medeia vital e socialmente a constituição dessa nova experiência cultural, que é a experiência popular urbana. Assim, “o cinema vai ligar-se à fome das massas por se fazerem visíveis socialmente. E vai se inscrever nesse movimento dando imagem e voz à identidade nacional” (BARBERO, 2003, p. 244).

Se estas proposições são válidas para a discussão do papel dos meios de comunicação de massa, em geral, qual é o papel específico exercido pelo jornalismo? De que forma os mecanismos de representação presentes no conteúdo jornalístico influenciam a formação das identidades individuais e coletivas?

Os jornais, enquanto manifestações do universo midiático, trazem à luz não só acontecimentos da sociedade, como também destacam os atores sociais. Contudo, não podemos esquecer que ‘o fazer jornalístico’ é uma produção humana com tendência à

reificação, ou seja, propenso a apresentar os fatos como se fossem retirados do mundo objetivo e reportados de forma neutra.

Tentando, por um lado proceder a um discurso factual e adoptando, por outro, o pensamento, a linguagem e o conhecimento do 'homem comum', o estilo jornalístico estrutura a realidade utilizando enunciados, qualificações e silêncios que procuram tipificar a realidade, escondendo o fato de que esses enunciados e qualificações não são neutros, mas traduzem lutas simbólicas que tem lugar nos domínios político e social. (CORREIA, 2002, p.9)

Através do relato diário dos acontecimentos, o jornal auxilia na integração social, constituindo uma comunidade imaginária, onde seus membros tomam conhecimento dos mesmos assuntos e compartilham dos mesmos problemas. Franciscato (2005) explica que este desdobramento se dá especialmente devido à 'simultaneidade', uma categoria analítica utilizada para analisar a concepção da atualidade jornalística.

A simultaneidade que o jornalismo produz é, então, um dos modos a fazer com que um corpo social (uma parte dele, pelo menos) supere estados de atomização social e seja estimulado a agir de forma minimamente coordenada, não somente nas ações, mas nas concepções e valores sobre os eventos descritos nos jornais e outros, ausentes das páginas jornalísticas, mas correlatos em características básicas com aqueles noticiados. (FRANCISCATO, 2005, p.133)

Para o autor, portanto, será através desta simultaneidade que teremos uma construção gradativa de valores e concepções sobre as coisas e eventos sociais, seja através das formas pelas quais são narradas (verificando-se os valores agregados aos textos e no trabalho do repórter), seja no modo como as pessoas irão interpretar e reagir publicamente à informação.

Assim, por serem um poderoso campo semântico, os jornais servem como rico artefato de investigação sociológica, uma vez que tendem a representar o contexto social, suas características, valores e, principalmente, projeções de identidades:

A narrativa jornalística, através de uma linguagem dotada de características próprias, intervém na conformação das dinâmicas sociais, desencadeando mecanismos que afetam toda actividade dos agentes na aquisição e reforço dos conhecimentos e normas pelas quais se pauta a compreensão do mundo, nomeadamente acompanhando o processo de reformulação das identidades sociais e coletivas. (CORREIA, 2002, p.9)

Logo, é a partir deste enfoque que esta pesquisa buscará desvendar a forma como a identidade da organização policial (Polícia Federal) é representada. Conforme vimos, em

capítulo anterior, para que um indivíduo assuma determinada posição-de-sujeito, é necessário que ele se identifique com os valores que lhe são transmitidos.

Stuart Hall (2000) explica que esse processo ocorre através da *sutura* entre, por um lado, “os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode ‘falar’” (HALL, 2000, p.112). Logo, as identidades se dariam pela fixação do sujeito no fluxo do discurso produzido pela vida social (com peso cada vez mais significativo do discurso veiculado pela mídia).

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhes são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p.91)

Contudo, conforme explica Fairclough, o mecanismo de produção deve ser analisado, já que se trata de uma variável importante na confecção do discurso jornalístico, capaz de nos fornecer subsídios para compreender a interface entre o texto e a prática social e, portanto, a constituição de identidades.

A seguir, discutem-se as bases históricas da consolidação dos jornais, que configuraram as contemporâneas práticas de produção jornalística. À medida que o foco central do presente trabalho diz respeito aos efeitos identitários das coberturas jornalísticas das operações da Polícia Federal, a ênfase da discussão que segue se dá nos efeitos da cultura da organização jornalística quando os veículos fazem a cobertura da atuação policial.

## 2.2 O CRIME COMO VALOR NOTÍCIA E O PAPEL SOCIAL DO JORNALISTA

Na atualidade é quase impossível assistir a um telejornal ou ler algum veículo jornalístico impresso em que não haja notícias sobre crimes ou transgressões da norma. Assim, é comum tomarmos ciência das diversas infrações, prisões, assaltos e assassinatos que acontecem a cada dia. Contudo, é preciso esclarecer que o crime sempre foi um dos assuntos preferenciais dos meios de comunicação.

Podemos apontar o ano de 1616 como marco temporal em que surge uma forma pré-moderna do jornal – as chamadas “folhas volantes”, nas quais o crime representava uma das temáticas mais abordadas (TRAQUINA, 2005). As “folhas volantes” não eram publicações regulares e dedicavam-se a apenas um único tema. Além disso, não havia simples informação, já que as notícias eram, sobretudo, avisos moralistas ou interpretações religiosas. Em geral, esta espécie de informativo aparece como instrumento para satisfazer a curiosidade das pessoas sobre os acontecimentos. Mas o que era notícia nas “folhas volantes”? Quais acontecimentos ganhavam destaque?

Foi publicado um total de 25 “folhas volantes” em 1616. Um terço delas foi dedicado a um tipo de acontecimento: assassinatos. Um outro terço era dedicado às notícias sobre celebridades, incluindo uma sobre um discurso do Rei. (...) Na era das “folhas volantes”, milagres, abominações, catástrofes, acontecimentos bizarros foram as primeiras ocorrências tratadas nos dias que antecedem os jornais. (TRAQUINA, 2005, p.64).

Conforme se observa, a transgressão da norma já estava presente como valor notícia<sup>2</sup> antes mesmo do surgimento do jornal (tal qual conhecemos hoje). Naquela época, havia um fascínio com os homicídios, que eram abordados nas “folhas volantes” através de relatos, escritos na primeira pessoa, de arrependimento dos assassinos esperando a morte.

Ao longo do século XVIII, as publicações periódicas eram dominadas pelo pólo político e os meios de comunicação funcionavam como ferramenta para propaganda política. Contudo, foi no século XIX que o jornalismo consolidou-se enquanto instituição social. Afinal, ocorreram mudanças fundamentais na história do jornalismo: a industrialização e

---

<sup>2</sup> Valor-notícia, segundo Nelson Traquina, se configura quando “um acontecimento ou assunto é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor-notícia’” (TRAQUINA, 2005, p.63).

expansão da imprensa; a concepção de que a notícia deve tratar dos fatos e não das opiniões (informação e não propaganda); o desenvolvimento de técnicas específicas e saber especializado (o que revela uma autonomia relativa e a configuração de uma identidade profissional) e, por fim, a definição de dois pólos do campo jornalístico moderno: o pólo econômico ou comercial (notícias como mercadoria) e o pólo ideológico (jornalismo é visto como um serviço público, a informação é um direito do cidadão).

Progressivamente, o discurso jornalístico tornou-se uma distintiva classe de textos: agentes no campo jornalístico desenvolveram seus próprios valores e normas discursivas, tais como objetividade e neutralidade. O modo jornalístico de escrever se caracterizou por práticas e estratégias discursivas particulares, nem literárias, nem políticas. (CHALABY *apud* FRANCISCATO, 2005, p.34)

No contexto jornalístico do século XIX, o crime também representa um dos temas mais destacados. A população e os leitores se mostravam ávidos por esse tipo de conteúdo. Em Paris, por exemplo, quando era publicada uma notícia sobre assassinato, milhares de pessoas visitavam o necrotério a pretexto de querer reconhecer a vítima. Havia uma sala de exposição, onde duas filas de cadáveres eram exibidas. Guillot (*apud* CHARNEY; SCHWARTZ, 2001, p.416) acreditava que as reportagens transformavam o necrotério em uma “casa de vidro” e que se o necrotério podia ser considerado um teatro do crime, então o jornal era seu programa.

O necrotério serviu como um auxiliar visual do jornal, colocando no palco os mortos que haviam sido descritos em detalhe, com sensacionalismo, pela palavra impressa. O fim do século XIX na França foi chamado de “era dourada da imprensa”, e é fundamental para entender o papel central que ela desempenhou no desenvolvimento do espetáculo parisiense. Eventos correntes tornaram-se o alimento diário dos jornais populares de Paris, cuja circulação total aumentou 250% entre 1880 e 1914. Os jornais substituíram a opinião pela assim chamada verdade quando o mundo “entrou na era da informação”. (CHARNEY; SCHWARTZ, 2001, p.415)

Nelson Traquina (2005) também aborda a presença do crime e dos escândalos na imprensa da década de 30 do século XIX – na chamada “*penny press*”. Surgia a definição do que é notícia, com ênfase às notícias locais, às histórias de interesse humano e reportagens sensacionalistas de fatos surpreendentes. O autor cita o jornal americano *New York Sun* como um exemplo dessa nova imprensa, cujas notícias tratavam do discurso parlamentar, as

cotações da Bolsa, o câmbio, os conflitos militares, entre outras: “O *New York Sun* não só dava essas informações de forma acessível, como enchia suas páginas com outros assuntos: histórias de crimes, escândalos, tragédias, notícias que o homem comum achava interessantes ou divertidas” (TRAQUINA, 2005, p.67)

No século XX, os crimes, escândalos e investigações também são consolidados como valores notícias. Contudo, um estudo realizado por Herbet Gans (*apud* TRAQUINA, 2005), que analisou telejornais de três principais cadeias norte-americanas (*CBS, ABC e NBC*) no ano de 1967 e as revistas de informação *Newsweek* e *Time* (em três diferentes anos da década de 70), revelou a presença de outros valores-notícia, em especial, o da notoriedade do ator principal do acontecimento.

Os resultados de Gans revelaram que, entre 70% e 85% das notícias sobre assuntos nacionais são acerca de pessoas conhecidas, como o Presidente dos Estados Unidos e outras figuras nacionais, tais como ministros e governadores. Outro fator de interesse público e que também foi percebido por Gans como valor-notícia é: pessoas conhecidas envolvidas em escândalos.

Além disso, o pesquisador avaliou que entre 17% e 34% das notícias em revistas de informação tratavam da categoria crimes, escândalos e investigações. Assim, diante deste contexto, percebemos que nossos jornais de hoje (impressos ou televisivos), na verdade, tratam de uma temática que está presente deste o século XVII, no tempo das “folhas volantes”.

No que diz respeito à Polícia Federal, objeto de estudo do presente trabalho, parte-se do pressuposto (a ser confirmado ou refutado pela análise do material empírico) que, nas matérias que abordam as operações da Instituição, provavelmente estarão presentes os seguintes critérios de noticiabilidade:

a) *a notoriedade*: trabalha-se com esta hipótese porque, geralmente, as investigações da PF têm como alvo pessoas de destaque no cenário social, como membros do judiciário (juízes e desembargadores), do legislativo e do executivo, além de advogados e grandes empresários;

b) *o escândalo*: freqüentemente, pessoas notórias (ou, ainda que não famosas, pertencentes às classes sociais mais elevadas) são flagradas e algemadas frente ao público. Logo, sugere-se que, dada uma tendência geral do jornalismo nesse sentido, a cobertura das ações policiais deva ser cada vez mais marcada por processos de dramatização e espetacularização que “apimentam” o escândalo: indício disso é que as operações são nomeadas por palavras e expressões e ecoam no imaginário e, ainda, há toda uma “teatral” mobilização do contingente, com homens de preto, helicópteros, carros de grande porte, enfim, cenas que nos lembram narrativas de filmes policiais;

c) *a infração*: neste caso, significa uma propensão a que se dê destaque à transgressão ou violação das leis, a má gestão, o mau comportamento por parte de um funcionário ou qualquer autoridade responsável.

Um aspecto interessante desses valores-notícia citados, especialmente o escândalo e a infração, é que eles remetem a uma das facetas que o jornalista pode assumir no exercício da profissão: o de “cão de guarda’ das instituições democráticas” (TRAQUINA, 2005, p.85).

Neste sentido, haveria por parte do jornalismo uma função de policiamento da sociedade:

O policiamento da sociedade assume diversas formas. Leva a comunidade jornalística a focar a sua atenção sobre a corrupção, os procedimentos legais, os direitos humanos. Envolve os jornalistas numa política de “policiamento informativo”, através da obtenção de revelações de informação que contribuem para a credibilidade pública. (TRAQUINA, 2005, p.76)

O jornalista, diante das operações da PF e do desmantelamento de organizações criminosas, assume o caráter de guardião da justiça, da democracia e canal de informação exclusiva dos dados da investigação. Logo, supõe-se de início que, muitas vezes, as



coberturas das ações policiais devam se fazer por meio da lógica do espetáculo. Ou seja, os dados/informações e imagens são amplificados, dramatizados, remetendo-nos a significados outros, que conhecemos através de filmes, novelas e outros produtos da ficção.

Baudrillard (1991) explica que “a simulação já não é simulação de um território, de um ser referencial, de uma substância. É a geração de modelos de um real sem origem nem realidade: hiper-real” (BAUDRILLARD, 1991, p. 8). Contudo, não se trata de mera ilusão. Baudrillard explica que a rede de signos artificiais se liga, inextricavelmente, com elementos reais e se torna

praticamente impossível isolar o processo de simulação, pela força de inércia do real que nos rodeia, o inverso também é verdadeiro (e esta mesma reversibilidade faz parte do dispositivo de simulação e de impotência do poder): a saber que é *doravante impossível isolar o processo do real* e provar o real. É assim que todos os assaltos, desvios de aviões, etc., são agora, de certo modo, assaltos de simulação, no sentido em que estão antecipadamente inscritos na decifração e na orquestração rituais dos *media*, antecipados na sua encenação e nas conseqüências possíveis. (BAUDRILLARD, 1991, p. 32)

Dentro dessa perspectiva, trazemos à tona o conceito de simulacro, que é fruto de uma necessidade da sociedade em continuar a produzir e reproduzir o real que lhe escapa. Essa construção se faz, como já apontado, através de signos e símbolos que recriam uma hiper-realidade, mais próxima, portanto, do espetáculo, como explica Guy Debord:

Não é possível fazer uma oposição abstrata entre o espetáculo e a atividade social efetiva. O espetáculo que inverte o real é efetivamente um produto. Ao mesmo tempo, a realidade vivida é materialmente invadida pela contemplação do espetáculo e retoma em si a ordem espetacular a qual adere de forma positiva. (...) a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo é real. Essa alienação recíproca é a essência e a base da sociedade existente (DEBORD, 1997, p. 15).

Parte-se da hipótese de que as coberturas jornalísticas das ações da Polícia Federal muitas vezes fazem uso do elemento “espetáculo”. O leitor/espectador recorrentemente tem acesso a imagens espetaculares, de homens armados, fardados, sempre acompanhados da figura do brasão da corporação. Os suspeitos também compõem o quadro ilustrativo, já que geralmente são colocados em primeiro plano, algemados.

Os consumidores de informação têm a sensação de que estão participando do momento, vivendo o espetáculo, já que jornalistas costumam acompanhar “ao vivo” a atuação

da polícia. Os próprios nomes das Operações nos remetem a elementos do imaginário da cultura massiva, como por exemplo: *Hurricane*, *Xeque-Mate*, *Pasárgada*, etc. Merece especial atenção o tipo de relação de cumplicidade entre o órgão oficial e os jornalistas – o que implica debater a cultura profissional dos profissionais de imprensa.

Conforme demonstrado, o crime, a transgressão da lei, sempre foi tema de relevância para a comunidade jornalística. Contudo, é necessário destacar que jornalistas se vêem como uma categoria específica, uma “tribo” caracterizada por uma maneira própria de agir de falar e de ver o mundo. Nesse sentido, a partir dessas características próprias da cultura profissional do jornalista, buscaremos entender o contexto em que a polícia, especialmente, a Federal se fortalece frente ao público.

Em primeiro lugar, podemos dizer que a cultura jornalística é rica em mitos, símbolos e representações sociais. É um conjunto de arquétipos e estereótipos que “fornecem a esta comunidade interpretativa toda uma liturgia de figuras bem claras dos vilões e dos heróis a que os membros da tribo prestam homenagem ou devotam ódio” (TRAQUINA, 2005, p.51). Além disso, como já citado anteriormente, o mito que mais envolve esta categoria profissional é aquele que coloca os jornalistas como “cães de guarda”, que protegem os cidadãos contra os abusos do poder

(...) no papel de “Quarto Poder” que vigia os outros poderes, atuando do a quem doer no papel mesmo de herói do sistema democrático (Ungaro, 1992), tão bem projetado e, por diversas formas, no imaginário coletivo no espaço público democrático, e sobretudo em diversos filmes em que a magia do cinema oferece uma constelação de símbolos e representações da mitologia jornalística. (TRAQUINA, 2005, p.51)

Conseqüentemente, parte-se também da hipótese de que a grande parte da mídia brasileira, nas coberturas sobre a Polícia Federal, constrói as matérias com base na designação de figuras arquetípicas de heróis (neste caso, a PF) e vilões (aqueles que por ela foram presos). Neste contexto, entre vilões e heróis, está a figura do jornalista, mitificada na imagem do “detetive”, que busca as informações e até participa das Operações. É aquele que traz a

verdade à tona e mostra para leitores e/ou espectadores as atividades da investigação, a descoberta de esquemas e o extermínio da corrupção.

Há uma relação de cumplicidade entre jornalistas e polícia? Imagina-se que sim, já que de um lado há o jornalista que busca o “furo”, quer participar das operações através da cobertura “ao vivo” ou da busca por informações exclusivas. Do outro, há a polícia que, se for representada através da mitologia do herói, reforça sua identidade organizacional e ganha ainda mais força e credibilidade junto à sociedade.

### 2.3 A (AUTO)REPRESENTAÇÃO DA IMPRENSA E A REPRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO POLICIAL

Por meio da cultura jornalística e, portanto, através da forma como a comunidade interpretativa representa o mundo (através de binarismos: bom/mau, herói/vilão) e se vê (como “cães de guarda” da sociedade), pode haver um incentivo ao caráter repressivo da polícia e à espetacularização das operações policiais. A história mostra que assim já ocorreu no passado: essa relação de incentivo e cumplicidade entre polícia e jornalista pode ser percebida desde o século XIX.

Beatriz Marocco (2004) analisou jornais de Porto Alegre do séc. XIX. Em seu estudo, percebeu as formas estereotipadas como algumas pessoas eram tratadas e, logo, marginalizadas na sociedade, especialmente devido às representações dadas pela imprensa da época. Já naquele tempo, era possível notar duas temáticas que reverberam até os dias de hoje: o questionamento sobre o relaxamento da prisão (incentivando o caráter repressivo da polícia) e o jornalista enquanto “auxiliar” da polícia.

No que diz respeito às prisões de curta duração, Marocco cita o seguinte trecho do Jornal Gazetinha, de 12 de janeiro de 1896:

Repetidas agressões, assaltos, assassinatos, etc. etc., têm ocupado a atenção popular, tomada de justa surpresa. (...) Os desordeiros são recolhidos à cadeia municipal; lá ficando “no molho” dias ou três dias, saindo após esse tempo e vindo cá fora de novo revolucionar a pacatez da cidade. (apud MAROCCO, 2004, p.43)

Em linhas gerais, pode-se observar que o discurso que circula pela mídia hoje, diante das ações da Polícia Federal, não é muito diferente. Numerosos jornais e revistas tratam, muitas vezes, com tom de ironia, a questão do relaxamento das prisões efetuadas durante as Operações. Muitas vezes, a culpa pela soltura dos acusados é dada ao Judiciário, reforçando a idéia de que a polícia prende e a Justiça solta. Contudo, o que aqui nos interessa é a percepção da reincidência deste discurso que, nos remete à função mitológica do jornalista, de lutar e defender a ordem, acentuando a prisão como justiça feita. E fica a questão do presente trabalho: os veículos *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Tribuna de Minas*, que constituem a base para esta pesquisa, reverberam esta postura?

Isso certamente ocorreu com parte da imprensa. Por exemplo, a Revista *Veja*, de 26 de setembro de 2007, ilustra esta questão. Nas páginas amarelas (seção que é dedicada à entrevista), o jornalista Ronaldo Soares entrevista Luiz Fernando Correia, que na época assumia a direção da Polícia Federal.

O título dado à entrevista é bastante sugestivo e denunciador de um discurso que existe até hoje no jornalismo, qual seja, o da necessidade da prisão, especialmente para corruptos: “*Prender e manter preso*”. Logo abaixo deste título, há um subtítulo que é ainda mais explícito: “O novo diretor da Polícia Federal diz que aprimorar a qualidade das provas é a melhor forma de *garantir que os corruptos fiquem atrás das grades*”. Já no texto introdutório da entrevista, o jornalista traça a construção mitológica já abordada – heróis e vilões –, reforçando o papel da polícia enquanto heroína e justiceira:

Luiz Fernando Corrêa, o novo diretor da Polícia Federal, assumiu o cargo com a missão de liderar 13.454 homens, cuidar da vigilância de 16.886 quilômetros de

fronteira e combater o crime organizado. Internamente, *ele terá de enfrentar um mal difícil de extirpar da vida pública: a corrupção.* (grifo nosso) (SOARES, 2007, p.11)

O enfoque na imperiosa atuação da polícia também já era temática no século XIX, como escreveu um jornalista da época em relação à política contra os bordéis: “(..) a ação da polícia contra os bordéis, ‘verdadeiros germes do vício e do crime’, era necessária pelo ‘bem da moralidade, da ordem e da tranqüilidade públicas’” (MAROCCO, 2004, p.45).

Assim, nota-se que, durante diferentes séculos, o jornalista assume um caráter de defensor dos interesses do cidadão, apontando os males a serem exterminados: se no século XIX, os bordéis aparecem como o “mau” a ser combatido, hoje, são os corruptos que ocupam a posição de “erva daninha” da sociedade. Nesse sentido, Marocco explica que, naquela época, era comum o uso da expressão “nós” em oposição ao “delinqüente”, mostrando a representação que os repórteres faziam de si mesmos: mostravam-se como verdadeiros “auxiliares” da polícia.

(...) o jornalista era uma peça do aparelho repressivo policial-judiciário. Em seus estudos sobre o cotidiano decimônico de Porto Alegre, Mauch afirma que os jornais se encarregavam de seguir, localizar e denunciar os indivíduos suspeitos, agindo como se fossem “auxiliares da polícia”. (MAROCCO, 2004, p.69)

Marialva Barbosa, ao fazer um estudo sobre a história cultural da imprensa no Brasil durante o século XX, pode perceber a mesma idealização do jornalista, enquanto garantidor da ordem pública:

O jornal fortalece a imagem dos jornalistas como profissionais onipotentes, munidos do poder da palavra, cuja missão consiste em “descobrir o crime que está oculto e, para o bem coletivo, é necessário contar”. No entanto, outras instituições, não o jornalismo, têm a atribuição de desvendar crimes. Naturaliza-se assim a prática do repórter policial como investigador de polícia, pois atuaria como intermediário em favor da coletividade. (MARIALVA, 2007, p.232)

Assim, ao mesmo tempo em que a comunidade interpretativa se mitifica enquanto instituição defensora do bem comum, costumeiramente há também a adesão às versões da polícia, que é a autoridade que detém a versão única dos fatos. Logo, as conseqüências dessa relação de apoio, incentivo e cumplicidade, decorrentes, como vimos, da própria cultura da

comunidade jornalística, conduzem a uma outra problemática: a construção das notícias sobre crimes e investigações policiais.

No que diz respeito ao procedimento e formas de confecção das notícias, o jornalista costuma seguir não só critérios de seleção (buscando assuntos dotados de valor-notícia – o crime, a infração, por ex.), como também critérios de construção. Segundo Traquina (2005) seriam critérios de construção: a *simplificação* (acontecimento é desprovido de ambigüidade e de complexidade, assim, muitas vezes, são utilizados clichês, estereótipos e frases feitas), a *amplificação* (quanto mais amplificado o acontecimento, mais chance da notícia ser notada), a *relevância* (o acontecimento deve se colocado como relevante para as pessoas), a *personalização* (valorização das pessoas envolvidas no acontecimento) e, por fim, a *dramatização* (reforço do lado emocional, a natureza conflitual).

Estes critérios averiguados por Traquina (2005) são bastante perceptíveis nas coberturas gerais da imprensa, especialmente, no que se refere à temática dos escândalos de corrupção descobertos pela Polícia Federal: em geral, são *simplificados*, resumidos, muitas vezes há até o auxílio de animação (arte) e esquemas para melhor visualização da atuação do acusado e das fases da investigação; *amplificados*, ganham capa, manchetes de destaque (com frases chamativas) e, com isso, recebem muita *relevância*, sendo, inclusive, noticiados em várias edições do mesmo jornal. No que diz respeito à *personalização* e *dramatização*, ganha destaque a atuação da polícia – desde entrevistas com delegados e agentes, até as imagens “dramatizadas”, espetaculares das ações da PF (policiais armados com escopetas, pessoas algemadas sendo conduzidas por policiais, etc).

Contudo, em tese o jornalismo deveria guiar-se por valores que buscam mostrar o acontecimento da forma mais isenta possível, sem a interferência da opinião do autor. As palavras “imparcialidade”, “equilíbrio” e “objetividade” se transformam em verdadeiros princípios norteadores do exercício profissional do repórter. O objetivo destes princípios é

assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e proteger-se contra eventuais críticas ao trabalho.

O ponto que mais nos interessa aqui é o fato de que, para atingir essa “objetividade”, são utilizados alguns procedimentos para averiguação e determinação dos acontecimentos: apresentar os dois lados da questão, mostrar provas auxiliares, o “uso judicioso das aspas” (TRAQUINA, 2004, p.140) e a estruturação da informação numa seqüência determinada (pirâmide invertida – informações mais importantes no *lead*).

No caso do crime, é patente o “uso judicioso das aspas”, afinal, as matérias costumam majoritariamente ser construídas segundo a versão policial. Usualmente, o que impera é a versão da instituição, considerada “autoridade” para falar do assunto. Estamos diante, portanto, de definidores primários.

Mais importante, estas regras profissionais dão origem à prática de assegurar que as afirmações dos *media* sejam, onde quer que seja, fundamentadas em afirmações *objetivas* e *autorizadas* de fontes *dignas de crédito*. Isto significa o recurso constante a representantes dignos de créditos e de instituições sociais importantes – membros do parlamento para assuntos políticos, patrões e dirigentes sindicais para questões industriais, etc. (...) O importante da relação estruturada entre os *media* e os *primary definers* institucionais é que permite aos definidores institucionais estabelecer a definição ou *interpretação primária* do tópico em questão. Então, esta interpretação *comanda a ação* em todo tratamento subsequente e impõe os termos de referência que nortearão as futuras coberturas e debates. (HALL et al, 1993, p. 225 e 226)

Desse modo, segundo a citação, caberia aos definidores primários a primeira interpretação sobre ou tema, traçando para os jornalistas a abordagem que será dada ao acontecimento. Nas matérias de crimes, a produção se dá, quase totalmente, a partir das definições dos definidores primários institucionais, ou seja, da polícia e do judiciário.

Franciscato (2005) explica que como as fontes, muitas vezes, encontram-se em lugar privilegiado na sociedade (não só em posições de hierarquia superior nas instituições sociais, mas também em espaços sociais de difícil contato e penetração pelo jornalista), elas acabam funcionando como canais de acesso às instituições em que estão vinculadas. “Estudos demonstram que esta situação dá à fonte um status de poder perante o jornalista, fator que é

alimentado se o repórter torna esta fonte rotineira, gerando dependência” (FRANCISCATO, 2005, p.187)

No caso em particular da polícia, é muito comum a utilização desta fonte como única a ser ouvida ou, pelo menos, a que domina a versão dos fatos (definidora primária da notícia), principalmente, porque estamos falando de matérias sobre crimes, onde o acusado não tem o privilégio da fala.

A polícia, os porta-vozes do Ministério do Interior e os tribunais constituem um quase monopólio como fontes de notícias de crime nos *media*. Muitos grupos profissionais têm contacto com o crime, mas é só a polícia que se afirma como especialista profissional na *guerra contra o crime*, baseada na experiência directa e pessoal. (HALL et al, 1993, p. 239)

Assim, na medida em que a polícia detém o poder de definir as interpretações dos fatos, demonstrando, assim, sua perícia no assunto, os jornais podem acabar direcionando para a instituição o apoio da opinião pública.

O Coronel da Polícia Militar e presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Augusto Severo, explica que a relação polícia e mídia é importante porque é através dos meios de comunicação que a instituição garante a sua legitimidade:

Legitimidade é dada pela opinião pública, e quem nos ajuda a formar a opinião pública é a imprensa. Por isso, é importante que sejamos capazes de estabelecer relações de compreensão entre repórteres, editores e policiais (SEVERO, 2007, p. 47) .

Sendo assim, raramente o acusado ganha voz. Afinal, ao privilegiar-se a única versão dos definidores primários, os fatos tornam-se incontroversos, claros, “simplificados”, como explica Traquina. Na problemática desta pesquisa, será interessante observar a incidência com que a Polícia Federal se apresenta como definidora primária, pois, desta maneira, assume o privilégio de ser autoridade incontestada.

Em decorrência disso, se a PF for de fato constantemente representada nos jornais como “autoridade contra o crime”, cada vez mais, conheceremos apenas a versão institucional e as pré-condenações daqueles que se vêem envolvidos em escândalos e operações especiais.



“Na ausência de uma definição alternativa, proposta eficientemente e com clareza, o âmbito de qualquer reinterpretação de crime pelo público, como assunto do seu interesse, é extremamente limitado” (HALL et al, 1993, p. 239).

Perseu Abramo (2003), ao tratar do uso exacerbado das fontes oficiais pelos jornais, explica que teríamos um padrão de manipulação da informação, em que haveria a “inversão da versão pelo fato”. Assim, os jornais dariam mais relevância às versões do fato do que ao próprio acontecimento. Abramo estabelece que há o risco de “oficialismo” quando a versão da fonte oficial torna-se o elemento-chave da matéria:

No lugar dos fatos uma versão, sim, mas de preferência a versão oficial. (...) a versão oficial da autoridade, cujo pensamento é o que mais corresponda ao órgão de imprensa, quando se trata de apresentar uma realidade de forma “positiva”, isto é, de maneira que o leitor não apenas acredite nela, mas a aceite e adote. (ABRAMO, 2003, p. 30)

Importa destacar que, se for mostrada como “autoridade” e mitificada como “heroína” e “justiceira”, a Polícia Federal tende a reforçar sua identidade e seu poder na sociedade. Num país que, historicamente, é marcado pela corrupção e impunidade de políticos acusados de corrupção, a PF surgiria como verdadeira mantenedora da ordem.

Se a notícia é uma construção social e, portanto, um acontecimento só faz sentido se puder ser colocado num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais, ela sempre reverbera uma visão de mundo, estigmas sociais e contextos sócio-culturais.

(...) as notícias são como são porque resultam das posições sociais predominantes dos indivíduos e dos grupos sociais envolvidos com a produção jornalística e, principalmente, em conseqüências das concepções e valores culturais que eles partilham (como a ideologia) por pertencerem a uma comunidade (Tuchman, 1982). Em outras palavras, as notícias são socialmente construídas, e os critérios de noticiabilidade são resultantes deste partilhamento e consenso de valores em uma comunidade. Se por um lado, tanto a idéia de que a seleção de notícias estaria baseada em qualidades intrínsecas aos eventos, quanto a potencial capacidade do jornalista de intervir na condução do seu trabalho perdem força para as determinantes sócio-culturais, por outro lado a notícia assume uma posição privilegiada na sociedade, pois seria uma condensação destas determinações em um produto sócio-cultural fundamental na construção dos processos, relações e conteúdos sociais. (FRANCISCATO, 2005, p.188)

Evidências da construção social de determinados sentidos para a Política Federal podem ser extraídas de numerosas matérias publicadas pela imprensa – resta estabelecer um estudo sistemático dessas representações (pretensão a ser materializada nos capítulos seguintes). Mas é possível, de antemão, afirmar que o discurso da impunidade de políticos corruptos é recorrente na nossa sociedade.

Por exemplo, no dia sete de dezembro de 2007, a capa da Folha de S. Paulo noticiava a deflagração, pela PF, da Operação Taturana, cujo objetivo era dissolver uma organização criminosa instalada na Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas que, supostamente, desviava verba pública através do pagamento de funcionários fantasmas. Neste mesmo dia, a parte de opinião do referido jornal trazia um artigo do empresário Ricardo Yong em co-autoria com o doutor em comunicação, Carlos Eduardo Lins da Silva.

O artigo, intitulado “*Pelo fim da impunidade*”, contextualiza um Brasil que, próximo do Dia Internacional de Combate à Corrupção (09/12), é “marcado por uma crise de credibilidade nas instituições do país”. Afinal, o país vive em uma série de escândalos que denunciam a corrupção nos diversos setores sociais: “Todos os poderes públicos em todos os níveis (federal, estadual, municipal) e também em empresas de diversos segmentos econômicos estão envolvidos em graves denúncias de corrupção”. No segundo parágrafo, os autores apontavam vestígios da corrupção nas diferentes esferas da sociedade:

Funcionários de variados escalões usam recursos públicos em proveito próprio; órgãos legislativos abusam do poder em benefício de particulares (frequentemente seus financiadores de campanha); membros do Judiciário são suspeitos de receber dinheiro de fontes particulares para beneficiá-la em suas decisões; empresas barganham benesses com os poderes públicos; as polícias estaduais são useiras e vezeiras em deixar de lado as provas para favorecer acusados; e ainda há o noticiário sobre o cotidiano nas cadeias e penitenciárias, bem como a notável rede de impunidade que parece proteger os envolvidos no caso. (YOUNG; DA SILVA, 2007, p.A3)

Nesta passagem, há algo interessante de se notar. Todos os setores, segundo os autores, estão corrompidos, exceto a Polícia Federal, que não é incluída. A única instituição

policial que figura em “crise de credibilidade” é a estadual. Há, implicitamente, o discurso de que a Polícia Federal é uma instituição séria, não sujeita à corrupção.

Além disso, percebemos claramente a idéia da impunidade e da corrupção generalizada na sociedade. É neste contexto que a PF tem um campo vasto de crescimento sobre o imaginário coletivo. Assim, as notícias sobre os escândalos, crimes e investigações seguem, sim, critérios de noticialidade (que estão presentes nos jornais ao longo dos tempos) e possuem valor-notícia, mas há também um fator contextual, histórico, que dá ainda mais destaque e projeção para abordagens sobre as operações da Polícia Federal. Novamente, é de se ressaltar o caráter de construção social da notícia.

Pressupõe-se que seja a partir deste discurso da luta contra a impunidade e corrupção que a PF ganha a mídia e, também credibilidade, como ressaltava Luiz Fernando Corrêa (diretor da Instituição) em entrevista a *Veja*: “(...) a PF conquistou muita credibilidade e está tendo um papel pedagógico no sentido de romper essa sensação de impunidade no país”.

Após as explicações trazidas sobre o “fazer jornalístico”, foi possível perceber algumas das vertentes que norteiam a produção de notícias. Contudo, para que possamos atingir o objetivo desta pesquisa, também será necessário entender de que forma podemos analisar os discursos que a mídia (impressa, no caso) produz sobre as coberturas das operações da Polícia Federal.

A partir da coleta e análise de evidências empíricas sobre a representação dada à PF pela imprensa pode-se colocar à prova alguns dos pressupostos e hipóteses aqui levantadas. Para tanto, segue capítulo de base metodológica que evidenciará os pressupostos teóricos utilizados para que se possa efetivamente partir para a análise das matérias publicadas sobre operações da Polícia Federal nos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Tribuna de Minas*.

### **3 COMO AVALIAR A REPRESENTAÇÃO DA PF NA IMPRENSA? DELIMITAÇÃO DO OBJETO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

Verificamos no primeiro capítulo como as identidades são moldadas e estão em um complexo processo de (re)constituição. Abordamos, ainda, de que forma a mídia atua na exposição de imagem e formação das identidades, enfatizando-se, evidentemente, a força que o campo midiático exerce enquanto sistema de representação por excelência.

No segundo capítulo, o foco se deu sobre um específico produto da comunicação de massa, qual seja, o jornalismo. Argumentou-se sobre os métodos presentes no fazer jornalístico, entre eles, a escolha da fonte e dos temas que apresentam valor-notícia. Aproximamos a discussão para o objeto desta pesquisa e, portanto, buscamos evidenciar que o crime é um tema que desde os primórdios do jornal é selecionado por aqueles responsáveis pela confecção da notícia.

Desta maneira, a Polícia Federal é um ator social que emerge em uma mídia que há mais de 200 anos abre espaço para matérias policiais apimentadas pelo escândalo e pela notoriedade dos envolvidos nos supostos crimes. Neste terceiro capítulo, o foco está na explicitação dos objetos que constituem o corpus da presente pesquisa, bem como dos procedimentos metodológicos a serem utilizados.

A Polícia Federal possui uma estrutura voltada para comunicação externa - através da assessoria de imprensa, ela mostra suas ações e consolida a imagem da organização frente à sociedade. Contudo, a construção desta imagem não se dá simplesmente por um trabalho de assessoria de imprensa, mas sim pela interface dela com as escolhas editoriais feitas por jornais de todo o Brasil. Logo, perceber qual é a imagem pública da PF inevitavelmente

conduz à interpretação dos resultados do trabalho jornalístico de cobertura das megaoperações efetuadas pelo órgão policial.

Neste sentido, o objetivo deste capítulo é explicitar as referências teórico-metodológicas a partir das quais se efetuará a análise da cobertura jornalística das operações da Polícia Federal. Para esta pesquisa foram selecionadas três operações de âmbito nacional que tiveram como alvo membros do Legislativo, Executivo e Judiciário e que foram deflagradas no primeiro semestre de 2007. São elas: Operação *Hurricane*, Operação *Navalha* e Operação *Xeque-Mate*.

Em âmbito regional, selecionamos as operações *Pasárgada* e *De Volta Para Pasárgada*, que levaram à prisão o prefeito de Juiz de Fora e de outras cidades do Brasil. Nas operações de âmbito nacional foram analisados dois jornais de grande circulação: *O Globo* e a *Folha de S. Paulo*. Já para a análise das operações de âmbito regional, utilizou-se a *Tribuna de Minas* como objeto de estudo, o jornal mais tradicional da cidade de Juiz de Fora. O recorte temporal de cada uma das operações foi de uma semana após o primeiro dia de notícias acerca da atuação da PF (prisões, apreensões, etc.). A seguir, para evidenciar o objeto de estudo, descreveremos brevemente cada uma das referidas operações.

### 3.1 DAS OPERAÇÕES

A Polícia Federal, em 13 de abril de 2007, deflagrou a Operação *Hurricane*, cujo principal alvo foi o Judiciário e o combate à exploração de jogos ilegais (bingos e caça-níqueis). Quatro estados brasileiros foram palco de apreensões e prisões: Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Distrito Federal. Nesta Operação, a PF teria descoberto que bicheiros estavam

comprando sentenças (e liminares) para liberação dos referidos jogos de azar. Foram cumpridos 70 mandados de busca e apreensão e 25 mandados de prisão contra empresários, advogados, policiais civis e federais, magistrados e um membro do Ministério Público Federal.

A Operação *Hurricane* ganhou muita repercussão, pois importantes magistrados foram presos, a exemplo do desembargador do Tribunal de Justiça do Rio, Carreira Alvim. Além disso, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Paulo Medina, também teve seu nome envolvido e, por isso, muitas matérias sobre o possível envolvimento do mesmo ganharam as capas dos principais jornais. Outro fator que também trouxe muita repercussão para o caso foi a grande quantia em dinheiro apreendida (5 milhões), além dos vários carros importados (42).

Aproximadamente um mês depois de *Hurricane*, a PF deflagrou outra Operação de destaque. Intitulada *Navalha*, a ação teve como foco a investigação de fraude em licitações envolvendo a empresa Gautama. Cerca de 400 policiais federais foram mobilizados nos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Sergipe, Pernambuco, Piauí, Maranhão, São Paulo e no Distrito Federal para cumprir cerca de 40 mandados de prisão preventiva e 84 mandados de busca e apreensão, todos decretados pela Ministra Eliana Calmon, do STJ. Segundo a PF, a fraude também envolvia licitações de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

*Navalha* ganhou bastante atenção midiática, pois, segundo a PF, estavam envolvidos o ex-governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares (PSB), um deputado, dois prefeitos, servidores, empresários e um assessor do ministro Silas Rondeau (Minas e Energia). Devido a esta investigação da Polícia Federal, Silas Rondeau renunciou ao cargo de Ministro de Minas e Energia e, de certa maneira, o escândalo chegou ao primeiro escalão do Executivo.

Além disso, quando da busca e apreensão na construtora Gautama, foi encontrada uma lista com nomes de membros do Legislativo que teriam recebido presentes e agrados da referida empresa. Várias matérias focaram a referida lista e o possível envolvimento de membros do Senado na suposta organização criminosa.

Já a Operação *Xeque-mate* trouxe novamente à pauta o tema do combate à máfia dos caça-níqueis. Contudo, desta vez, as investigações recaíram sobre o irmão do presidente da república, o Vavá. O enquadramento jornalístico foi a notoriedade do ator principal, no caso, o irmão do presidente Lula. Acusado de tráfico de influência, Vavá estampou a capa dos grandes jornais do Brasil e levantou suspeitas sobre o conhecimento do presidente Lula sobre o caso. As reportagens também buscaram mostrar as conexões dos envolvidos com o chefe do Executivo, a exemplo do compadre de Lula, Morelli. Por isso, conforme dito anteriormente, a cobertura jornalística da operação Navalha a todo tempo convida o leitor a se questionar: afinal, o presidente sabia do caso? Também estava envolvido?

A Operação *Pasárgada* apresentou um foco mais regional, contudo, também ganhou enfoque na grande mídia, como o Jornal Nacional. Nesta ação, a PF prendeu o prefeito de Juiz de Fora, Alberto Bejani, e de outras cidades mineiras e baianas, todos acusados de fraudar a liberação de verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Deflagrada em nove de abril, a Operação também recaiu sobre magistrados, advogados, procuradores municipais, assessores e lobistas.

A Operação *De Volta para Pasárgada* foi uma extensão da anterior (*Pasárgada*), pois de posse dos documentos apreendidos em abril, a PF pode, em junho, novamente prender Bejani (que havia sido solto). Desta vez, o então prefeito de Juiz de Fora estava sendo acusado de corrupção, por se envolver em esquema de aumento na passagem de ônibus.

Imagens do prefeito recebendo grande quantia em dinheiro (decorrente do aumento da passagem de ônibus) foram transmitidas em rede nacional de televisão. Inclusive

porque, nestas imagens, Bejani relata suposto envolvimento de ex-ministro da Casa Civil (Governo Lula), Zé Dirceu, em outro esquema de corrupção.

No total, esta pesquisa selecionou duzentas e sessenta e duas matérias jornalísticas -um corpus de considerável abrangência para análise -, todas publicadas em até uma semana a contar do dia em que foram deflagradas as operações. Três metodologias foram utilizadas para a análise das matérias publicadas: *análise de conteúdo*, onde se consolidou o corpus, verificando temática, posição na página, ilustrações, manchetes; *análise de discurso*, oportunidade em que o foco se deu sobre as matérias de capa e de maior destaque dos cinco dias subseqüentes à deflagração da operação, o que perfaz um total de 43 matérias, e *entrevistas em profundidade* com 10 policiais federais (entre agentes, delegados, peritos, escrivães) lotados na Delegacia de Polícia Federal de Juiz de Fora, de modo a perceber o quanto a imagem que eles têm da instituição (com influência nos processos de identificação que eles estabelecem com a instituição e, portanto, suas próprias formações de identidade) decorre da representação dada pela imprensa à PF.

### 3.2 DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise de conteúdo (AC) faz referência a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação dos fenômenos simbólicos – hoje especialmente úteis para a compreensão de fenômenos midiáticos.

Registra-se que desde o século XVIII este método tem sido utilizado. Naquele século, a corte suíça analisou 90 hinos religiosos anônimos, denominados Cantos de Sião, para saber se os mesmos continham idéias perniciosas.(JÚNIOR, 2006, p. 279 e 280)



Contudo, o uso da análise de conteúdo só veio a ser adotado regularmente no século XX, quando vários campos do conhecimento passaram a utilizar a metodologia, a exemplo das ciências políticas, a psicologia, a sociologia e, evidentemente, a comunicação de massa.

Essa metodologia, por ter grande herança do positivismo, cuja principal característica é a valorização das ciências exatas como paradigma de cientificidade, sofreu (e ainda sofre) numerosas críticas. Um dos principais argumentos contrários à AC é de que se trata de um método de pesquisa quantitativo, incapaz de uma aproximação crítico-ideológica suficiente dos meios de comunicação. A AC, segundo esta concepção, não levaria em conta os significados para além da palavra, dependentes de uma análise segundo o contexto em que se encontram.

O foco puramente quantitativo proposto pela maioria dos que utilizam a análise de conteúdo é contestado por pesquisadores importantes. Recorrendo à visão de Todd Gitlin (1980), Pamela Shoemaker e Stephen Reese (1996) lembram que a redução de uma grande quantidade de textos a uma base de dados não proporciona um quadro completo de significados e dos códigos contextuais, porque os textos podem enfatizar outros aspectos do que aqueles meramente repetitivos. (HERSCOVITZ, 2007, p.125)

Por outro lado, a análise de conteúdo tem como grande atrativo o fato de proporcionar a consolidação do corpus da pesquisa, apontando, assim, para o pesquisador, tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Permite que tenhamos um panorama geral do objeto da pesquisa, ajudando-nos a entender um pouco mais sobre quem produz e quem recebe a notícia. Além disso, permite o estabelecimento de alguns parâmetros culturais implícitos. Para isso, Júnior (2006, p.283), ressalta a valorização da inferência, ou seja, da superação da excessiva ênfase no aspecto quantitativo.

Na prática, isto significa que ‘a análise de conteúdo já não é considerada exclusivamente com um alcance *descritivo* (cf. inventários de jornais do princípio do século), antes se tomando consciência de que sua função ou seu objectivo é a *inferência*’ (BARDIN, 1988, p.21 -22, grifos do autor), seja ela baseada ou não em indicadores quantitativos. Na análise de conteúdo, a inferência é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada. Assim como o arqueólogo ou o detetive trabalham com vestígios, o analista trabalha com índices cuidadosamente postos em evidência,

tirando partido das mensagens que manipula, para *inferir* (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor ou sobre o destinatário da comunicação. (JÚNIOR, 2006, p.284)

Segundo Herscovitz (2007), a análise de conteúdo também está associada à inferência e, segundo a referida autora, trata-se de um

(...)método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas, veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação. (HERSCOVITZ, 2007, p. 123)

O pesquisador que utiliza este tipo de método busca pistas que desvendem significados aparentes e/ou implícitos das narrativas jornalísticas, expondo tendências, conflitos, interesses, ambigüidades ou ideologias presentes nos materiais examinados.

Para aplicação deste método, alguns marcos referenciais devem ser observados, como a análise dos dados da maneira como estes se apresentam, o contexto em que estão inseridos, o objetivo da análise de conteúdo para a pesquisa e, conforme acentuado anteriormente, a inferência como tarefa intelectual básica.

Para este trabalho foram observados estes marcos referenciais, a partir da estrutura do método proposto pela pesquisadora francesa Laurence Bardin (apud JUNIOR, 2006), que prevê a análise de conteúdo em cinco etapas: a organização da análise, a codificação, a categorização, a inferência e o tratamento informático.

Na organização da análise, define-se o que analisar e como analisar. Faz-se a constituição do corpus da pesquisa, ou seja, a definição do conjunto de documentos a serem submetidos a análise, seguindo as *regras da exaustividade* (todos os documentos relativos ao assunto pesquisado, no período escolhido, devem ser considerados), *da representatividade* (definição da amostragem capaz de fornecer dados suficientes), *da homogeneidade* (os documentos obtidos devem ser da mesma natureza, do mesmo gênero ou se reportarem ao

mesmo assunto) e a *regra da pertinência* (os documentos devem ser adequados aos objetivos da pesquisa em todos os aspectos: objeto de estudo, período de análise e procedimentos).

Feita a organização da análise, é necessário elaborar a codificação, oportunidade em que se faz a transformação dos dados brutos de forma sistemática, segundo regras de enumeração, agregação e classificação. Escolhem-se as unidades de registro, definem-se as regras de enumeração (a frequência, o equilíbrio na quantidade de atributos favoráveis ou desfavoráveis, a quantidade de associações e classificações manifestadas sobre um símbolo).

A categorização é realizada através do reagrupamento das unidades de registro em número reduzido de categorias. O objetivo é tornar mais palpável a quantidade de dados obtidos e sua diversidade. Para Bardin (apud JÚNIOR, 2006, p.298), os critérios de categorização podem ser semânticos (categorias temáticas), sintáticos (verbos e adjetivos), léxicos (classificação das palavras segundo seu sentido) ou expressivos (categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem).

A inferência, já abordada neste capítulo, está centrada nos aspectos implícitos da mensagem analisada. E, por fim, faz-se o tratamento informático, que auxiliará, especialmente, na análise quantitativa, mais voltada para estatísticas. A análise de conteúdo é bastante fértil para aqueles que buscam, em última instância, perceber de que modo se dá a produção da notícia e como a mesma é recebida.

Se a análise de conteúdo permitirá, no presente trabalho, um mapeamento das tendências gerais das coberturas jornalísticas, algumas específicas matérias, que reportam especialmente a ação da Polícia nos três dias subseqüentes à deflagração das Operações, poderão ser compreendidas em profundidade a partir de outra tradição teórica: a Análise do Discurso Crítica (ADC), cujos pressupostos são enunciados por Normam Fairclough (2001).

### 3.3 DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

A teoria Social do Discurso é uma abordagem de Análise de Discurso Crítica (ADC), desenvolvida por Norman Fairclough, que tem como fundamento a percepção da linguagem como parte irredutível da vida social dialeticamente interconectada a outros elementos sociais. Nesse sentido, Fairclough centra-se em dois conceitos: discurso e prática social.

Assim como explanado no Capítulo I desta dissertação, a linguagem é uma importante (se não a principal) variável nos processos de transformação social. É seguindo esta premissa que Fairclough desenvolve seu método de pesquisa, que põe em evidência também a constituição das identidades.

Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’; diferentes discursos constituem entidades-chave (sejam elas a ‘doença mental’, a ‘cidadania’ ou o ‘letramento’) de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (por exemplo, como médicos ou pacientes), e são esses efeitos sociais do discurso que são focalizados na análise de discurso. (FAIRCLOUGH, 2001, p.22)

Sendo assim, entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. “Nisso consiste a dialética entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social, mas é também constitutivo da estrutura social. Não há, portanto, uma relação externa entre linguagem e sociedade, mas uma relação interna e dialética” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.26).

A teoria de Fairclough determina que a análise de discurso deve ser pensada tridimensionalmente: texto, prática discursiva e prática social. Assim, é possível avaliar as relações entre mudança discursiva e social e relacionar sistematicamente propriedades

detalhadas de textos às propriedades sociais de eventos discursivos como instâncias de práticas sociais.

O objetivo do autor em propor estas três esferas acima é estruturar o modo de análise. Para cada uma delas, Fairclough propõe uma série de categorias analíticas, que podem ser utilizadas segundo o objeto de pesquisa. Ressalte-se que o processo entre discurso e transformação social ocorre simultaneamente - a divisão entre categoriais tem apenas fins de facilitar a análise. Estudos recentes de Fairclough apontam o fortalecimento da análise da prática social. Desta maneira, o discurso passou a ser visto apenas como um momento das práticas sociais. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.30)

Levando-se em consideração que o objetivo desta pesquisa é perceber a forma como é representada a identidade da Polícia Federal, passaremos a descrever quais categoriais analíticas utilizaremos para este trabalho. Em primeiro lugar, destaca-se um conceito central na obra de Fairclough e de outros estudiosos do discurso: a intertextualidade.

Foucault (apud Fairclough, 2001, p.133) afirmou: “não pode haver enunciado de que uma maneira ou de outra não reatualize outros”. A frase do teórico conceitua o termo *intertextualidade*, categoria analítica que busca desvendar quais enunciados estão imbricados em um determinado discurso. Nesse sentido, podemos encontrar, por exemplo, em um monólogo diversas vozes provenientes do imaginário coletivo e da história.

Nenhum membro da comunidade verbal consegue encontrar palavras de sua língua que sejam neutras, isentas das aspirações e das avaliações dos outros, inabitadas pela voz de outrem. Não, ele recebe a palavra pela voz do outro, e essa carga permanece. Intervém no seu próprio contexto a partir de um outro contexto, afectado pelas intenções de outrem. (BAKHTINE apud PONTE, 2005, p.27)

A intertextualidade é uma categoria de análise muito complexa e potencialmente fértil. Podemos dizer que os textos são dialógicos em dois sentidos: mesmo os textos aparentemente monológicos, como textos escritos, participam de uma cadeia dialógica, no

sentido de que respondem a outros textos e antecipam respostas e, além disso, o discurso é internamente dialógico, afinal é polifônico, articulando várias vozes.

Desta maneira, Fairclough (2001) explica que há relações intertextuais ‘horizontais’ e ‘verticais’. No primeiro caso faz referência à relação de um texto e aqueles que o precedem e seguem na cadeia de textos. Já no segundo caso, seria a presença de textos que evidenciam outros contextos mais ou menos imediatos ou distantes: “textos com os quais está historicamente ligado em várias escalas temporais e por vários parâmetros, até mesmo textos que são mais ou menos contemporâneos a ele” (p.136).

Devemos, ainda, ressaltar uma outra distinção elaborada pelo citado autor: a existência da intertextualidade manifesta e da constitutiva. O primeiro caso ocorre quando outros textos estão explicitamente demarcados ou sugeridos por traços na superfície do texto, através das aspas, por exemplo. A intertextualidade constitutiva de um texto, entretanto, é a configuração de convenções discursivas que entram em sua produção. Neste último caso, Fairclough resalta que esta espécie de intertextualidade pode ser denominada interdiscursividade.

Ao trazermos o tema intertextualidade e mídia, devemos ter em mente a abordagem trazida no Capítulo II acerca do modo de produção da notícia: uso de fontes oficiais, valores-notícia, agendamento, etc. Afinal, os jornalistas são mediadores, colocam em pauta os eventos dignos de serem notícias para a audiência nos termos de seu próprio ‘senso comum’ ou numa versão estereotipada disto. Ao ‘traduzirem’ os acontecimentos para uma linguagem voltada para a audiência, operam uma aproximação entre fontes e leitores/telespectadores, reforçando assim algumas identidades.

Os eventos dignos de se tornar notícia se originam de limitado grupo de pessoas que têm o acesso privilegiado à mídia, que são tratadas pelos jornalistas como fontes confiáveis, e cujas vozes são aquelas que são mais largamente representadas no discurso da mídia. Em algumas notícias da mídia, essas vozes externas tendem a ser explicitamente identificadas e demarcadas (...). *Quando, entretanto, elas são traduzidas na versão o jornal da linguagem popular, como nesse caso, há um grau de mistificação a respeito de quem são as vozes e as posições que estão sendo representadas. Se as vozes de pessoas e grupos poderosos na política, na indústria,*

*etc são representadas em uma versão da fala cotidiana (mesmo simulada e parcialmente irreal), então as identidades entram em colapso. Os grupos poderosos são representados como se falassem na linguagem que os próprios leitores poderiam ter usado o que torna muito mais fácil de adotar os seus sentidos. Pode-se considerar que a mídia de notícias efetiva o trabalho ideológico de transmitir as vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta. (FAIRCLOUGH, 2001, p.144, grifo nosso)*

As palavras de Fairclough se encaixam bem ao objeto desta pesquisa. Em se tratando de matérias sobre operações da Polícia Federal é comum percebermos o discurso policial traduzido para a linguagem jornalística. Não há muitas matérias com a marcação das falas da PF (intertextualidade manifesta). O que é dito pelo órgão investigador é quase unicamente relatado pelo jornalista.

Podemos interpretar esta peculiaridade de dois modos: primeiro, a PF já está tão consolidada enquanto fonte, rica em credibilidade, que o jornalista não vê a necessidade dar voz (explicitamente) à mesma para lhe conferir ampla autoridade. E, em segundo lugar, a PF repassa as informações, mas prefere não ter identificações de delegado(a) X ou Y. Quem se pronuncia é a instituição (organização) como um todo, o que reforça a imagem da corporação, já que os méritos são direcionados ao Departamento de Polícia Federal (DPF), e não a membros do referido órgão.

A intertextualidade manifesta, conforme dito anteriormente, é aquela que é marcada na superfície textual; contudo, Fairclough também considera as *pressuposições* (proposições que são tomadas pelo(a) produtor(a) do texto como já estabelecidas ou dadas) e *metadiscursos* (quando há, por exemplo, uma paráfrase ou a reformulação de uma expressão) como espécies de relações intertextuais.

Já a interdiscursividade trata das convenções discursivas que entram em jogo na produção de um texto, como por exemplo, o gênero, o estilo e os discursos particulares (o militar, o publicitário, esportivo, etc).

Independente das distinções categóricas acerca da análise da intertextualidade, é importante ter em mente que texto e contexto estão fortemente imbricados e, portanto, não há

palavras neutras, livres de significados sociais e ideologias. Neste aspecto, embora o texto jornalístico tenha a pretensão de ser objetivo, isento de opinião, a escolha das palavras sempre será carregada de significados que estão presentes em discursos outros, estes oriundos do tecido social, da cultura e da história.

Desta maneira, pensando na relação dos textos com a realidade, não podemos deixar de falar um pouco sobre a *coerência*, afinal, é através dela que haverá *os efeitos de real*. Existirá verossimilhança capaz de satisfazer a pretensão das informações e sua credibilidade, através de uma coesão interna evidenciada no modo como se escreve. Teun van Dijk (apud PONTE, 2005, p.47) explica como a coerência e a coesão das notícias se apresentam de forma singular relativamente a outros relatos, na substituição do registro cronológico por critérios de relevância e por relações de especificação que acompanham as relações condicionais e temporais.

Lembramos que a análise da coerência também é utilizada na Pragmática da Narrativa do Jornalismo, “ramo da ciência que se dedica à ‘análise das funções dos enunciados lingüísticos e de suas características nos processos sociais’, na síntese de van Dijk, ou o ‘fenômeno das relações dos elementos discursivos com os usuários, produtor e interpretador do enunciado’, na explicação de Lamiquiz (...)” (CHAPARRO, 2007, p.23).

A obra de Chaparro acerca da *Pragmática do Jornalismo*, traz idéias e conceitos norteadores, afinal, nos aponta que a narrativa jornalística produz significações e dá sentido às coisas e aos nossos atos. “(...) o uso da Pragmática localiza-se quase exclusivamente na Análise do Discurso, que nos anos de 1970 e 1980 se tornou disciplina de maior sucesso no campo da Semiótica. (CHAPARRO, 2007, p. 26)” Contudo, a ênfase de seu trabalho se dá na compreensão das estratégias e intenções textuais do narrador. O foco está no ato de fala, na dinâmica da reciprocidade, na pragmática comunicativa, não na narrativa em si mesma. “Na análise pragmática da narrativa a atenção desvia-se da relação narrador-texto para a relação



comunicativa narrador-narratário, para o jogo entre intencionalidades do narrador e as interpretações e reconhecimentos da audiência.” (MOTTA, 2007, p.161)

Contudo, ressaltamos que esta pesquisa não se deterá nas intenções dos jornalistas, ou seja, nas motivações que os fizeram escolher determinada forma de relatar os fatos e produzir notícias sobre a Polícia Federal. O objetivo é analisar os textos, perceber os significados não aparentes, relacioná-los com o contexto, buscando as características que contribuem para a construção da identidade da Polícia Federal.

Desta maneira, fazendo uso da categoria analítica da ‘coerência’ buscaremos entender as notícias, as histórias recriadas, através das conexões entre partes, da serialidade temática e do encadeamento narrativo cronológico. A idéia é compreender o tema como síntese. “É importante observar como operam os encaixes (ganchos) que estruturam o encadeamento de incidentes fragmentados em seqüências lógicas coerentes.” (MOTTA, 2007, p. 148).

É a coerência que permite ao intérprete fazer a representação mental do que está sendo transmitido via discurso. Assim, “diz-se que um texto é coerente se, para um certo ouvinte numa determinada situação de audição ou leitura, ele consegue encaixar os vários elementos de significado numa representação mental.” (DOOLEY; LEVINDOHN, 2007, p. 43)

A questão é: de que forma a coerência opera na formação das identidades? A resposta está na interpelação dos sujeitos.

Isto é, os textos estabelecem posições para os sujeitos intérpretes que são ‘capazes’ de compreendê-los e ‘capazes’ de fazer as conexões e as inferências, de acordo com princípios interpretativos relevantes, necessários para gerar leituras coerentes.(...) À medida que os intérpretes tomam essa posições e automaticamente fazem estas conexões, são assujeitados pelo texto (...) (FAIRCLOUGH, 2001, p.114).

Para operar a análise da coerência, é preciso estar atento aos conectivos e argumentação, bem como a marcação coesiva de superfície, tal como a referência, os

pronomes, as substituições lexicais, a elipse e as tradicionais conjunções. Estes marcos na superfície do texto devem ser interpretados pelos receptores das mensagens como parte do processo de construção de leituras coerentes dos textos. Além disso, ressaltamos que os produtores de texto estabelecem ativamente relações coesivas de tipos particulares no processo de posicionar o intérprete como sujeito.

Conforme se observa, “a coesão está para a coerência assim como a forma lingüística que usamos está para o que queremos dizer. Isto é, a coesão fornece ‘dados brutos’ para guiar o ouvinte a uma representação mental adequada” (DOOLEY; LEVINDOHN, 2007, p. 56).

Ainda pensando na análise textual e sua relação com a prática social e, conseqüentemente, com a formação das identidades, também verificaremos o uso da *modalidade* e da *metáfora*.

A dimensão da gramática da oração que corresponde à função interpessoal da linguagem é a modalidade. Através dela, é possível perceber o comprometimento do autor com o que está sendo enunciado. Funcionam como presunções valorativas impressas em marcadores relativamente transparentes de avaliação. Para Fairclough (apud RESENDE; RAMALHO, 2006, p.82) “a questão da modalidade pode ser vista como a questão de quanto as pessoas se comprometem quando fazem afirmações, perguntas, demandas e ofertas”.

A modalidade pode ser subjetiva ou objetiva. A subjetiva ocorre quando o grau de afinidade pode ser explicitado: penso/suspeito/duvido. Já na modalidade objetiva ocorre quando a base subjetiva se encontra implícita: pode ser/ provavelmente. No caso da mídia, devido às características do discurso jornalístico, é comum encontrarmos apenas o uso da modalidade objetiva. Contudo, o uso dessa modalidade pode ocultar o ponto de vista representado, tornando, assim, perspectivas parciais em universais.

Os jornais tendem a oferecer versões da verdade às vezes opostas (embora frequentemente harmonizadoras), cada uma das quais se baseia na reivindicação implícita e indefensável de que os eventos podem ser representados transparente e

categoricamente e que perspectiva pode ser universalizada. Esse mito sustenta o trabalho ideológico da mídia, que oferece imagens e categorias para a realidade: posiciona e molda os sujeitos sociais e contribui principalmente para o controle e reprodução social. (FAIRCLOUGH, 2001, p.114).

Em resumo, podemos dizer que a modalidade é um ponto de interseção no discurso, entre a significação da realidade e a representação das relações sociais. Em outras palavras, a modalidade é entendida como a relação entre o produtor(a) de um texto e a representação. “(...)é relevante na construção discursiva de identidades, porque o quanto você se compromete é uma parte significativa do que você é – então escolhas de modalidade em textos podem ser vistas como parte do processo de texturização de auto-identidades” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.85).

Para este trabalho, buscaremos nas matérias jornalísticas das operações da PF, a presença da modalidade, buscando perceber de que maneira a instituição é representada. Verbos e advérbios modais serão observados, bem como tempos verbais, adjetivos e locuções adverbiais.

Por fim, para finalizar as categorias a serem analisadas, abordaremos a metáfora. Trata-se de um instrumento de comunicação importantíssimo, pois explora o patrimônio comum das imagens da memória coletiva. Também a pragmática da narrativa jornalística utiliza a análise das metáforas para buscar os efeitos poético e valorativo dos discursos.

Lakoff e Johnson (2002, p.45) explicam que as metáforas estão infiltradas na vida cotidiana, não somente na linguagem mas no pensamento e na ação. Sendo assim, nosso sistema conceptual é metafórico por natureza. Isso significa que os conceitos que estruturam os pensamentos estruturam também o modo como nos relacionamos com outras pessoas de acordo com nossa experiência física e cultural. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.86)

Fairclough (2001) explica que quando significamos algo por meio de uma metáfora e não de outra estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra, o que sugere filiação a uma maneira particular de representar aspectos do mundo e de identificá-los. Daí a importância de incluir esta categoria para o objeto desta pesquisa, qual seja, constituição de identidades pela mídia.

Podemos dividir as metáforas em três categorias: *metáforas conceituais* (compreensão de um conceito em termos de outro – “Tempo é dinheiro”), *metáforas orientacionais* (conceitos em relação a uma orientação espacial – “Hoje estou me sentido para baixo”) e *metáforas ontológicas* (maneiras de entender eventos, atividades, emoções, idéias, como entidades e substâncias – “Precisamos combater a inflação”).

Conforme se observa, as categorias analíticas selecionadas (intertextualidade, coerência e coesão, modalidade e metáforas) serão de grande valia para o objetivo desta pesquisa, pois cada uma delas propõe um elo entre discurso e realidade. Ao focar nestes marcos textuais poderemos verificar sentidos/significados e valores implícitos, mas que contribuem fortemente para a consolidação da imagem da Polícia Federal.

Uma vez mapeada a identidade da PF projetada pela mídia, esta pesquisa direcionará o foco para o estudo de recepção. Afinal, existe uma identidade policial (representação social) lançada pela grande mídia, através da cobertura jornalística das operações da PF, mas fica a questão: será que os policiais federais se identificam com os valores e símbolos agregados à organização pelos jornais? Para o estudo de recepção, este trabalho utilizará a entrevista em profundidade.

#### 3.4 DA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

Com o objetivo de perceber o rebatimento da imagem pública da Polícia Federal nos profissionais que a integram, escolheu-se como método de análise da recepção a entrevista em profundidade. Isto se deve ao fato de que o objetivo desta pesquisa é buscar valores, símbolos, ritos, enfim, características que contribuem para a formação identitária

ligada às relações de trabalho. Logo, é necessária a aplicação de um método que traga respostas qualitativas.

Jorge Duarte (2006) explica que esta técnica é eficaz, pois permite a exploração de um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes. Entre as principais qualidades dessa abordagem está a flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas. Esse tipo de entrevista busca intensidade nas respostas, não-qualificação ou representação estatística. (DUARTE, 2006, p.62)

Ao proceder a entrevista em profundidade esta pesquisa pretende explorar o tema desta dissertação, já que as perguntas permitem ao entrevistado falar o que pensa, sem restrição ou censura, e ao entrevistador, formular perguntas a partir das respostas, em busca de maior detalhamento e profundidade do assunto.

Conforme assevera o referido autor, a entrevista em profundidade é um método que requer elaboração e explicitação de procedimentos metodológicos específicos: o marco conceitual, os critérios de seleção das fontes, os aspectos de realização e o uso adequado das informações.

Este trabalho utilizará a entrevista semi-aberta, pois partiremos de uma matriz, de um roteiro pré-definido de questões guias relacionadas ao interesse da pesquisa. A partir destas perguntas básicas, abriremos o campo para outras questões e hipóteses que possam ser úteis ao objeto de análise.

Ressaltamos que, segundo Jorge Duarte (2006), a validade e a confiabilidade da técnica de entrevista em profundidade dizem respeito, particularmente, a três questões: seleção de informantes capazes de responder à questão de pesquisa; uso de procedimentos que garantam a obtenção de respostas confiáveis e descrição dos resultados que articule consistentemente as informações obtidas com o conhecimento teórico disponível.

No que diz respeito à seleção dos informantes, esta pesquisa buscará delegados e policiais da Delegacia de Polícia Federal da cidade de Juiz de Fora. O objetivo será conversar com policiais de diferentes faixas etárias, cargos e tempos de carreira dentro da organização. Desta maneira, pretende-se conhecer as impressões de cada um acerca da instituição da qual fazem parte.

O instrumento de coleta será a gravação, pois possibilitará o registro literal e integral. Depois de transcritas as entrevistas, faremos uma análise das respostas, levando-se em conta os estudos produzidos acerca da cobertura da mídia sobre as operações da Polícia Federal. Conforme já ressaltado, a intenção é perceber se os policiais se identificam com a identidade projetada pela mídia.

#### 4 O DESTAQUE EDITORIAL DAS OPERAÇÕES DA PF N' O GLOBO, FOLHA DE S. PAULO E TRIBUNA DE MINAS

Conforme indicado anteriormente, o presente trabalho seguiu as diretrizes de análise de conteúdo apontadas por Laurence Bardin (apud JUNIOR, 2006), cujas etapas propostas para a aplicação da referida metodologia são: a organização da análise, a codificação, a categorização, a inferência e o tratamento informático.

Primeiramente, definimos que as unidades de registro seriam cada matéria veiculada no recorte temporal selecionado. Ao todo, foram analisadas 262 matérias: 95 da *Folha de S. Paulo*, 125 de *O Globo* e 42 da *Tribuna de Minas*. Lembramos que, tanto na *Folha de S. Paulo* quanto n' *O Globo*, foram escolhidas reportagens sobre as operações *Hurricane*, *Navalha* e *Xeque-mate*. Na *Tribuna*, foram as operações *Pasárgada* e *De Volta para Pasárgada*.

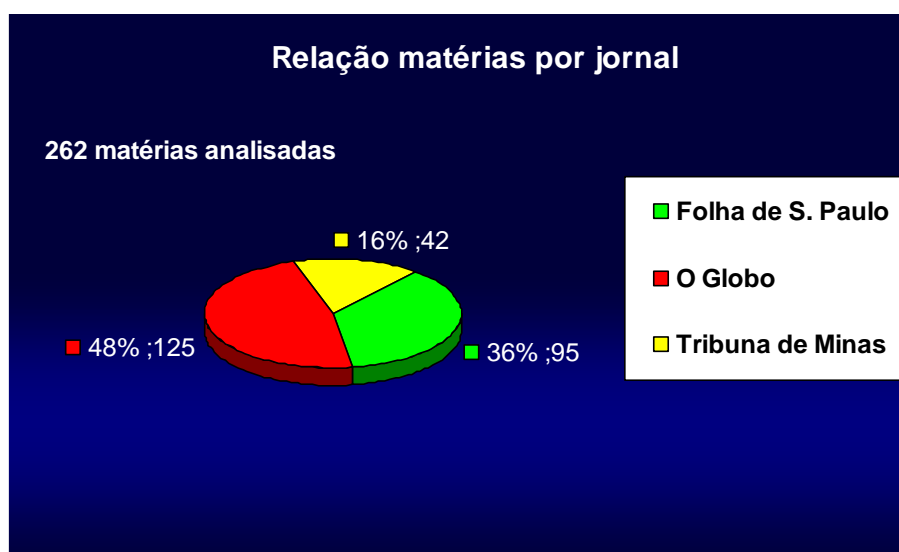
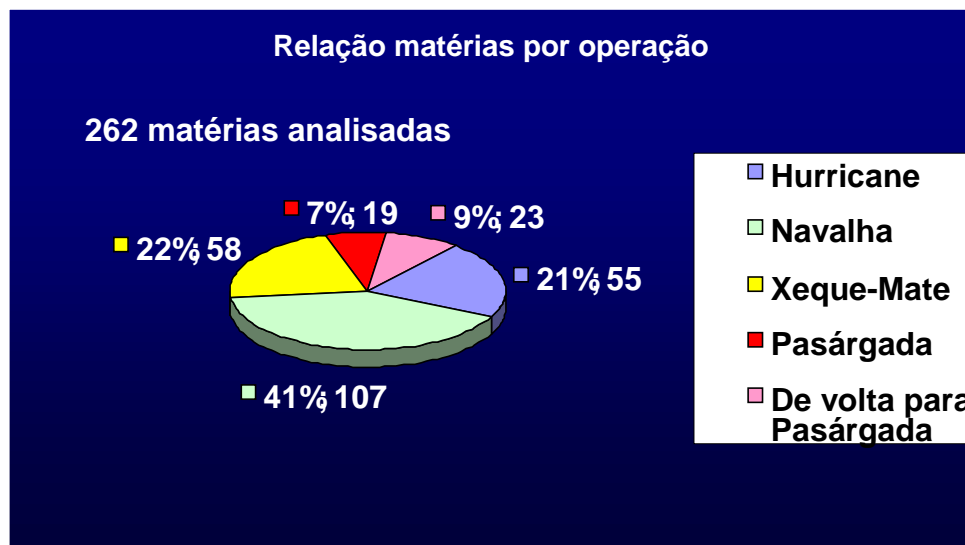


FIGURA 2: RELAÇÃO N° DE MATÉRIAS POR JORNAL



**FIGURA 3: RELAÇÃO Nº DE MATÉRIAS POR OPERAÇÃO**

Dentro deste universo, verificamos que todos os sete dias subsequentes às operações tiveram matérias sobre os casos, à exceção da *Tribuna*, que dentro dos 14 dias analisados (duas operações), deixou de publicar matéria em apenas dois dias. Na *Folha de S. Paulo*, dos 21 dias analisados (três operações), somente em um ela não reportou notícias sobre o assunto (especificamente, referente ao caso da operação *Navalha*).

Percebe-se, portanto, a grande importância que a imprensa dá às operações, uma vez que as mesmas rendem matérias por mais de uma semana. Em geral, os jornais tratam de todo o desenrolar da investigação, reproduzindo as conversas interceptadas por grampos, o conteúdo de documentos apreendidos, a prisão dos suspeitos, os nomes de outros possíveis envolvidos, enfim, todo um roteiro policial é transcrito no decorrer dos dias.

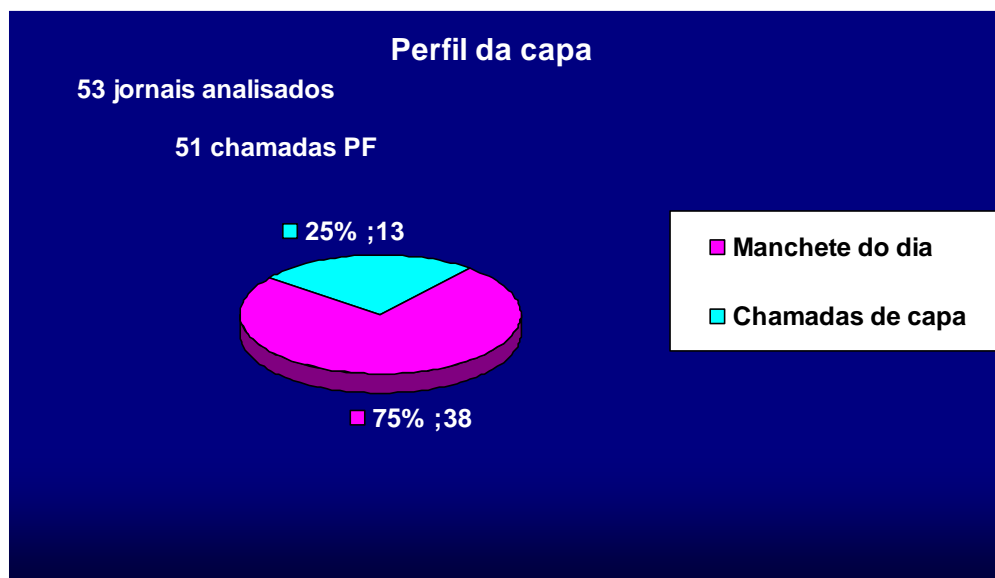
É importante salientar que a Polícia Federal, paralelamente, é a instituição que repassa informações sobre os casos e é também a grande protagonista das matérias: “PF prende desembargadores cúpula do jogo ilegal no Rio” (GOMIDE, 2007), “PF diz ter provas de repasses rotineiros de bingos à políticos” (MICHAEL; SOUZA; BRAGON, 2007b), “Escuta da PF envolve advogado de empresa” (ESCUA, 2007), “Polícia bate às portas de



condomínio de luxo em na Avenida Sernambetiba” (POLÍCIA, 2007). Estes são apenas alguns títulos de matérias de *Hurricane* que evidenciam a importância da Polícia Federal nas suítes referentes à temática “operação policial”.

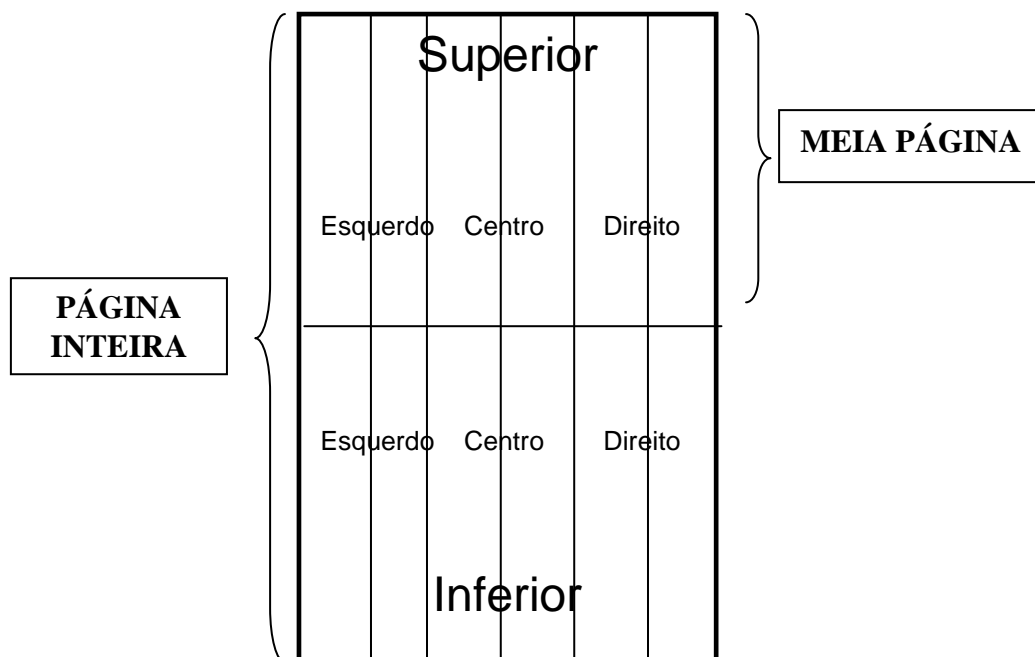
#### 4.1 VISIBILIDADE DAS OPERAÇÕES NAS MANCHETES

Conforme citado, do recorte temporal selecionado, somente três dias não tiveram matérias sobre as operações da PF, o que perfaz um total de 53 jornais analisados. Deste total, em 51 jornais encontramos chamadas de capa sobre as operações. Em 38 edições, os assuntos sobre ações da PF e os desdobramentos das investigações foram a manchete do dia. Ou seja, em 75% das edições analisadas com chamadas de capa a PF esteve ostensivamente presente, seja por meio de suas ações ou do desenrolar das investigações (envolvimento de terceiros, *habeas corpus* para os presos, etc).



**FIGURA 4: O PERFIL DAS CAPAS ANALISADAS**

Mas a constatação da presença do assunto nas manchetes dos jornais não é suficiente para, sozinha, sinalizar a extensão de sua importância editorial. Portanto, é necessária a explicitação da maneira como as edições posicionaram, com maior ou menor destaque, as notícias relativas ao tema. Para tanto, será feita uma averiguação do espaço em que as matérias apareceram na capa. Desta maneira, utilizou-se a divisão de espaços abaixo proposta:



A análise da distribuição das chamadas de capas nos jornais e, portanto, a dimensão visual dos textos, se dá pelo conhecimento de que existem regiões mais valorizadas semioticamente: na primeira página há espaços que podem constituir oposições significantes: “entre *Ideal e Real* na orientação vertical da página, e entre *Conhecido e Desconhecido* na orientação da esquerda para a direita e entre centro e periferias.” (PONTE, 2005, p.48).

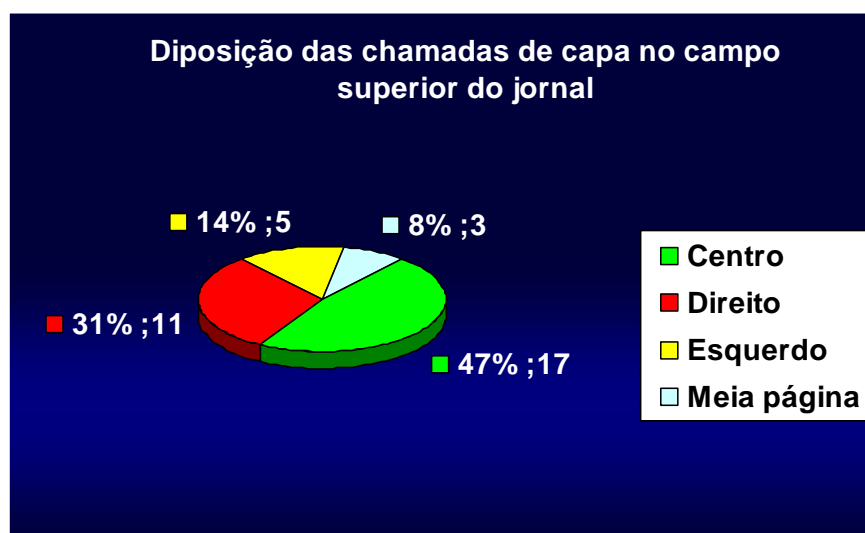
Nesse sentido, um estudo comparado de Kress e van Leeuwen (apud PONTE, 2005, p.47), realizado sobre as primeiras páginas de jornais ingleses e australianos, verificou regularidades na distribuição do conteúdo: matérias de continuidade foram mais alocadas do

lado esquerdo, na zona inferior, e matérias de novidade ou de incerteza ganharam o lado direito e a zona superior.

Esta dissertação, partindo destes pressupostos, também buscou verificar qual foi a distribuição das manchetes de capa das operações da PF. Assim, constatamos que em 36 jornais as chamadas ganharam bastante destaque, sendo inseridas na parte superior do jornal, estando, portanto, mais evidentes ao leitor.

Levando-se em consideração que a parte direita do jornal, bem como o centro, são áreas de maior visualização, verificamos que, destas 36 chamadas para matérias localizadas na parte superior, 28 foram diagramadas no lado direito (11) e centro (17) – considerando-se como centro aquelas matérias que, além de preencher o lado direito, ainda preenchem as duas colunas do meio, trazendo o enfoque também para a posição central da página.

Ressaltamos que três capas deram não só a parte superior, mas também meia página de destaque. Sete jornais deram praticamente a página inteira da capa, com pouquíssimo espaço reservado para as demais chamadas. Somente cinco foram diagramadas do lado superior esquerdo.



**FIGURA 5: DIAGRAMAÇÃO DAS CHAMADAS DE CAPA**

No que diz respeito às ilustrações da capa, é notória a diferença entre a *Folha* e *O Globo*. Enquanto o primeiro praticamente não coloca imagens da PF, o segundo utiliza bastantes ilustrações, não só com fotos do órgão policial em ação, efetuando prisões, como também charges que têm como pano de fundo a operação. Já *boxes* com a relação dos envolvidos presos e do material apreendido são comuns em ambos os jornais. A *Tribuna de Minas* também utiliza imagens que focam a polícia em ação.

De modo geral, a sistemática das notícias e das ilustrações segue um padrão. No dia posterior à deflagração das operações, os jornais exibem as imagens da atuação da instituição, especialmente, as prisões e apreensões. As imagens mostram policiais uniformizados, armados, escoltando presos ou carregando o material apreendido (documentos, por exemplo). Muitas vezes, as viaturas policiais também aparecem nas imagens, demonstrando a mobilização dos policiais.

Já nos dias subseqüentes, as notícias reportam os desdobramentos da operação, logo, imagens dos envolvidos e esquemas representativos dos elos da suposta organização criminosa ganham as páginas dos jornais. Além disso, é comum na narrativa jornalística o uso da retrospectiva do tipo “entenda o caso”. Este tipo de abordagem também foi bastante utilizada pelos jornais pesquisados, especialmente, a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.

Um outro dado interessante é a presença da PF no título das capas. Dos 51 jornais que ganharam chamadas de capa sobre as megaoperações, 28 fizeram referência expressa à PF. Algumas vezes, por exemplo, *O Globo* fez manchetes que não só citavam nominalmente a instituição policial, como também enfatizavam seu papel de fonte privilegiada, legitimando como verdadeiras as informações por ela repassadas.

Evidenciam esta postura textos como: “PF: documentos apreendidos incriminam juízes e bicheiros” (*O Globo*, 15/04/07), “PF: juiz confessa a venda de liminares” (*O Globo*, 17/04/07), “PF: bicho deu R\$ 1 milhão a desembargador por liminar” (*O Globo*, 17/04/07),

“PF:empreiteira pagou avião para senador” (*O Globo*, 20/05/07). A *Folha de S. Paulo*, embora não tenha utilizado muitas imagens da polícia na capa, também focou a instituição em suas manchetes: “Irmão de Lula vendia favores a empresário de jogos, diz PF” (*Folha de S. Paulo*, 07/06/07), “PF quer estender prisão de suspeitos da máfia dos caça-níqueis” (*Folha de S. Paulo*, 07/06/07), “PF prende juizes delegados e bicheiros” (*Folha de S. Paulo*, 14/04/07), “Polícia prioriza a análise de documentos de bicheiro e juiz” (*Folha de S. Paulo*, 16/04/07).

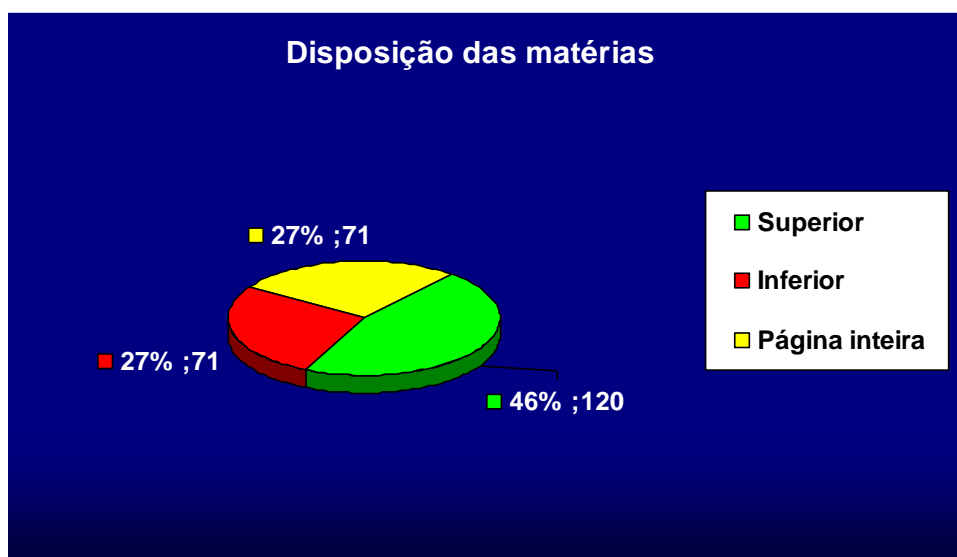
Mesmo nas manchetes que não citavam explicitamente a PF, era bastante simples depreender que as notícias decorriam de suas ações: “Grampos complicam situação de ministro” (*Folha de S. Paulo*, 18/04/07), “Escândalo de propina derruba ministro de Minas e Energia” (*Folha de S. Paulo*, 23/05/07), “Compadre de Lula preso em operação prestou serviços ao PT” (*Folha de S. Paulo*, 10/06/07). De modo geral, as manchetes e ilustrações da capa nos remetem à eficiência da polícia, especialmente, no que diz respeito ao combate à corrupção e prisão dos envolvidos.

## 4.2 DESTAQUE EDITORIAL NAS MATÉRIAS DAS PÁGINAS INTERNAS

Nas matérias internas sobre as operações da Polícia Federal, ressaltamos que toda e qualquer notícia que envolvesse as megaoperações selecionadas foi catalogada. Deste modo, perfizemos um total de 262 matérias. Contudo, dentro deste universo, catalogamos também cinco artigos, que embora tenham o viés opinativo, estavam diagramados entre as notícias e, portanto, encontravam-se deslocados da parte própria de opinião.

Feitas estas considerações, passamos à análise da dimensão visual das páginas internas. Assim como a diagramação da capa, analisamos o material segundo a posição

ocupada: superior, inferior ou página inteira. Verificamos que 120 matérias estavam dispostas na parte superior do jornal (45,8% do total analisado). Na parte inferior, encontramos 71 notícias (27,1%) e, por fim, como página inteira, catalogamos 71 matérias, o que corresponde a 27,1% do total.



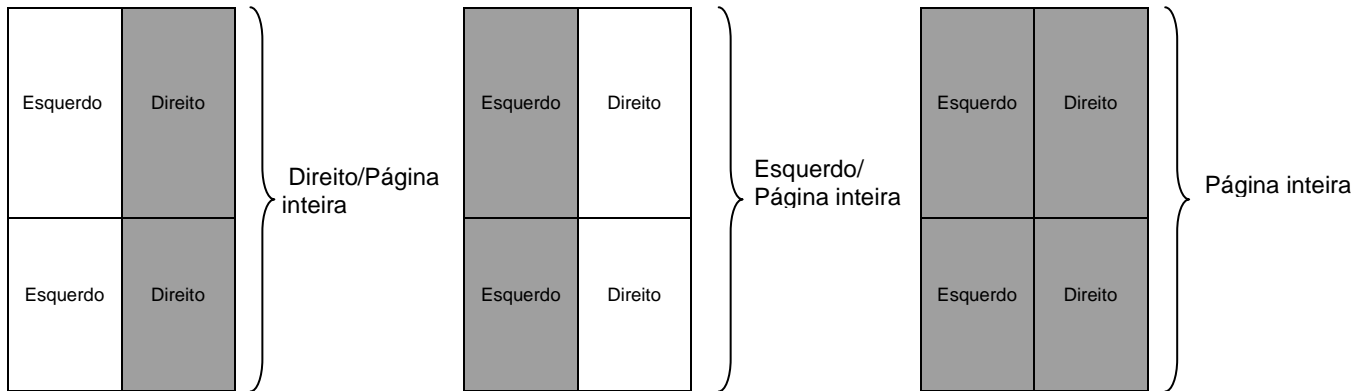
**FIGURA 6: DIAGRAMAÇÃO MATÉRIAS**

No que diz respeito à categoria 'página inteira', verificamos que alguns jornais, principalmente a *Folha de S. Paulo*, costumam diagramar as notícias ocupando apenas um lado (o direito, em sua maioria), mas preenchendo toda a parte superior e inferior. Assim, incluímos, ainda, as seguintes categorias: 'direito/página inteira', 'esquerdo/página inteira'.

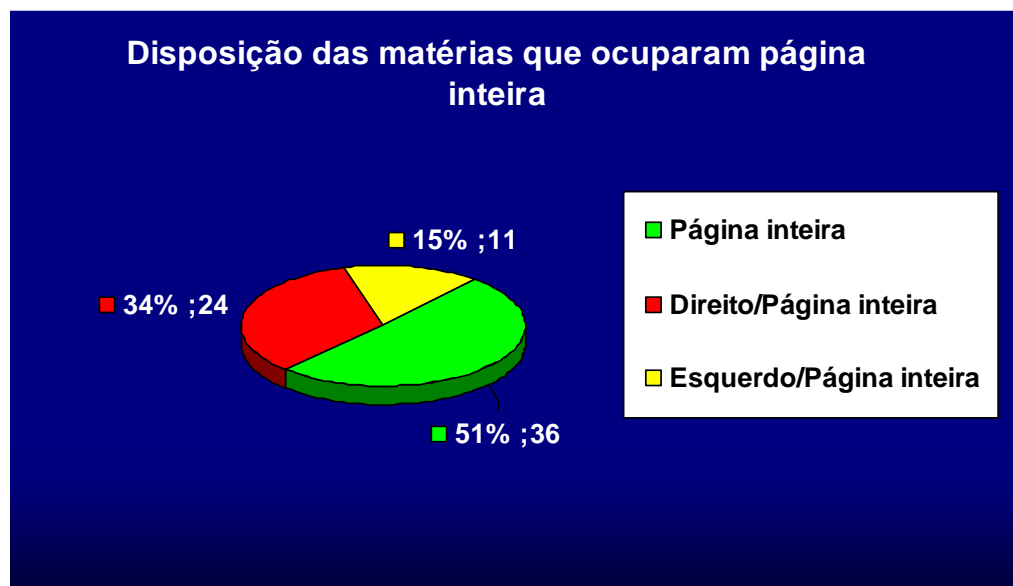
Assim como as manchetes, as matérias internas apresentaram similar distribuição. O lado superior direito e centro apresentou ao todo 56 notícias, e o lado superior esquerdo, 31 notícias. Trinta e três matérias ocuparam não só o campo superior do jornal, como também, meia página.

Um dado bastante expressivo diz respeito à quantidade de páginas inteiras dedicadas às matérias da operação: 71. É necessário fazer a ressalva de que consideramos

como página inteira quando a notícia ocupa o lado superior e inferior do jornal, e não necessariamente direito e esquerdo. Vejamos as figuras exemplificativas:



Seguindo esta divisão, tivemos o predomínio das páginas inteiras, com 36 matérias, seguido da categoria ‘direito/página inteira’, com 24 notícias. Por fim, no lado esquerdo, foram catalogadas 11 matérias.



**FIGURA 7: MATÉRIAS DE PÁGINA INTEIRA**

Sendo assim, conforme observamos, os jornais separam as partes mais evidentes e valiosas da página para as notícias das operações da Polícia Federal. Isto significa que nossos

olhares são constantemente direcionados para as ações deste ator social que, cada vez mais, põe em evidência seu trabalho na sociedade.

A partir das unidades de registro, trabalhamos também com categorizações, distribuindo as matérias por temas mais recorrentes e predominantes, quais sejam: “Prisão/Envolvimento de poderosos”, “Desenrolar da investigação”, “Patrimônio dos envolvidos e/ou apreendido”, “Atuação da PF”; “Abordagem geral do tema Corrupção” e “Conseqüências das operações, sem menção à PF”.

Em “Prisão/Envolvimento de poderosos”, esta pesquisa agrupou todas as matérias cujo enfoque predominante eram as prisões, bem como o envolvimento de pessoas que possuem algum destaque social, seja pela profissão que ocupam (ministros, magistrados, políticos), seja pela condição financeira que ostentam (empresários, por exemplo).

Já quando as notícias pautam acontecimentos provenientes do desenvolvimento das investigações pela Polícia Federal (grampos, análise de documentos, depoimentos prestados à PF, entre outros), consideramos como a categoria “Desenrolar da Investigação”.

Em outras matérias, percebemos que o principal enfoque são os bens apreendidos ou, ainda, a riqueza dos envolvidos. Nesse caso, selecionamos como “Patrimônio dos Envolvidos e/ou apreendido”.

Conforme demonstraremos em análise posterior, nestes temas citados acima percebemos a presença do discurso do combate à corrupção - contudo, foram poucas as matérias que tiveram este assunto como principal tema, abordando-o exclusivamente. Assim, trabalhamos também com outra categoria: “Abordagem geral do tema Corrupção”.

Em alguns casos a atuação da PF é o mote da notícia. Isso acontece quando o enfoque não é a operação em si, mas a atuação da PF, como por exemplo, a confecção de relatório ‘ao som de O Poderoso Chefão’, forma específica de direcionar o inquérito,



avaliações de terceiros acerca da atuação do órgão policial, etc. Estas matérias foram enquadradas na categoria “Atuação da PF”.

Por fim, sempre que a matéria tinha como pano de fundo a operação e seus desdobramentos, sem, contudo, relacioná-los à atuação da PF, nós classificamos este material na categoria “Conseqüências das operações, sem menção à PF”, como por exemplo: “Sentença permitiu derrame de caça-níqueis” (*O Globo*, 17/04/07), “OAB investiga os 5 advogados que foram presos” (*O Globo*, 16/04/07), “Chinaglia pede os autos dos processos” (*O Globo*, 23/05/07). Conforme se observa, as matérias têm relação com as operações, mas falam de assuntos que tangenciam as ações da PF sem nominá-la.

Desta maneira, depois da leitura de todas as matérias e da classificação segundo os temas acima, verificamos que o assunto predominante é a “Prisão/Envolvimento de poderosos”. Das 257 notícias (foram desconsiderados os artigos opinativos), 96 abordaram o tema de diferentes maneiras: prisão de magistrados, empresários, políticos de diferentes escalões e, até, de policiais federais; escutas/imagens que supostamente comprovam o envolvimento de ministros, empresários e políticos; depoimentos que confirmam as suspeitas de envolvimento de pessoas ligadas ao poder Executivo, entre outros.

O segundo tema mais predominante foi o “Desenrolar da investigação”. Com 71 notícias enquadradas nesta categoria, consideramos compreensível a expressiva incidência desta temática. Afinal, os dias subsequentes à deflagração da operação são dedicados ao desenvolvimento das ações investigativas, como, por exemplo, o *habeas corpus* de alguns dos presos envolvidos, a emergência de outras provas decorrentes da análise do material apreendido, o conteúdo do depoimento dos presos/envolvidos, entre outros.

Muitas notícias se enquadraram na categoria “Conseqüências das operações, sem menção à PF” (57), pois, embora abordassem tangencialmente as operações, estas matérias tinham como enfoque preponderante outros assuntos. É o caso, por exemplo, das CPI’s,

decorrentes das investigações, o que ganhou bastante destaque na operação “De Volta para Pasárgada”. Na operação *Navalha*, também verificamos a presença de matérias sobre o assunto da CPI.

A saída do Ministro Silas Rondeau (Minas e Energia), também obteve bastante espaço na mídia (*Navalha*), bem como a manifestação da população de Juiz de Fora (*Pasárgada / De volta para Pasárgada*) para a saída definitiva do prefeito suspeito de corrupção.

Em “Atuação da PF”, verificamos a presença de 18 notícias que, de modo geral, abordaram os seguintes tópicos: o órgão policial que faz investigação interna, inclusive, prendendo os policiais/delegados supostamente envolvidos, a avaliação de terceiros (Presidente, políticos, advogados) sobre a condução dos trabalhos, greve da instituição e, ainda, o modo particular como a PF realizou as investigações.

Ressaltamos que todas as matérias selecionadas para esta pesquisa fazem referência à atuação da PF, afinal, estão relacionadas às operações da instituição. Contudo, nestas 18 matérias o foco é quase que exclusivamente o órgão policial, a exemplo dos títulos selecionados: “Lula parabeniza Tarso, que elogia Lacerda” (LULA, 2007), “Navalha atinge também dirigentes da PF” (NAVALHA, 2007), “Lula: PF e Ministério Público agem 'direitinho'” (BERLINK; MAGALHÃES-RUETHER, 2007).

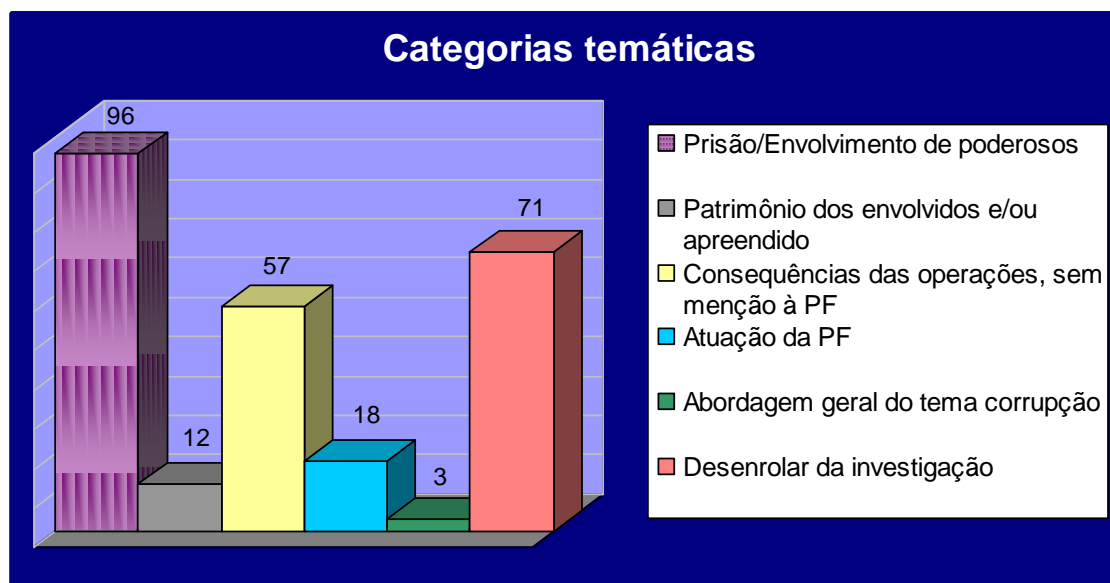
Se incluídas na análise as imagens que acompanham os textos, é bastante expressivo o enfoque na atuação propriamente dita do órgão. Isto se dá através, principalmente, de esquemas representativos que abordam o *modus operandi* do suposto esquema de corrupção, a cronologia da operação (como os policiais agiram, a que horas começaram os trabalhos e cumpriram os mandados de busca e apreensão), box com informações do tipo “Entenda o caso”, “Saiba mais sobre a operação”.

Verificamos que a relação do patrimônio dos envolvidos e/ou apreendido também é um dos temas recorrentes em grande parte das notícias. Em algumas, 12 especificamente, este é o assunto principal. Mas, em praticamente a maioria das matérias, é comum, como veremos em análise posterior, parágrafos dedicados à descrição minuciosa de todo o material apreendido.

Conforme se observa, mesmo quando a ênfase da matéria está na corrupção, nas ações da PF ou na prisão ou envolvimento de poderosos, esta é uma abordagem que sempre tangencia a cobertura das operações. No que diz respeito às ilustrações sobre o assunto, percebemos a presença de box com rol dos bens apreendidos pela PF junto aos presos. Além disso, fotos dos carros (nacionais e importados), apartamentos de luxo, pilhas de dinheiro, são comumente utilizadas.

Quanto à corrupção, catalogamos três notícias que fazem uma abordagem direta do tema - inclusive com análise sobre a presença desta prática dentro da sociedade brasileira: “Corrupção está associada à cultura da impunidade. Para especialistas, brasileiro não é mais corrupto que outros povos, mas tem de ter punição” (LAMEGO; FARAH, 2007); “Escândalo choca o país do 'rouba, mas faz', diz o 'Financial Times'” (ESCÂNDALO, 2007) ou “Um balcão de negócios no Judiciário” (GRIPP; CARVALHO, 2007). Conforme os títulos apontam, estas reportagens abordaram a corrupção como problema sem menção às operações da PF.

Mas, em se tratando da temática do “combate à corrupção”, verificamos que este é um discurso presente em grande parte das notícias, especialmente no *O Globo*, que fez da cobertura jornalística das ações da PF um ‘especial’ denominado “Corrupção sem fim”. Desta maneira, toda vez que o jornal fosse relatar algo da operação *Navalha*, ele deixava claro na parte superior da página que aquela notícia estava relacionada à corrupção e as ações da PF no combate à mesma.



**FIGURA 8: TEMÁTICAS RECORRENTES**

### 4.3 AS IMAGENS DA COBERTURA

No que diz respeito às imagens, verificamos a sistemática presença de fotografias que evidenciam o trabalho da PF: execução de prisões, análise de documentos, contagem de dinheiro, delegados em entrevistas. É evidente que, em todas as operações deflagradas, a PF aparece bastante no primeiro, segundo e, no máximo, terceiro dia subsequente à sua ação.

Após estes primeiros momentos, o jornal não tem mais acesso às imagens da PF em ação, então, as fotografias enfocam outros assuntos e atores sociais, especialmente, os envolvidos direta e indiretamente no caso. Conforme já dito anteriormente, a PF também se faz presente nos organogramas e esquemas representativos das operações. Estes desenhos ilustram bastante o trabalho executado pela instituição, não deixando de representá-la.

Utilizando a técnica da inferência, podemos interpretar as imagens segundo os principais discursos proferidos pela mídia, em se tratando de operações da Polícia Federal.

Conforme ressaltado, a instituição está sempre associada ao combate à corrupção dos mais altos escalões do governo (Executivo e Legislativo) e do Judiciário, o que fica claramente marcado através das fotos das prisões dos envolvidos.

Além disso, as imagens demonstram um trabalho de ponta desenvolvido pelo órgão, que, aparentemente, parece ser o mais equipado para tanto: carros, armas e grande número de policiais mobilizados para execução das prisões e apreensões. As ilustrações com o rol dos materiais apreendidos também remetem à idéia do trabalho bem feito, bem conduzido, uma vez que, no geral, as apreensões englobam até barras de ouro e jóias. No caso da operação *Hurricane*, por exemplo, os policiais retiraram grande soma em dinheiro de uma parede falsa.

Interessante ressaltar que, algumas vezes, a representação da PF se dá pela representação gráfica de informações repassadas pela própria instituição, como é o caso de boxes que mostram trechos retirados dos relatórios feitos pelo órgão investigativo. O relatório da PF, portanto, não só dá ensejo à matéria, como também a ilustra. Trechos de gravações decorrentes de grampos da Polícia Federal igualmente ganham status de ilustração e de destaque nas páginas dedicadas à cobertura das operações.

A seguir, algumas fotos ilustram o que ressaltamos neste tópico:



FIGURA 9: CAPA DO O GLOBO (14/04/2007)



FIGURA 10: CAPA DA FOLHA DE S. PAULO (06/06/2007)

O GLOBO

# O PAÍS

## De uma vez, 77 na cadeia

PF desbarata máfia de caça-níqueis em seis estados e vasculha casa de irmão de Lula

15 de junho de 2007

---

**Prisão 'Xaque-Mate'**, Ricardo Galvão e Adnan Antonio Barbosa

**CAUJÁ GRANDE E SÃO PAULO**

A Polícia Federal prendeu outros, em seis estados, 77 integrantes de uma quadrilha que aposta em jogos de caça-níqueis em casas de família. Na Operação Xaque-Mate foram cumpridos também 50 mandados de prisão e apreensão — em total, com São Bernardo do Campo (SP), no caso de Gabriel Inácio da Silva, o Macê, irmão do presidente Lula Inácio Lula da Silva. Alguns dos computadores da casa de Inácio foram apreendidos, segundo polícia. A polícia não revelou, porém, o que mais foi apreendido ou o grau do envolvimento de Inácio da Silva com a quadrilha.

Na operação, foi preso Diogo Marcell Filho, assessor técnico da Empresa de Saneamento e Água da Prefeitura de Caujá Grande (SP), relacionado ao caso. Segundo informações de fontes da polícia, não confirmadas pelo Palácio do Planalto, ele trabalharia também como segurança de parentes de Lula.

Decorado com fardas do Polício do Piauí, o ministro da Justiça, Tarso Genro, compareceu ao gabinete da Presidência antes que fosse do ministro-geral do Brasil na Operação Xaque-Mate, voltou a viajar. A informação não foi divulgada ao presidente Lula, que está na Itália em viagem oficial. Devido ao fato herético, ele acabou se auto-recolher a Intendência Administrativa. A assessoria de imprensa da Presidência não comentou a informação.

Segundo o advogado Alexandre Cavalcanti, que comparece a Xaque-Mate, somente hoje o grau do suposto envolvimento do irmão do presidente com a quadrilha será detalhado. O delegado também não informou que o suspeito procurara na casa de Macê e que o caso ocorreu. Porém, se o irmão de Lula não foi considerado o chefe da quadrilha, há possibilidade de investigação, com o apoio ativo e passivo, apreensão fiscal, formação de quadrilha, tráfico de influência e exploração de prestígio.

### Saiba mais sobre a Operação Xaque-Mate

Investigação sobre uma quadrilha que aposta em jogos de caça-níqueis em casas de família. Mafioso do Brasil

**Mandados de prisão expedidos: 87** | **Mandados de prisão cumpridos: 77** | **Mandados de busca e apreensão: 50** | **Pessoas detidas envolvidas: 600**

**Onde foi realizada**  
A operação foi realizada em seis estados — Mato Grosso do Sul, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná e Rondônia — e no Distrito Federal.

**Atuação da quadrilha**  
As investigações começaram há um mês.

**Objetivo da operação**  
Uma vez que a quadrilha de caça-níqueis, em suas atividades, nunca pagou de Jogo eletrônico, que significa exploração de jogos de azar, por meio de jogos de computadores, está sendo, portanto, investigada fiscal e contábil.

**Relação dos 77 presos na Operação Xaque-Mate em seis estados e no DF**

Adriano Gomes - SP	Caetano de Jesus - SP	Edson da Silva - SP	João Roberto de Castro - SP	Michel Soares - SP
Adriano Ribeiro - SP	Carlos Roberto - SP	Edson de Jesus - SP	João Roberto de Castro - SP	Moisés de Jesus - SP
Adriano Ribeiro - SP	Cláudio Roberto - SP	Edson de Jesus - SP	João Roberto de Castro - SP	Moisés de Jesus - SP
Adriano Ribeiro - SP	Cláudio Roberto - SP	Edson de Jesus - SP	João Roberto de Castro - SP	Moisés de Jesus - SP
Adriano Ribeiro - SP	Cláudio Roberto - SP	Edson de Jesus - SP	João Roberto de Castro - SP	Moisés de Jesus - SP

---

### Prisões temporárias valem por 5 dias

As prisões, determinadas pelo juiz da 1ª Vara Federal de Caujá Grande (MS), Delfino Igor dos Santos, não são definitivas, válidas por cinco dias, podendo ser prorrogadas por mais cinco dias e, ainda, autômatas. As prisões, em 87 mandados de prisão, Setecentos policiais federais foram mobilizados para a Operação Xaque-Mate em Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais e Rondônia.

Em São Paulo, foi preso também o advogado Márcio Sacramento Paletti, acusado de engajar decisões da Justiça Federal. Documentos apreendidos pela PF na Operação Xaque-Mate mostram que o juiz federal Maria Cristina Baroneiro calculava o valor da multa em um valor registrado em seu nome. Mas o comprovante de depósito em nome do advogado não foi encontrado. A PF alega que o caso foi feito à luz.

Em Caujá Grande, o caso girava em torno da operação de caça-níqueis em casa de família. O irmão de Lula Inácio Lula da Silva, Inácio, irmão de Lula, não foi preso, mas esteve envolvido, mas

**MANDADOS DE PRISÃO CUMPRIDOS NOS ESTADOS**

- Mato Grosso do Sul: 56
- São Paulo: 16
- Paraná: 62
- Mato Grosso: 1
- Rondônia: 1

---

### EDSON INÁCIO DA SILVA

#### 'O nome do meu pai foi citado'

Edson Inácio da Silva, de 48 anos, disse, por telefone, que a PF não apreendeu na casa de seu pai, Gabriel, irmão de Lula.

**Filho de Lula**

O GLOBO: Como foi o contato da PF na casa de seu pai?  
EDSON: Eles chegaram lá às 10h, procuraram um documento de busca e apreensão, mas não disseram do que se tratava. Fizemos duas horas conversado com o meu pai e só então nos foram nada.

• No momento de que o seu pai recebeu um comunicado EDSON: É verdade.

• E se seu pai não estiver envolvido no caso de caça-níqueis?  
EDSON: Não. Meu pai sempre trabalhou no comércio de sua fazenda, não se aproxima.

• A polícia informou de mais alguma coisa de seu pai?  
EDSON: Não.

FIGURA 11: O GLOBO (05/06/2007, p.03)





FIGURA 12: TRIBUNA DE MINAS (10/04/2008, p.03)

Uma vez tendo sido indicadas as tendências gerais da cobertura, a partir da análise de conteúdo, é necessário ir mais fundo: para tanto, o capítulo que segue adentra o campo da análise do discurso, de modo a identificar, por meio das categorias analíticas selecionadas (intertextualidade manifesta e constitutiva, coerência, modalidade e metáforas), as formações discursivas subjacentes aos textos publicados pelos periódicos.

## **5 A REPRESENTAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL E DOS ACUSADOS N’O *GLOBO*, *FOLHA DE S. PAULO* E *TRIBUNA DE MINAS***

Para constituir o *corpus* empírico a ser analisado com base na metodologia de análise do discurso - a partir da tradição teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso, tal como qualificada por Norman Fairclough (2001) -, selecionamos as matérias de capa dos jornais de até cinco dias subseqüentes à deflagração das operações da PF, num universo de 43 matérias.

Conforme acentuamos no capítulo II, o órgão policial pode ser considerado um definidor primário da notícia, o que contribui para que as matérias sejam pautadas e conduzidas segundo seu ponto de vista. Associada a isto, está a suposição de que também o fazer jornalístico contemporâneo estaria impregnado de construções narrativas marcadas por aquilo que autores como Debord (1997) designam como lógica do espetáculo.

A se confirmar esta hipótese, o típico enquadramento jornalístico estaria caracterizado pela construção de textos carregados por uma narrativa baseada em personagens arquetípicos, com determinação dos “heróis” e “bandidos”, dos “bons” versus os “maus”. Haveria, portanto, uma divisão do grupo de identidades, entre o “nós” e os “outros”.

A partir destes pressupostos teóricos e tendo em vista o *ethos* profissional do jornalista como “cão de guarda da sociedade”, bem como sua relação com a polícia (fonte oficial), podemos analisar as matérias segundo a perspectiva da alteridade (‘nós’ – PF/jornal e ‘eles’ – investigados).

Neste caso, buscamos, através das categorias da Análise Crítica do Discurso, qual sejam, intertextualidade, metáforas, modalidade e coerência, perceber como a Polícia Federal e também os alvos das operações - ou seja, a alteridade - são representadas.

Na intertextualidade (manifesta e/ou constitutiva) nosso foco está na compreensão dos discursos subjacentes, ou seja, das vozes presentes que nos remetem ao contexto, à história e à sociedade. Nesse sentido, a análise das metáforas é bastante importante, pois funciona como um instrumento de comunicação que explora o patrimônio comum das imagens da memória coletiva. A modalidade, segundo Fairclough (2001), diz respeito à função interpessoal da linguagem, indicando ao leitor o comprometimento do autor com o que está sendo enunciado. Desta maneira, através de expressões, advérbios, adjetivos o emissor nos deixa sua marca, sua visão perante o que está sendo dito. Por fim, a análise da coerência é necessária para que possamos perceber o encadeamento lógico das mensagens. Para isso, a atenção é direcionada aos conectores e à forma como as temáticas são evidenciadas.

## 5.1 A VILANIZAÇÃO DOS ACUSADOS

Os resultados apontam para a estereotipia, na construção discursiva dos jornais, daqueles que são acusados e presos durante as operações da PF. Comumente, nas matérias, eles são denominados através de escolhas semânticas que, de antemão, culpabilizam-os, conforme demonstram as orações a seguir: “Para o delegado, Renato Porciúncula, os presos ‘montaram uma *rede de corrupção* e tráfico de influência para ficar impunes” (GOMIDE, 2007). “Em despacho enviado ao Supremo Tribunal Federal, o procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, diz haver indícios de que Paulo Medina teria recebido propina para beneficiar a *quadrilha*.” (MICHAEL; SOUZA; BRAGON, 2007a).

Conforme se observa, estes termos aparecem tanto através do discurso indireto, o que tem como característica a possibilidade de misturar as vozes (jornalista/fontes oficiais),

como também através do próprio jornal que assume este tipo de denominação. Eis algumas manchetes de capa: “*Máfia* do jogo também subornava políticos” (MÁFIA, 2007), “Chefe da *máfia* é preso em MG” (CHEFE, 2007). E ainda: “A Polícia Federal, que apura o suposto envolvimento do ministro Silas Rondeau no *esquema de fraude* de obras públicas desmontado pela Operação *Navalha* (...)” (SUSPEITA, 2007). Além destas selecionadas, também são utilizadas as expressões “*esquema de corrupção*”, “*o grupo criminoso*”.

Pensando na intertextualidade e na ocorrência de outros discursos e contextos, não podemos deixar de perceber que algumas destas expressões trazem implícita a idéia do envolvimento de pessoas ditas poderosas. A palavra “*máfia*”, por exemplo, é utilizada em praticamente todas as operações analisadas. Em “O Globo”, as notícias sobre a operação *Hurricane* são agrupadas em um especial, denominado “A *máfia* oficial”.

Lembramos que esta palavra nos remete a uma série de significados conhecidos do imaginário coletivo, que permeiam os discursos atuais, revisitando nosso arcabouço cultural. A *máfia* italiana, eternizada em produções cinematográficas, em especial “O Poderoso Chefão”, é marcada pela união de pessoas (muitas vezes, com grau de parentesco próximo) para a prática do crime. No entanto, estas pessoas possuem reconhecimento social, inclusive por meio da filantropia (personagem Michael Corleone, do filme “O Poderoso Chefão”).

Voltando ao nosso objeto de pesquisa, no que diz respeito à presença da intertextualidade constitutiva e, portanto, do discurso ‘*máfia italiana*’, os próprios policiais demonstram, através da intertextualidade manifesta, a analogia entre a alteridade (presos/envolvidos) e este tipo de discurso: “ - Se conseguirmos esse acordo, vai sobrar para muito mais gente. Hoje (ontem) foram presos os *chefões, os capos dos capos*. Muita água vai rolar ainda – advertiu um delegado.” (FURACÃO, 2007).

Nesta frase, o delegado faz referência evidente ao discurso da máfia italiana, inclusive, através da expressão “*capos dos capos*”, ou seja, os “cabeças da organização”, em italiano. Mapeamos, ainda, uma matéria que deixa ainda mais clara a análise acima: “Ao som da música tema do filme ‘*O poderoso chefão*’, a Polícia Federal produziu um DVD com o relatório do que já foi apurado até agora sobre a quadrilha chefiada pelo empresário Zuleido Veras.” (CARVALHO; LEALI, 2007).

A relação da alteridade, ou seja, dos envolvidos e de seus status sociais, também é bastante enfatizada na *Folha de S. Paulo*. “As autoridades detidas são acusadas de vender proteção e informações aos contraventores. O diretor de inteligência da PF, Renato Porciúncula, classificou a operação como a que envolveu o maior número de autoridades na história.” (GOMIDE, 2007). Aqui temos não só a referência do próprio jornal, como a presença da PF avaliando a própria ação.

Nesse sentido, o que percebemos é que, ao utilizar as metáforas e a intertextualidade manifesta e constitutiva, os jornais reforçam a identidade da PF, já que marcam a alteridade pela prática do crime e pelo status social. Isso também pode ser verificado através da análise da coerência, já que, normalmente, as matérias relacionam a prisão dos envolvidos com seus cargos ou parentesco com pessoas importantes e, ainda, fazem menção ao fato de serem donos de grandes patrimônios.

No caso do desembargador Carreira Alvim, preso na operação *Hurricane*, o enfoque se dá tanto na sua posição (desembargador e Vice-presidente do TRF), quanto na sua condição econômica. “O desembargador preso José Eduardo Carreira Alvim era Vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região até quinta-feira. No ano passado, Alvim liberou 900 máquinas de caça-níqueis apreendidas em bingos em Niterói.” (GOMIDE, 2007). A preposição ‘até’ faz referência à data em que o desembargador ocupou a Vice-presidência do TRF, a quinta-feira, ou seja, até a véspera de ser preso, pois a operação foi deflagrada na

sexta-feira. A frase subsequente funciona como a explicação de seu envolvimento e prisão, qual seja, a liberação por liminar das máquinas caça-níqueis.

Já no Globo, o desembargador é relacionado ao luxo e à riqueza, além de ser também equiparado indiretamente a mafiosos:

Condomínio luxuoso, com apartamentos com mais de *500 metros quadrados*, taxa de manutenção em torno de *R\$8 mil*, o Atlântico Sul passaria despercebido do noticiário policial, não fossem alguns moradores insuspeitos que, de vez em quando, surpreendem os vizinhos. Ali, por exemplo, morava o mafioso italiano *Tomaso Buschetta*, preso em 1983. Ontem, às 6h, os policiais federais chegaram ao condomínio, na Avenida Sernambetiba 3.600, com três mandados de prisão e busca e apreensão. *Um deles* era contra o desembargador José Eduardo Carreira Alvim, *até antontem* vice-presidente do Tribunal Regional Federal. (POLÍCIA, 2007, p. 24).

Neste parágrafo, o jornal, através de conectores, constrói uma seqüência temática, partindo da descrição do luxo e da riqueza, para associação com o suspeito de envolvimento no caso investigado e sua prisão.

Já na Operação *Navalha*, assim que foi deflagrada, o nome do empresário Zuleido Veras veio à tona, bem como o seu relacionamento com políticos. “O *chefe do esquema*, diz a PF, é Zuleido Soares Veras, *sócio-diretor da Gautama*, também preso ontem. *Veras tem longa história* de relacionamento *com o poder em Brasília*.” (SOUZA, 2007). Novamente, a coerência está estampada. Preso em operação é relacionado ‘ao poder em Brasília’, ou seja, há envolvimento de pessoas relacionadas à política, já que Brasília faz referência à sede dos três poderes do estado brasileiro. No caso da Gautama, o ministro Silas Rondeau teve seu nome envolvido, pois um dos presos era seu assessor direto.

Gautama gerou muita repercussão sobre o envolvimento de políticos, pois a documentação apreendida, segundo os jornais e a PF, evidenciava a participação de pessoas do poder executivo e legislativo. Desse modo, encontramos modalizações acerca da possibilidade de mais ‘poderosos’ estarem envolvidos. “O clima de apreensão *deverá* prosseguir, *até que seja* revelada a *extensão da investigação* da PF”. (VASCOCELOS; CAMAROTTI, 2007). “Nova investigação também *envolveria* fraude a licitações públicas e

*contaria com a participação de outra empreiteira e políticos.*” (BRAGON, 2007). Os verbos expressam a incerteza, portanto, enfatizam a possibilidade da inclusão de novos suspeitos.

Em *Xeque-mate*, a questão do ‘envolvimento de poderosos’ ganha maior destaque, pois as investigações apontavam para o irmão do presidente Lula, o Vavá. Além disso, a relação de amizade de Nilton Cezar Servo (um dos presos) com Lula também é enfoque da mídia. A *Folha de S. Paulo* fez uso da intertextualidade manifesta, em sua capa do dia 06 de junho, com a seguinte chamada: “Em entrevista em março de 2004, Nilton Cezar Servo, preso pela PF na Operação *Xeque-mate*, *disse ser amigo do presidente Lula*: ‘Procurava me encontrar com ele. Sem agendar, sem nada’, afirmou. ‘Já comi coelho com ele’” (PRESO, 2007)

Em quase toda a cobertura da Operação *Xeque-Mate*, Genival Inácio da Silva, o Vavá, é referenciado como “irmão do presidente”, “irmão de Lula”. “PF indicia irmão de Lula por tráfico de influência” (CORRÊA, 2007), “Irmão de Lula vendia favores a empresários de jogo, diz PF” (CORRÊA; VALENTE, 2007); “O lobby do irmão do presidente” (AGGEEGE; MACÁRIO; 2007) são algumas das manchetes que evidenciam o uso da referência (conector) para relacionar o caso ao presidente da República. Daí, observamos que não foi aleatória a escolha do nome *Xeque-Mate* para esta operação. Não houve gratuidade nesta nem nas demais denominações das operações.

## 5.2 METÁFORAS E ESCOLHAS SEMÂNTICAS PARA DESIGNAR AS OPERAÇÕES

Nesta perspectiva, a própria instituição, ao denominar suas operações com palavras de efeito (*Hurricane*, *Pasárgada*, *Xeque-mate* e *Navalha*), faz constantemente o uso

da metáfora para reforçar suas ações. Os jornais, evidentemente, compram a idéia e enfatizam as supostas identidades dos acusados – e da própria instituição - por meio destas expressões. “*Navalha na corrupção*” é o título da matéria de capa do “O Globo”, de 18 de maio de 2007.

Remetendo aos campos semânticos de limpeza pessoal (lâmina, corte, higiene), a metáfora posiciona claramente o papel esperado da Polícia Federal: ela é representada pelo jornal como “o” instrumento institucional responsável por ceifar a corrupção. É ela quem pode “limpar” o país de uma elite corrupta que nunca foi molestada e que enfrenta, por parte da PF, uma efetiva e heróica resistência.

Enquanto a *Folha de S. Paulo* não dá tanto enfoque ao nome das operações, o *Globo* extrai todo o significado possível, dando destaque às ações investigativas da PF: “*Furacão é apenas o primeiro passo da devassa*” (FURACÃO, 2007), “*Navalha deve chegar ao Congresso*” (CARVALHO, CASTRO, 2007), “*Navalha atinge também dirigente da PF*” (NAVALHA, 2007).

A *Tribuna de Minas* também destaca o nome da operação, inclusive, ressaltando o sentido poético de *Pasárgada*. A matéria é da Agência Estado (AE) e foi publicada na *Tribuna de Minas*, de 04 de abril de 2008. Nela, percebemos não só a ênfase na expressão pelo jornal, como a presença da PF, através da intertextualidade manifesta. “Ao batizar a operação que prendeu 16 prefeitos, a Polícia Federal buscou inspiração no poema de Manuel Bandeira que descreve uma cidade paradisíaca (...). ‘*Se esse paraíso existe, estamos trabalhando para que não exista mais*’, disse o delegado Alessandro Moretti, da PF de Minas.” (INVESTIGAÇÃO, 2008)

Em *Hurricane*, a *Folha de S. Paulo* deu abertura para que a PF expusesse as justificativas para a escolha do nome da operação. “Segundo Porciúncula, a operação tinha inicialmente o nome de ‘Furacão’, em português, mas depois teve o idioma trocado quando foi enviada ao Supremo, e ‘subiu de instância’” (GOMIDE, 2007). Quando o delegado faz



referência à expressão ‘subiu de instância’, ele quer dizer que o nome foi alterado quando verificaram o suposto envolvimento do ministro Paulo Medina.

Além disso, verificamos na frase do delegado uma intertextualidade constitutiva, já que o mesmo faz uso do discurso jurídico, exatamente na operação que teve como foco as investigações no Judiciário. O jornal *O Globo* também dá ênfase ao nome da operação (*Hurricane*), mas as causas para a mudança do idioma são outras. Segundo o referido jornal, teria havido vazamento de informações e, para impedir que a operação fosse prejudicada, a PF resolveu mudar o nome: “Para contornar o problema, a PF mudou o nome da operação, chamada inicialmente de Furacão, para Hurricane. A troca aparentemente simples permitiu à PF identificar possíveis origens do vazamento (...)” (A SEXTA-FEIRA, 2007).

Tal como nos títulos, é possível depreender a construção de significados subtextuais com base nas opções léxicas utilizadas para representar as operações. Um outro fator que agrega sentidos positivos à representação da identidade da PF se relaciona aos verbos utilizados para indicar suas ações durante megaoperações. A manchete de *O Globo*, do dia 14 de abril, ressalta o que estamos dizendo: “PF *desmonta* rede de corrupção com bicheiros, juízes e delegados” (PF, 2007).

Ora, desmontar está sendo usado em seu sentido metafórico, assim como outras frases que encontramos, do tipo: “O prefeito Alberto Bejani (PTB) foi preso ontem na Operação Pasárgada que *desmantelou* o esquema de liberação irregular de verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (BEJANI, 2008). “A Polícia Federal *desencadeou* no início da manhã de ontem uma megaoperação para *desbaratar* um esquema de desvio de recursos públicos por meio da fraude (...)” (SOUZA, 2007).

O mesmo rumo discursivo aparecem em: “PF *desbarata* máfia de caça-níqueis em seis estados e vasculha casa de irmão de Lula” (YAFUSSO; GALHARDO; BARBOSA,

2007) Os verbos selecionados são usados de modo a enfatizar a ação da polícia no combate ao crime organizado, derrubando, destruindo, derrotando a corrupção na política e no Judiciário.

Em se tratando da temática “combate à corrupção”, há sua presença tanto através da intertextualidade constitutiva, quanto da manifesta. No primeiro caso, verifica-se, através de metáforas, um discurso militarizado, que nos remete à guerra, ao combate. “Só na ‘fortaleza’ de um dos bicheiros, batizada pelos policiais ‘*bunker* da propina’, foram recolhidos R\$5 milhões (...)” (A SEXTA-FEIRA, 2007), “A PF apreendeu uma grande quantidade de dinheiro e uma *frota* de carros de luxo” (A SEXTA-FEIRA, 2007). “Ele já foi *alvo* de queixa-crime no STF, sob a acusação (...) (FREITAS; MICHAEL, 2007), “A suspensão dos depoimentos foi adotada principalmente como *estratégia* diante da pouca colaboração dos suspeitos”. (PF, 2007).

A terminologia bélica transparece no jargão policial reproduzido pela imprensa: “A interrupção dos depoimentos permitirá a PF redirecionar a *missão* dos cerca de (...)”(PF, 2007). “A Operação Navalha, da Polícia Federal, revelou que o esquema de fraude em licitações *comandado* pela empresa Gautama (...) (CARVALHO, 2007), “ ‘A ambição dos integrantes da cúpula da organização é desmedida, e, segundo diálogos interceptados no mês de fevereiro, já estão *se preparando para atacar* as verbas que serão liberadas para atender o PAC (...)”(CARVALHO, 2007) ou “Não se sabe ainda o nível de envolvimento do prefeito de Juiz de Fora no esquema, porque há *várias frentes* de investigação” (BEJANI,2008).

Os termos destacados fazem referência a expressões comumente utilizadas em guerra, ou seja, intertextualmente percebemos que há um discurso que proclama a Polícia Federal em combate, cuja principal missão é derrotar a corrupção. Tanto é que o termo *desbaratar*, utilizado em diversas matérias para caracterizar a ação da PF nas operações, tem como significado “vencer’, ‘derrotar’.

A idéia da PF como a exterminadora da corrupção está presente em todas as matérias. *O Globo* deixa bem clara sua posição frente às operações. Em *Hurricane*, por exemplo, no dia 14 de abril, o jornal colocou o seguinte título em sua matéria: “*A sexta-feira 13 da corrupção*” (A SEXTA-FEIRA, 2007). Há aqui uma intertextualidade constitutiva, pois, para que possamos interpretar a frase, é preciso conhecer o discurso subjacente, qual seja, o da sexta-feira 13, o dia popularmente conhecido como o do azar. Logo, o que o jornal indica é: a corrupção está com azar. No corpo do texto, o jornal novamente enfatiza o referido tema: “Na Operação Hurricane (furacão, em inglês), deflagrada *numa sexta-feira 13*, também foram presos (...)”. (GLOBO, 14 abr. p16).

No jornal *Tribuna de Minas*, podemos perceber a associação sistemática entre as ações da PF e o combate à corrupção: “(...) na Operação Pasárgada, deflagrada pela Polícia Federal (PF), *para pôr fim* a esquema de liberação irregular de verbas (...)” (BEJANI, 2008) “*Além* do prefeito Alberto Bejani (PTB), outras 13 pessoas foram presas *em todo* o estado ontem pela Polícia Federal (PF). *Durante mais um capítulo das investigações sobre o esquema* de corrupção na administração pública (...)” (ABREU; MIRANDA; SOUZA, 2008).

A *Folha de S. Paulo* também relaciona as investigações da PF a uma ampliação das descobertas de casos e do combate à corrupção – há muito existentes, mas usualmente incógnitas. “As investigações da Operação Navalha revelam *um padrão na* suposta *ação fraudulenta* da construtora Gautama: *o suborno de políticos e funcionários públicos para obter obras e receber verbas do Estado*” (CONTRUTORA, 2007) e “A Polícia Federal, que apura o suposto envolvimento do ministro Silas Rondeau no esquema de fraude de obras públicas desmontado pela Operação Navalha (...)” (SUSPEITA, 2007).

A seqüência das notícias, através de seus conectores, constrói a representação e projeta a imagem de uma instituição que está efetivamente descobrindo e combatendo a corrupção – algo incomum na história pregressa da política brasileira. Mesmo que, nos

exemplo citados, o autor faça uso de tempos verbais no futuro do pretérito (o que reduz o comprometimento do mesmo com a tese de que aquilo que está sendo falado é realmente verdadeiro), a posição majoritária das coberturas é a legitimação das teses defendidas pela Polícia Federal.

### 5.3 “NUNCA ANTES NESSE PAÍS”: AS VOZES DE “OUTROS” RATIFICAM A NOVIDADE DA POSTURA DA POLÍCIA FEDERAL

Subjacentes à temática do combate à corrupção estão outras duas: “o fim da impunidade” e “a autonomia da PF.” Na primeira, é comum o uso da intertextualidade manifesta, seja através da voz da PF, seja na de especialistas, como também na do presidente Lula.

Dentro desta perspectiva, é interessante pontuar que a “Folha” e *O Globo*, em suas matérias, focaram uma peculiaridade: a capa dos relatórios da PF referentes à operação *Navalha* e a *Hurricane*. Em ambas as operações, os jornais expressamente citaram a epígrafe que constava na capa dos referidos documentos. A PF escolheu frases (captadas por escutas) dos envolvidos que, de modo geral, dizem respeito à temática impunidade.

Em *Hurricane*, a frase escolhida é a do desembargador Carreira Alvim: “Me pegar por corrupção, eles não vão nunca!” (MAGISTRADO, 2007). Já em *Navalha*, os policiais escolheram como epígrafe do relatório um diálogo entre Aberlado Sampaio Lopes Filho e Gil Jacó Carvalho Santos, altos funcionários da Gautama: “Gil, tudo tem limite! Nós estamos esticando a corda demais! A corda vai arrebentar” (CARVALHO; LEALI, 2007).

A epígrafe é uma síntese do conteúdo que virá à frente, ou seja, uma espécie de “resumo da ópera”. Ao escolher as duas frases, os agentes resumiram suas ações, ou seja, quiseram demonstrar que as operações possuem como alvo pessoas que julgavam estar isentas de qualquer punição ou ainda, pessoas que sabiam de seus atos e das possíveis conseqüências – ‘a corda vai arrebentar’, ou seja, serão presos. A seqüência dada pelo jornal reforça esse rumo, mostrando a coerência entre a epígrafe citada e a atuação da PF: “A corda arrebentou quinta-feira passada. Aberlado e Gil fazem parte dos 44 presos na carceragem da PF em Brasília.” (CARVALHO; LEALI, 2007)

Conforme se observa, os jornais dão coro a este discurso, especialmente, através da intertextualidade manifesta. “Renan confirmou que conhece há muito tempo o dono da Construtora Gautama: - Conheço Zuleido, sim. Ele trabalha em Alagoas há mais de 30 anos. Mas se alguém teve um desvio de comportamento, paciência. Ninguém está acima da lei - disse Renan.” (VASCONCELOS; CAMAROTTI, 2007)

Tal estrutura se repete em: “Lula disse não acreditar que ele tenha praticado alguma atividade ilegal. Repetiu que a PF tem que continuar investigando com seriedade todos os indícios de irregularidades e que ‘quem pisou na bola’ e tiver culpa irá para a cadeia.” (FERNANDES, 2007). “-Estamos lidando com uma organização criminosa que atua há bastante tempo infiltrada nos poderes da República. E a importância das prisões é emblemática: as pessoas que foram detidas achavam-se acima de qualquer possibilidade de vir um dia a encontrar os trâmites legais correspondentes.” (FURACÃO, 2007). “Para o delegado Renato Porciúncula, os presos ‘montaram rede de corrupção e tráfico de influência’ para ficar impunes.” (GOMIDE, 2007)

Conforme se observa, em diferentes vozes, o jornal repassa aos leitores a mesma mensagem: com as ações da PF estamos acabando com a impunidade. Esse discurso remonta outros discursos. Quando os jornais proclamam “a PF está acabando com a impunidade” o

não dito fica implícito, ou seja, no Brasil as pessoas não eram punidas. Em matéria publicada em *O Globo* no dia 20 de maio, intitulada ‘Corrupção está associada à cultura da impunidade’ (LAMEGO; FARAH, 2007), os discursos dos especialistas no tema são em benefício da PF, vangloriando as ações da mesma, especialmente, na modificação do *status quo*.

Percebe-se, claramente, através das frases desta matéria o encadeamento lógico (coerência) dos argumentos dos especialistas:

- É *uma novidade* alvissareira e infeliz ao mesmo tempo. A prisão é novidade, o roubo é antigo (...)
- *Corrupção* não é do brasileiro. É *um produto* da *nossa história*. Isso tem raízes no sistema colonial, *quando* os governadores *usavam* a coisa pública como objeto de sua propriedade. É *o velho coronelismo*, ainda resistente. O sistema político favoreceu muito os corruptos e os aventureiros, mas *acho* que está chegando ao final. Para ele, o momento é de “alegria”, e as cenas das prisões e escândalos marcam *um outro tempo*. (...)  
Para ele, as ações da Polícia Federal *podem* começar a inibir a corrupção. (LAMEGO; FARAH, 2007, p.12) (grifo nosso)

Nos trechos selecionados acima, percebemos não só a coerência do tema “PF contribui para o fim da impunidade”, através de explicações embasadas na cultura brasileira, como também a presença da modalidade, uma vez que os tempos verbais marcam o passado ‘usavam’, e a perspectiva da quebra do paradigma da impunidade através da palavra ‘podem’.

Ainda dentro desta temática, percebemos claramente o uso da modalidade no título da matéria que reportou a deflagração da Operação *Navalha*: “De uma vez, 77 na cadeia.” (YAFUSSO; GALHARDO; BARBOSA, 2007). O título, ao focar a expressão modal “de uma vez”, demonstra a eficiência da PF no combate à corrupção e pelo fim da impunidade, já que em seguida ele reforça o número de presos.

Ressaltamos que a prisão é elemento-chave na cobertura jornalística das ações da PF. Tanto o é que as ilustrações são bastante emblemáticas, sempre exibindo presos algemados e escoltados pela PF. Texto e imagem dialogam e reverberam a temática: poderosos também são presos.

Associado à quebra do paradigma da impunidade, um outro discurso marcado nos jornais diz respeito a uma suposta *autonomia* de investigação que a PF teria adquirido no governo Lula. Esse discurso está presente subliminarmente quando os jornais reportam o possível envolvimento de Vavá, irmão do presidente, por exemplo. Mas, também o percebemos expressamente, através da intertextualidade manifesta. “ – Isso tudo é sinal de que a Polícia Federal ganhou uma autonomia que não tinha” (LAMEGO; FARAH,2007), explica o jurista Dalmo Dallari.

Uma outra fonte, Cláudio Abramo, tem suas palavras ressaltadas: “Para ele, o trabalho da Polícia Federal *tem sido* útil para combater a corrupção. Ele disse não duvidar que a PF ‘*está indo atrás*’ dos corruptos ‘*sem deixar nomes de lado*’”. (LAMEGO; FARAH, 2007) Observamos a presença da modalidade nas expressões, que caracterizam a visão do emissor, demonstrando o que pensa sobre o trabalho da PF.

Os jornais também reforçam o discurso da autonomia ao darem voz ao presidente Lula. O mesmo, em matérias que reportaram o envolvimento de seu irmão, ressalta a ação autônoma da PF, desimpedida de censura política. “ – Acho que a PF está cumprindo um papel extraordinário no Brasil. Eu disse outro dia que a PF vai continuar investigando todas as pessoas.” (FERNANDES, 2007) “ - Tenho dito o seguinte: nem aceito pressão para diminuir o processo de investigação da Polícia Federal, nem aceito pressão para diminuir, até porque é um órgão autônomo (...)” (BERLINK; MAGALHÃES-RUETHER, 2007).

No que diz respeito aos trabalhos desenvolvidos pela PF, outras duas temáticas são observadas: “o trabalho de ponta” e “cuidado com o dinheiro público.” No primeiro caso, os jornais enfatizam o modo de trabalhar da polícia, ressaltando que seus métodos são desenvolvidos e que a instituição é caracterizada por um ‘trabalho de ponta’. É o que os jornais divulgaram na operação *De Volta para Pasárgada e Pasárgada*: “Quando a Polícia Federal fez *uma batida* na PJJ, apreendeu *todo o material* guardado num pequeno armário no

9º andar.” (ABREU; MIRANDA; SOUZA, 2008). “Os trabalhos começaram às 6h, com *ações simultâneas*, na casa de Bejani (...) (BEJANI, 2008)” “Na *megaoperação*, que contou com *500 policiais* (...)” (BEJANI, 2007).

Outras matérias, das operações divulgadas em âmbito nacional, têm o mesmo tom: “*Seiscentos policiais federais foram mobilizados* para Operação Xeque-mate.” (YAFUSSO; GALHARDO; BARBOSA, 2007) “Para essa operação, foram *166 mil ligações gravadas*, nos últimos seis meses, das quais 5.600 foram selecionadas.” (CORRÊA; VALENTE) “Para evitar vazamento, *360 policiais federais*, em três Estados do Sul foram ao Rio para a operação, que começou às 6h de ontem. *Além das prisões*, cumpriram *70 mandados de busca e apreensão* no Rio, em São Paulo e em Brasília.” (GOMIDE, 2007).

Conforme se observa, em praticamente todas as operações, os jornais enfatizam a mobilização da PF, dando destaque aos números. Percebemos aqui, ainda, a presença da coerência, mostrando que as ações da PF são resultado da mobilização do contingente e das estratégias (‘para evitar vazamento’, por exemplo). Metáforas também são utilizadas para destacar o trabalho exercido pela PF: “Os policiais vão trabalhar na análise de duas toneladas de documentos e arquivos de computadores apreendidos. *Correm contra o tempo*, porque querem buscar informações (...) (PF, 2007). Ao utilizar a metáfora ‘correm contra o tempo’, o jornal ressalta a agilidade da PF, assim como em ‘ações simultâneas’. Quanto aos relatórios, em matéria de *O Globo*, (CARVALHO; LEALI), o jornal utilizou a metáfora “enciclopédia do crime” para caracterizar o detalhamento do mesmo.

No que diz respeito à temática do “cuidado com o dinheiro público”, percebemos a ênfase no dinheiro e bens apreendidos. Esta abordagem remete à função social da Polícia Federal, qual seja, a de proteger o patrimônio da União. O uso da modalidade é comum, principalmente, na descrição do patrimônio apreendido. “Além de caixas de documentos, a PF



apreendeu bens dos acusados que, se somados, *ultrapassam* a casa dos R\$ 20 milhões.” (GRIPP; BRÍGIDO; GOIS, 2007)

A ênfase na explicitação dos bens e recursos apreendidos sugere que há um esforço da PF em assegurar a transparência. “Os policiais *se surpreenderam* ao encontrar 27 relógios de luxo Rolex (GRIPP; BRÍGIDO; GOIS, 2007). “O dinheiro foi apreendido *principalmente* em casa de contraventores (...)” (GOMIDE, 2007) “Entre as buscas e apreensões realizadas pela Polícia Federal, uma verdadeira *coleção de carros* esportivos, a maioria importados, chamou a atenção dos policiais.” (POLÍCIA, 2007). Ao descrever o patrimônio apreendido, os jornalistas se deixam perceber por meio das modalidades, pois utilizam adjetivos e advérbios com maior frequência.

O enfoque no patrimônio apreendido/dos envolvidos remete à ação da PF em prol da recuperação do dinheiro público supostamente desviado. Por meio da intertextualidade manifesta, isso se torna ainda mais evidente, como por exemplo, nas palavras do cientista da PUC, Ricardo Ismael, reportadas pelo jornal *O Globo*: “Ele elogia as ações da PF, mas diz que elas, normalmente, servem para apagar *um incêndio que já vem queimando o dinheiro público há tempos (...)*” (LAMEGO; FARAH, 2007). O despacho da ministra do STJ, Eliana Calmon, também evidencia a temática: “ ‘Trata-se de um poderoso e organizado grupo com escopo de apoderar-se de recursos destinados a obras públicas (...) inclusive para lançar seus tentáculos sobre recursos que advirão do PAC’ (SOUZA, 2007).

Vale aqui ressaltar que o jornal *O Globo* fez questão de ressaltar esta temática, intitulado toda a cobertura da operação *Navalha* por meio da frase: “*Dinheiro público pelo ralo*”. Neste caso, observamos que há ainda a presença do discurso referente ao desvio de dinheiro público, algo considerado arraigado na política brasileira. Como evidencia a opinião de Ricardo Ismael, através da metáfora citada acima (‘incêndio que vem queimando o

dinheiro público há tempos’), fica claro que, na representação feita pelos jornais, é a PF a instituição que está mais eficientemente combatendo o incêndio.

Após a percepção da forma discursiva com que as notícias reportam as ações da Polícia Federal, percebemos uma série de características e valores agregados à identidade da instituição. A PF é representada segundo o viés do combate à corrupção, uma organização de ponta, de excelência, que tem mudado o paradigma da impunidade de poderosos. Para isso, a autonomia é o pressuposto necessário e claramente estampado nos jornais. A PF também é apresentada como a verdadeira protetora do bem público, do patrimônio da União, capaz de descobrir as supostas fraudes e ‘esquemas de corrupção’.

Interessante observar, ainda, que, conforme ressaltamos no capítulo I, a identidade surge a partir da marcação da diferença. Neste sentido, observamos a identidade do ‘outro’ bastante estereotipada, caracterizada pela lógica “vilões” e “heróis”. Ao reforçar a alteridade através das características da desonestidade, da corrupção, da criminalidade, a PF acentua sua própria identidade. Assim, o órgão policial seria marcado pela diferença da alteridade, ou seja, pela honestidade, pela falta da corrupção e pela probidade.

Contudo, estes traços agregados à identidade da PF foram observados através da análise da representação midiática. Para que possamos verificar se esta representação influencia no modo como os policiais federais se vêem, ou seja, na forma como se identificam enquanto membros da organização, é necessário buscar no discurso dos próprios membros as marcas dessa identidade construída pela mídia. Em outras palavras, a questão é: de que modo a mídia, ao reportar as ações da PF, impacta na auto-representação dos próprios policiais federais?

## **6 IMAGEM E IDENTIDADE: A PF VISTA PELOS PROFISSIONAIS QUE A CONSTITUEM**

Após a análise de discurso, elaborada no capítulo anterior, vale ressaltar a importância da prática discursiva para a constituição das identidades. Para Stuart Hall (HALL, 2000, p.112), “as identidades são, pois, pontes de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós”. O referido autor explica que as identidades são formadas por uma bem-sucedida articulação ou fixação do sujeito ao fluxo do discurso.

Contudo, essa fixação ou sutura do sujeito ao discurso não ocorre apenas pela interpelação do mesmo através da representação: é preciso que o sujeito invista naquela posição, identifique-se com ela. Daí, para o presente trabalho, a importância em não só identificar o discurso projetado pela imprensa sobre a PF, mas buscar perceber se os policiais efetivamente se vêem acolhidos por aquela representação, se sentem-se parte efetiva daquela instituição e se reproduzem (implícita ou explicitamente) as discursividades relacionadas ao papel da Polícia Federal.

Uma outra variável importante na percepção das identidades é a história. Afinal, falar em identidade é também revisitar as narrativas sobre o passado, que se articulam ao processo de percepção da realidade presente. Desta maneira, esta pesquisa também buscou verificar junto aos policiais federais se os mesmos se identificam com o discurso da mudança de paradigma da PF.

Busca-se também verificar se eles partilham a versão de que é a PF a instituição que representa, melhor que qualquer outra, o combate ao histórico problema da impunidade, outro tema notadamente marcado pelos jornais. Importante ressaltar que a constituição da identidade é realizada por meio da marcação da diferença.

Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles” (...) A definição daquilo que é considerado aceitável, desejável, natural e inteiramente dependente da definição daquilo que é considerado abjeto, rejeitável, antinatural. A identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido. Como sabemos desde o início, a diferença é parte ativa da formação da identidade. (SILVA, 2000, p. 82 e 84)

No caso em estudo, este princípio é essencial. Afinal, será a partir das referências e das caracterizações que os policiais fazem do *outro* que obteremos respostas acerca da própria identidade policial. Verificamos que os jornais retratam o *outro* a partir de uma perspectiva estereotipada, mas a questão proposta neste capítulo é: como os policiais enxergam a alteridade?

Em se tratando de identidades, uma ênfase sobre a cultura também ganha destaque, principalmente, quando falamos de contexto organizacional. A linguagem é produto da cultura na qual ela se insere – os elementos lingüísticos devem, portanto, ser cotejados aos valores culturais predominantes.

Assim, para conhecer a identidade de uma organização não é suficiente ater-se somente aos elementos de produção discursiva: é imprescindível entender seus artefatos culturais, seus códigos ocultos e significados constitutivos. Essas categorias culturais atuarão diretamente na formação de dois elementos importantes para esta pesquisa: a consolidação de uma missão e de uma imagem.

No primeiro caso, entende-se que as organizações modernas primam pela marcação de práticas sociais (e discursivas) capazes de embutir em seus membros uma paixão arrebatadora.

O mundo do trabalho opera uma ritualização perceptível, procurando sacralizar determinados procedimentos e práticas que pontuam uma ativa vida emocional. (...) O sagrado é apreendido no contexto do conjunto das crenças e condutas que dão sentido ao que é concreto. (FREITAS, 2006, p.144)

O ser humano precisa de identificações positivas, por isso, a concepção de uma missão importante a ser desenvolvida na sociedade é fundamental para que os membros de uma organização se sintam mais atrelados a ela. O conceito de carisma, comumente utilizado para a caracterização de indivíduos, também pode ser aplicado para explicar discursos produzidos por (e sobre) instituições:

- a natureza extraordinária da organização que se pretende onipresente e perfeita;
- a confiança que ela é capaz de despertar nos seus membros e no seu público externo enquanto grandiosa e perene;
- o sucesso, que pode ser atestado por suas grandes conquistas, seu constante crescimento e sua extraordinária capacidade de manter-se jovem;
- o caráter emocional que ela é capaz de despertar em seus membros, quando se utiliza de rituais de grande cerimônias, bem como o fervor e a lealdade que ela é capaz de fazer surgir no seio da ‘comunidade’ (FREITAS, 2006, p.144)

A partir destes elementos, podemos também fazer analogia com o contexto da organização policial, buscando perceber qual é o sentimento de seus membros frente à instituição. Ou seja, os policiais identificam elementos de carisma na instituição (que se projetam sobre si mesmos)? Sentem-se responsáveis por uma missão importante na sociedade?

Atrelada à questão da missão e do carisma, está a construção da imagem. A identidade de uma organização é a imagem cognitiva assimilada pelos seus integrantes, prevalecendo um consenso coletivo em torno dessa imagem. Neste sentido, a partir da imagem projetada pelos jornais acerca da Polícia Federal - especialmente marcada pela idéia da missão de combate à corrupção e do fim da impunidade de ‘poderosos’ -, buscaremos saber como os policiais interpretam esta imagem e, ainda, se há identificação com a mesma.

A partir da abordagem teórica acima e considerando os pressupostos da identidade abordados no capítulo I desta dissertação, iremos analisar as respostas obtidas nas entrevistas em profundidade, realizadas junto aos policiais lotados no Departamento de Polícia Federal de Juiz de Fora. Contudo, antes faremos uma breve explanação sobre as competências da PF,

bem como o desenvolvimento do número de operações realizadas ao longo dos anos, desde 2003.

## 6.1 A REALIDADE CONTEMPORÂNEA DA POLÍCIA FEDERAL

Afinal, o que é e o que faz a Polícia Federal? Antes que se discuta qual é a imagem que os policiais federais fazem da instituição (e, portanto, como constituem suas próprias identidades), é preciso conhecer um pouco mais sobre a instituição que está sendo foco deste objeto de estudo. Parte-se do pressuposto de que existiria uma série de processos de retroalimentação, nos quais estes profissionais utilizariam referências da imagem externa da instituição para formar suas próprias identidades profissionais, que por sua vez impactariam a identidade corporativa da PF e, no limite, novamente influenciariam sua imagem pública.

É que se fará neste capítulo: uma breve apresentação da realidade atual da Polícia Federal, antes da apresentação dos dados capturados por meio da análise das entrevistas em profundidade realizadas com policiais. Para isso, mostraremos a relação da instituição com o governo federal, o desenvolvimento do número de operações ao longo dos anos e, ainda, a credibilidade do órgão junto à sociedade.

O Departamento de Polícia Federal (DPF) é um órgão subordinado ao Ministério da Justiça, cuja função é, de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, § 1º:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

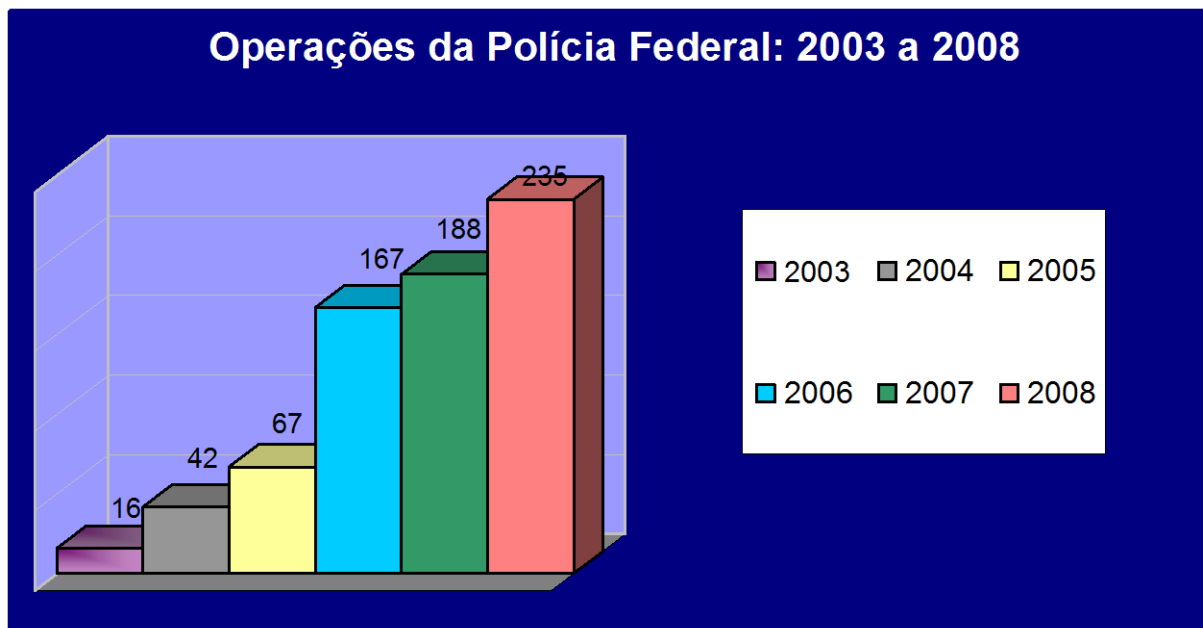
II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União. (CONSTITUIÇÃO, 1988, p.48)

Trata-se, portanto, como o próprio texto constitucional preconiza, de uma instituição organizada e mantida pela União. Daí, o fator ‘autonomia’ ser tão valorizado, tanto pelos jornais, como também nos discursos policiais, conforme veremos a seguir. Afinal, como se trata de um órgão ligado diretamente à pasta do Ministério da Justiça, poderia haver alguma suspeita sobre influência política nas investigações e nos resultados das mesmas.

Nos últimos anos, o que se tem visto é um verdadeiro incremento no número de operações realizadas (inclusive aquelas que têm como investigados exatamente altos círculos dos poderes da República), se considerarmos os dados desde 2003. O gráfico abaixo ilustra o número de operações por ano, desde a referida data até 2008.



**FIGURA 10: O CRESCIMENTO DAS OPERAÇÕES DA PF**

Conforme verificamos, em cinco anos, a Polícia Federal aumentou em quase quinze vezes o número de operações realizadas, tendo como base inicial o ano de 2003. Os dados referentes às operações, com total do número de presos, de inquéritos instaurados, de funcionários públicos envolvidos estão disponíveis na página eletrônica da Polícia Federal. Lá, há um link para a assessoria de imprensa do órgão, denominado *Agência de Notícias da Polícia Federal*, onde é possível ver o clipping de todas as matérias divulgadas na grande mídia sobre as operações da Polícia Federal.

Há também vídeos de matérias veiculadas em redes de TV, como a Globo, por exemplo. Vídeos institucionais e depoimentos de pessoas comuns elogiando as ações da Polícia Federal também podem ser visualizados neste link. Observa-se que há ali um esforço de comunicação bastante elaborado e estruturado – a preocupação com a imagem da PF está sempre presente.

Neste sentido, vale ressaltar que no ano de 2007, período em que selecionamos nosso recorte temporal, a PF foi considerada em uma pesquisa da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) a instituição pública com maior credibilidade. Os objetivos específicos da



referida pesquisa foram: avaliar a confiança nas instituições e órgãos públicos, levantar opiniões sobre questões contemporâneas e avaliar a imagem do Poder Judiciário.

A amostra foi de 2011 pessoas residentes no Brasil e a realização da pesquisa aconteceu entre 04 a 20 de agosto. Os resultados apontam para o depósito de confiança na Polícia Federal : 75,5% disseram confiar na PF. Enquanto isso, a classe política foi considerada a instituição que menos inspira confiança: somente 11,1% disseram confiar em políticos.

A pesquisa ainda abordou a seguinte questão: qual instituição deve ser a mais relevante no combate à corrupção? Novamente, a Polícia Federal aparece em primeiro lugar, com 25,1% das respostas. Em seguida, vem o Ministério Público, com 22,8%, A sociedade civil aparece em terceiro lugar, com 12,9%.

Através dos dados trazidos, é fácil verificar que a PF aumentou sua atuação, o que pode ser comprovado pelo crescente número de operações. Além disso, através da pesquisa da AMB, notamos que a sociedade tem aprovado sua atuação, depositando credibilidade na instituição e confiança de que a mesma é a melhor no combate à corrupção.

## 6.2 A CONSTRUÇÃO DA ALTERIDADE: QUEM SÃO OS INIMIGOS DA PF?

Nos capítulos iniciais, trouxemos à luz enfoques teóricos no que diz respeito à formação das identidades e à prática jornalística. Explicamos que notícias de cunho policial são direcionadas pelo olhar da fonte oficial, no caso, a própria instituição policial. É o que Hall (1993) e outros autores denominam como *definidor primário* da notícia.

Ressaltamos que o crime é um valor-notícia por excelência, presente desde os primórdios do jornalismo. Além disso, conforme apontado por Kress e van Leeuwen (apud PONTE, 2005, p.47), em um estudo realizado sobre as primeiras páginas de jornais ingleses e australianos, há certas regularidades na distribuição do conteúdo: matérias de continuidade são alocadas do lado esquerdo, na zona inferior, e matérias de novidade ou de incerteza ganham o lado direito e a zona superior.

Nesta dissertação, também analisamos a forma como os jornais abordam as operações da Polícia Federal, inclusive por meio da diagramação. Percebemos, inicialmente, que os jornais destinam espaços de destaque e valiosos para a diagramação das notícias da PF, com matérias diagramadas mais no lado direito e centro da página.

No campo discursivo, notamos os enfoques predominantes, que foram interpretados segundo as marcas textuais selecionadas (metáforas, modalidade, coerência e intertextualidade). Em geral, os jornais caracterizam a alteridade por meio de expressões marcadas por uma visão estereotipada, que, muitas vezes, reforçavam lugares-comuns presentes no imaginário coletivo, enfatizando, ainda, a lógica do espetáculo.

Isso se torna claro quando os jornais apontam o combate à corrupção e à máfia que estaria infiltrada nos três poderes da república. Além disso, os jornais indicam que a PF é uma instituição autônoma, independente e, por isso, capaz de quebrar o paradigma da impunidade de poderosos ou 'intocáveis'. Verificamos também que é comum o enfoque na excelência do trabalho e na estrutura da PF, que é representada como um órgão investigativo por excelência.

Em resumo, a partir da análise de conteúdo e de discurso, foi possível depreender a representação da organização 'Polícia Federal' nos jornais. Mas a grande questão que o presente capítulo propõe é: os policiais se identificam com essa representação? Ou seja, adotam a identidade representada nos jornais?

Através da entrevista em profundidade, objetiva-se verificar se realmente os policiais apresentam discursos similares aos lançados pelos jornais. Ao todo, foram ouvidos nove policiais federais e um policial federal aposentado. Selecionamos indivíduos de diversos cargos dentro da PF (dois agentes, dois papiloscopistas, dois escrivães, um perito, dois delegados e um policial aposentado) e diferentes tempos de carreira dentro da Polícia Federal.

Desta maneira, buscou-se mapear nestes indivíduos quais os valores, crenças e convicções possuem em relação à instituição em que trabalham. Nos casos em que os entrevistados solicitaram sigilo sobre seus nomes, eles serão identificados neste texto pelas denominações de seus cargos – por exemplo, Agente 1, Escrivão 2, etc.

Para isso, fizemos perguntas direcionadas para a relação ‘policial – organização’. A partir de um roteiro pré-definido, de cerca de dez perguntas, buscamos depreender de que maneira os policiais se vêem dentro da organização, como se sentem, como avaliam a presença da PF dentro da sociedade, qual seria a missão ou objetivo da PF, quais seriam as características positivas e negativas do órgão.

Evidentemente, utilizamos apenas um roteiro, pois no decorrer da entrevistas outras perguntas foram surgindo a partir das respostas e os temas puderam ser abordados em profundidade. Um outro assunto abordado junto aos policiais diz respeito à cobertura jornalísticas das operações da PF. Após conhecer a relação do policial com a organização, elaboramos perguntas sobre a avaliação dos policiais sobre a cobertura jornalística das ações da PF, bem como sobre uma possível identificação com a representação dada pelos jornais.

Verificamos que o combate à corrupção, especialmente, é uma tônica nas entrevistas efetuadas. Em geral, os policiais federais entendem que a instituição está fazendo um trabalho muito importante no contexto brasileiro, um trabalho que muda a história do Brasil.

Por que nós temos o papel, o dever de extirpar da sociedade aquilo que causa mal, que é a criminalidade, esse problema crônico que o Brasil enfrenta, que é a

corrupção e eu tenho certeza que fiz e continuo fazendo e quero fazer mais pelo país, entendeu? (NOGUEIRA, 2008)

O Brasil, para onde se olha, tem corrupção. Então eu acho que é um papel importante o combate à corrupção. A sociedade tava carente de situação assim. Onde já se ouviu falar que algum político já foi preso? Pelo menos é o que a gente escuta. Pessoas ligam pra gente com denúncia e fala ‘você podem fazer alguma coisa’. (ADILSON, 2008)

Eu acho que a Polícia Federal está se desenvolvendo muito com a história do Brasil. Na época da ditadura, era muito subordinada aos interesses políticos e agora, se você for levar em consideração a Justiça Federal, o Ministério Público e a Polícia Federal, todos eles estão tendo uma evolução em termos de honestidade, de probidade. Eles tinham pessoas intocáveis no passado, que ninguém nem pensava em tocar, e agora a Polícia Federal está fazendo um trabalho de dentro para fora. A sociedade está vendo que não é só por nome que está sujeito à lei, a lei tem que ser geral, a lei é para todo mundo. A PF está mostrando isso. Prende deputado, prefeito. (THALES, 2008)

Mas eu acho, assim, que no imaginário popular, a palavra Polícia Federal, a coisa mais forte é a questão de alcançar algumas pessoas que não eram alcançáveis. Isso gera um respeito maior, entendeu, assim de prender políticos. Quando você fala Polícia Federal as pessoas falam assim: ‘Opa, perai!’ Eu noto isso, na prática. (GUEDES, 2008)

Conforme se observa na fala do papiloscopista Thales, o combate à corrupção está também atrelado ao envolvimento de poderosos. Em outras palavras, a PF tem atuado no combate à corrupção e, com isso, está quebrando o paradigma da impunidade de pessoas ditas poderosas. Nesse sentido, é recorrente o discurso da mudança de foco da instituição: antes a PF desenvolvia investigações voltadas para o narcotráfico e agora sua missão é trabalhar no combate à corrupção.

Acho que mudou um pouco o foco da polícia. Antes era um trabalho com entorpecentes e tal e agora tenta pegar um pouco mais de colarinho branco, vamos dizer assim, a corrupção. E aí, naturalmente, vem uma repercussão maior. (ADILSON, 2008)

Essa década, principalmente, houve uma mudança de foco muito grande na área de atuação da Polícia Federal, praticamente, um marco. Trabalhava-se muito em função do combate à entorpecentes e começou a se focar no combate à corrupção e crime organizado em geral. Daí, para a sociedade, teve um impacto muito forte, inclusive para gente também da corporação. Você começou a ver um retorno do nosso cliente, que é a população. Você começou a ter um retorno deles, uma satisfação deles. (AGENTE 2, 2008)

O policial federal aposentado Jorge Pires é bem enfático ao explicar, na sua visão, qual é a missão da Polícia Federal:

A missão da PF é tentar conter as pessoas que se denominam donos do país. Isso é muito difícil porque o poder aquisitivo destas pessoas é muito alto. Eles têm o poder de compra, têm o poder de barganha e têm o poder de elegerem quem eles querem para mandar no país. (PIRES, 2008)

Conforme se observa, assim como os jornais, os policiais entendem que o foco da atuação da PF está no combate à corrupção e que o inimigo, a alteridade, são pessoas ricas, poderosas e que ocupam lugar de destaque na sociedade, especialmente, cargos políticos. Pires, que trabalhou 22 anos na Polícia Federal, justifica a criminalidade nas diferentes classes sociais:

O pobre comete crime por uma necessidade: o pobre porque não tem estudo, previsão de uma vida melhor; o classe média, porque se envolve com o mundo criminoso, então na classe média o crime é muito maior do que na classe dos pobres e o rico porque é ganancioso. Por exemplo, está aí o senhor Daniel Dantas, o banqueiro que estava na Itália, Salvatore Cacciola. Esses vivem de dar golpe no governo federal, vivem do que o governo federal dá para eles. Eles não roubam sozinhos, eles roubam com auxílio do governo federal. Não necessariamente o presidente: assessores, alguns políticos que cometem esse crime, que é o que veio à tona com o José Dirceu, o Genóino, alguns do PT. Mas não só o PT, o PP, o PTB (...) (PIRES, 2008)

### 6.3 AUTO-IMAGEM: O “LADO BOM” DA REPÚBLICA

Outro traço discursivo recorrente nas entrevistas é o destaque à função social do trabalho da PF: a concepção de que a execução de investigações representa um bem para a sociedade, para o cidadão. Ou seja, os policiais projetam sobre si mesmos a identificação de benfeitores da coletividade. Tem-se aí aquilo que abordamos no primeiro capítulo, acerca das identidades organizacionais: o vínculo identitário entre o membro da organização e a própria organização, está atrelado ao culto da excelência, bem como da instituição restauradora da ética.

Maria Ester Freitas (2006) explica que a excelência se desloca do ser para o fazer, exigindo da organização que os resultados sejam atingidos. Esse culto da excelência tem

desdobramentos sobre a identidade dos membros da organização, tornando-se elemento importante na vida do indivíduo. “A carreira e o status profissional tornam-se os elementos organizadores da vida do indivíduo, aquilo que lhe dá sentido, auto-imagem e reconhecimento, único referente capaz de proporcionar-lhe sucesso e realização pessoal” (FREITAS, 2006, p. 63). Na Polícia Federal isto se torna mais evidente, conforme comprovam as falas a seguir:

Hoje eu acho que a Polícia Federal está meio como que um ícone dentro da sociedade, como uma instituição que ainda passa uma certa garantia de seriedade, coisa que está muito difícil hoje em dia. (...) E é legal, porque você vê que sai daquele paradigma de instituição de controle social e opressão popular, como começou, para alguma coisa que está trabalhando pró-sociedade. Uma sensação que é boa para gente que faz parte da instituição, é boa para a instituição e é boa para a sociedade. (AGENTE 2, 2008)

O objetivo da Polícia Federal é muito claro, eu acho que é pegar aquele núcleo inteligível da nossa falsa democracia e tentar que eles também respeitem as leis. (...) Então, o objetivo da Polícia Federal, ao meu ver, é conseguir que moralize um pouco a sociedade, em termos de verba pública. Ao contrário do que as pessoas acham que não é de ninguém, é de todo mundo, é nossa verba. A gente paga impostos altíssimos. É um dos países que tem a maior tributação do mundo e o pessoal acha bonito. O cara rouba e acha que não é com ele. ‘Ah não, o cara foi preso!’ Não, não é assim. O cara foi preso roubando dinheiro meu, dinheiro seu, tirando merenda de criança. São situações absurdas que hoje em dia a gente está começando a combater esse tipo de ação e eu acho que em um futuro bem próximo isso vai ter uma repercussão muito boa. Principalmente, pela prudência que alguns vão tomar ou vão deixar de tomar certas atitudes com medo da represália, porque o que está acontecendo é que estamos chegando cada vez mais perto. O Brasil é um país de muita riqueza, o que está dependendo é só de moralização. (THALES, 2008)

O fala do papiloscopista Thales reforça bastante o discurso da missão da instituição, marcada por forte carga de heroísmo, de função moralizante. Freitas (2006) diz que este tipo de discurso é comum nas organizações modernas. “A pretensão dessas organizações é transformar-se na instituição social por excelência, no ator central da sociedade, fornecendo o modelo de referências predominantes para o conjunto dos comportamentos coletivos” (FREITAS, 2006, p.59).

Interessante observar que, se por um lado, a PF é vista como a instituição capaz de moralizar a sociedade, por outro lado, ela mesma é considerada por seus integrantes, um órgão marcado pela honestidade e pela integridade. Em praticamente todas as entrevistas, os

policiais, bem como o aposentado Jorge Pires, ressaltam que a PF é um órgão que combate à corrupção interna, não se deixando contaminar por qualquer tipo de desvio de conduta.

E o que é o principal diferenciador da Polícia Federal: ela não mede esforços para cortar na própria carne. Então nós temos uma Corregedoria forte, um Assuntos Internos muito forte, que trabalha para limpar primeiro a sua própria instituição. E a instituição estando limpa, bem aparelhada, com bons profissionais, ela pode trabalhar melhor para a sociedade. É nesse sentido que ela investiu e tem dados os resultados que nós estamos acompanhando aí. (NOGUEIRA, 2008)

A honestidade. Pelo menos ainda não tive a oportunidade de me decepcionar com isso, não. Espero que nunca me decepcione. (KELMER, 2008)

Eu acho que a honestidade. É o pilar da Polícia Federal. É a integridade dos policiais. Acho isso muito bom. (THALES, 2008)

Eu acho que eu fui o que se faz hoje na PF. O que contribuiu muito pra isso, em primeiro plano, foi que nós fizemos, num período de aproximadamente dez anos, uma limpeza interna. Nós trabalhamos em cima dos corruptos que eram policiais federais, não importava a função dele, se era delegado, se era agente, se era escrivão. A intenção era: vamos limpar a polícia, tirar a carne podre e colocar uma carne nova no lugar. Conseguimos isso. (PIRES, 2008)

Um outro discurso bastante presente nas entrevistas é o da autonomia. A maioria dos entrevistados entende que a Polícia Federal tem o diferencial de ser mais independente e autônoma que outras instituições - por isso, conseguiria atingir pessoas consideradas intocáveis. O escrivão Marcos Guedes, quando perguntado sobre quais valores ou características considera mais marcantes na PF, respondeu: “Acho que é a independência, né? Essa autonomia da investigação, entendeu? Não vou dizer que ela é absoluta, mas realmente nos últimos anos tem sido a regra” (GUEDES, 2008).

O delegado e chefe do departamento de Polícia Federal de Juiz de Fora também enfatiza o tema “autonomia” em sua resposta, que enfatiza não só a questão da independência, como também do discurso do trabalho pró-sociedade:

O lema é servir a sociedade, longe de estar atrelado a qualquer partido político, a qualquer situação. Apesar da Polícia Federal ser um ente, uma instituição ligada ao Executivo, mas ela tem uma liberdade ampla de atuação, certo. E é assim que eu espero que continue e aumente ainda mais essa liberdade. Que ela possa ter autonomia para que atue, porque uma polícia autônoma, independente, ela pode trabalhar com mais liberdade. Claro que sempre respeitando a Justiça e as leis. Isso é mais importante e deve ser sempre ser preservado. (NOGUEIRA, 2008)

Um dos papiloscopistas, que pediu para não ser identificado, também vê a autonomia como um diferencial da PF, o que a possibilita trabalhar no combate à corrupção.

Então, como a Polícia Federal tem uma estrutura, uma capacidade de atuar em outras áreas, ela tem uma maior independência para poder fazer isso. E a sociedade cobra muito mais, em relação a essa atuação. Por isso que a Polícia Federal nesse aspecto, de combate à corrupção, ela tem essa importância. Como se vê, ao prender Daniel Dantas, que era ligado ao outro governo, ou mesmo prender pessoas ligadas ao governo atual, o Marcos Valério. Você consegue perceber que bem ou mal ela tem uma independência para fazer esse tipo de trabalho. Talvez, uma outra polícia, ela não conseguiria fazer com tanta independência, tá? (PAPILOSCOPISTA 1)

Neste sentido, percebemos uma similaridade entre o que os jornais veiculam e o discurso policial. O combate à corrupção, que tem como alvo pessoas de destaque social, seja pela condição econômica ou cargo político que exercem. E, além disso, uma autonomia para investigação, o que faz da PF, na visão dos entrevistados, um órgão investigativo diferenciado.

#### 6.4 IMAGEM E AUTO-IMAGEM: MÍDIA, PRESTÍGIO, REPUTAÇÃO E ORGULHO

Abordamos no primeiro capítulo que, quando uma organização é reconhecida socialmente, seus membros se sentem orgulhosos de fazer parte dela - normalmente isso induz os membros a se identifiquem mais com a instituição da qual fazem parte. Isto acontece, segundo ASHFORTH e MAEL (apud ABREU, 2007, p. 32), porque alguns fatores apresentam interferência direta no processo de identificação - entre eles, destacam-se para este estudo os binômios: prestígio e auto-estima; imagem e reputação.

No primeiro binômio, a teoria indica que os indivíduos tendem a se identificar com os grupos que impregnam de aspectos positivos suas próprias auto-imagens. Já no



segundo, a imagem externa construída corresponderá à visão dos integrantes da organização de como os membros de fora percebem a instituição da qual fazem parte.

Durante as entrevistas realizadas, percebemos que tanto o primeiro binômio quanto o segundo estão bastante presentes nos discursos dos entrevistados. Em geral, eles falam de um orgulho grande em fazer parte da instituição Polícia Federal, pois entendem que, ao fazer parte dela, têm suas auto-estimas valorizadas, pois são reconhecidos pela sociedade como benfeitores, como integrantes de uma instituição séria e que está colocando ‘ordem’ no Brasil. Além disso, os policiais costumam falar sobre a imagem que eles acreditam que a sociedade possui da instituição, que, em geral, é marcada pela excelência e o trabalho efetivo, especialmente no combate à corrupção.

Claro, vestir aquela roupa preta não tem coisa mais gostosa. Dá um orgulho, você olha e pensa ‘Poxa, eu faço parte desse grupo’. É muito bom. É uma prova difícil, quando você entra o reconhecimento é muito gostoso, muito gratificante. Quando você chega e fala que é um policial federal você é bem visto, coisa que antigamente não acontecia. Policial geralmente... falava-se que só cachorro e mãe gostava de policial, mais ninguém. Hoje em dia não. (THALES, 2008)

O reconhecimento social, de uns anos para cá, veio a ser um elemento chave. No Sudeste, isso não era tão grande, em outras regiões se via isso. Não sei a origem disso. Isso, de uns anos para cá, vem crescendo inclusive nessas regiões, até por causa do foco: “olha, ta vendo, só eles para pegar este corrupto mesmo!”. Isso com certeza motiva. (AGENTE 2, 2008)

Sinto orgulho, na verdade. Gosto muito do que eu faço, sinto orgulho de dizer que sou policial federal quando as pessoas me perguntam. Óbvio que eu sou um cara reservado, não gosto de sair falando que sou um policial federal. Mas, num ambiente familiar eu me sinto orgulhoso de ser um policial federal. (ADILSON, 2008)

Eu percebo uma imagem positiva, porque muitas pessoas que chegam aqui, quando eu estou conversando, falam comigo – ‘olha, a Polícia Federal é a única que a gente pode confiar neste país’. Então quer dizer, se eu for olhar por esse lado, a nossa imagem lá fora está excelente. (MARIA TEREZA, 2008)

E na Polícia Federal hoje você tem um certo reconhecimento. Até houve uma pesquisa, não me lembro de qual órgão, das instituições com maior credibilidade e a Polícia Federal acho que ficou, salvo engano, em segundo ou primeiro. Então isso, de certa forma, é um retorno. Claro que o salário é importante, mas também o reconhecimento é importante. (GUEDES, 2008)

Conforme se observa na fala dos policiais, o orgulho em fazer parte da instituição aparece ao vestir o uniforme, ao participar de operações e, principalmente, pelo reconhecimento que eles dizem possuir por parte da sociedade. Desta maneira, este

reconhecimento parte do pressuposto da veracidade da imagem que é lançada na mídia, da imagem que é divulgada pelos meios de comunicação, principalmente, pelos jornais.

Interessante pontuar que quando, questionados sobre a cobertura jornalística das operações da Polícia Federal, as opiniões se dividem. Alguns consideram boa, próxima à realidade. O delegado Cláudio Nogueira ressalta que a cobertura é boa porque há uma parceria entre órgão policial (através de uma estruturada assessoria de imprensa) e jornais.

Todas as operações eu peço a secretária para comunicar aqui a imprensa local e a gente faz um trabalho de parceria muito bom. Porque é muito importante que a população veja, conheça, não só os trabalhos, mas, principalmente, que saiba discernir quem presta pra sociedade e quem não presta, né? Eu acho que tem que ser divulgado sempre, sempre. Sempre que tiver uma prisão, para que a gente realmente saiba separar o joio do trigo. (NOGUEIRA, 2008)

Outros membros da organização são bem enfáticos ao perceber a cobertura jornalística como uma estratégia de marketing voltada para a consolidação da imagem da instituição.

Eu acho que a Polícia Federal também investiu nos últimos tempos, até de uma forma um pouco exagerada, mas investiu e isso acabou gerando frutos para imagem da instituição no marketing. O último Diretor Geral, Paulo Lacerda, que estava até na Abin, está afastado, ele foi um marqueteiro, assim, de marca maior. A gente até fazia uma crítica a ele, falava assim: ele fez uma administração que foi boa para a Polícia Federal daqui para fora, entendeu? Ou seja, a população viu com bons olhos a Polícia Federal, mas daqui para dentro não foi boa porque ele não abraçou muitas reivindicações da corporação. (...) As operações tinham muito destaque na mídia. De certa forma, é positivo, entendeu, o trabalho aparece. Acho importante o trabalho aparecer. Mas, assim, ocorreram alguns exageros, questão de imagens de presos, que hoje em dia já esta se colocando no devido lugar isso. Até por causa de alguns exageros que ocorreram agora há pouco tempo. Mas ele soube explorar isso. A questão das operações, da imagem mesmo, da marca da Polícia Federal: das pessoas uniformizadas, dos policiais de preto, o camburão preto. Aquilo fica no imaginário, né, no inconsciente coletivo. Fica marcado. (GUEDES, 2008)

A Polícia Federal faz muito marketing. Tanto que você pode fazer uma pesquisa entre a quantidade de pessoas que são presas e depois, lá na frente... nesse site que eu te falei, fenapef, o outro é [www.sindipolpf.org.br](http://www.sindipolpf.org.br) existem algumas informações que você tem a quantidade de inquéritos que foram instaurados e lá na frente a quantidade de pessoas que efetivamente estão presas. Porque muitas vezes o inquérito é mal feito, é mal relatado, então, o que que acontece, você tem aquela primeira impressão, prendeu dez, prendeu 20, só que daqui a dez anos você vai ver que na realidade isso não aconteceu. Aí você tem que ver essa questão de produção, pelo efetivo que tem, pela quantidade de pessoas que tem, foram muitas pessoas presas, muitas drogas foram apreendidas, muitas armas foram apreendidas? Isso que eu estou dizendo, to te dizendo particularmente. (PAPILOSCOPISTA 1, 2008)

Outros policiais entendem que há um super dimensionamento das operações, o que faz com que não haja, na visão deles, verossimilhança entre o que é reportado e o que acontece de fato.

Eu vou ser sincero. Quando a gente tá dentro da operação, a gente vê uma notícia no jornal que muitas vezes não bate com a realidade. Às vezes superdimensionam as coisas, colocam informações inverídicas. Quando você tá na investigação, no processo, você sabe tudo o que tá acontecendo aí você vê que há alguma distorção. A gente não sabe nem se é, de repente, um erro nosso. (ADILSON, 2008)

Olha, quando começou a questão das mega-operações, as primeiras reações que a gente tinha era ser chamado pejorativamente de “operação Rede Globo”, não sei se alguém já te falou isso. “Ih, lá vem a Operação Rede Globo”. A gente via uma superexposição do trabalho, muitas vezes não retratava a realidade do que era feito. A gente sentia da mídia que não tinha a vontade de saber o que estava acontecendo, de acompanhar o desenrolar dos atos, porque a atuação policial é uma fase dentro do processo. (AGENTE 2, 2008)

Mas há um paradoxo: embora estas respostas demonstrem uma certa criticidade por parte dos policiais no que diz respeito à cobertura jornalística das operações da PF, quando perguntados se os mesmos se sentem representados pelos jornais eles normalmente consideram que sim.

É aquilo que eu te falei: daqui para fora é bem representado: as operações, o trabalho que é feito é bem divulgado. Mas eu acho que a imprensa, o papel dela é esse mesmo, falar o que dá notícia. (GUEDES, 2008)

Eu já vi casos de muita pressão, de estar num local e ter pressão jornalística para poder revelar coisas. Fora isso, na maioria das vezes é legal. Às vezes a gente pega para ler, vê alguns erros técnicos, que o repórter fica com a dúvida e não dá tempo de tirar. No geral, acho que reflete a instituição (KELMER, 2008)

P: Você se sente representado pela mídia?

R: Sim. Porque a mídia está valorizando muito a PF, está sempre fazendo uma reportagem positiva. Em hora nenhuma eu vejo a mídia falando mal da Polícia Federal. E quando fala, pelo menos casos que falou, é um pouco exagerado, como o caso do Protógenes. (THALES, 2008)

P: Você acha que cobertura jornalística reflete bem a Polícia Federal?

R: Reflete... Até demais. E esse demais, esse reflexo a mais que ela dá, é a satisfação do ego de quem administra a PF. (PIRES, 2008)

A partir das entrevistas, observamos que a maioria dos policiais entrevistados pontua que há exagero, marketing na cobertura das operações, mas acham que são bem

representados pela mídia, pois entendem que os jornais passam uma imagem positiva do órgão para a sociedade – e eles têm uma boa imagem de si mesmos.

## 6.5 A UNIDADE NA DIVERSIDADE: UMA IMAGEM CORPORATIVA, MAS IDENTIDADES MÚLTIPLAS

Outras temáticas também foram recorrentes, tais como: conflito interno, estrutura da PF e flexibilidade do trabalho. No primeiro caso, alguns dos policiais relataram haver um certo conflito entre as classes: delegado e demais classes. Alguns consideram que o inquérito policial funciona como um instrumento de poder para os delegados que, muitas vezes, aparecem para a sociedade como os responsáveis pelas operações e investigações. Na visão dos policiais isto está errado, pois os agentes, escrivães e demais cargos trabalham muito nas operações, mas este trabalho não aparece, pois o foco estaria no delegado.

Cabe aqui ressaltar que, muitas vezes, o discurso pode indicar uma identidade unificada, evidenciando a concepção de uma imagem corporativa una. Mas, na prática, dentro de uma identidade ‘unificada’, o que se tem é uma multiplicidade de identidades, conforme assevera Stuart Hall (2006).

Recebemos, constantemente, um bombardeio de informações e estamos a todo tempo sendo colocados frente a sistemas de representação, com os quais podemos nos identificar ou não. A identidade é constituída através das formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. “É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes

momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (HALL, 2006, p.13).

Sendo assim, trazendo esta discussão para o objeto de análise, verificamos que a identidade da PF é formada pelas diferentes identificações e visões da corporação por parte de seus membros, inclusive segundo o cargo que ocupam (escrivães, agentes ou delegados). Em outras palavras, embora possamos falar em uma identidade da PF, enquanto organização, dentro desta ‘unidade’ teremos diferentes vozes e perspectivas acerca da instituição e das posições ocupadas por seus membros.

A infraestrutura da PF também foi um tema que permeou as entrevistas. Os policiais federais a consideram (estrutura) melhor que a das outras polícias, mas ainda não é a ideal. Alguns relatam falta de gasolina nas viaturas, por exemplo. Para eles, embora haja algum investimento nesse sentido, ainda é preciso melhorar. Desta maneira, é comum o discurso de que para ser policial federal é necessário ter boa vontade, empenho, para que as dificuldades estruturais não sejam empecilhos para as investigações.

Por fim, um outro assunto recorrente diz respeito à flexibilidade da carreira. Desde o delegado, aos agentes, peritos e escrivães, todos consideram que na PF a pessoa pode trabalhar onde se adapte melhor, pois a carreira oferece diferentes áreas de atuação: operacional, passaporte, burocrático, investigativo, entre outros.

Conforme verificamos, a representação dada pela mídia ganha eco na identidade da organização, influenciando o modo como o próprio integrante da PF se vê, não só dentro da organização, como também dentro da sociedade.

Valores como integridade, eficiência, transparência, independência, ética estão presentes no discurso policial. Na visão dos policiais, o combate à corrupção é a principal missão do órgão que, com autonomia e independência, tem conseguido alcançar ‘poderosos’,

peças que historicamente eram consideradas intocáveis. É sob essa ótica que tanto jornais, como policiais estruturam a concepção identitária da organização.

Agregado a isso, está um outro elemento-chave que auxilia na identificação entre indivíduo e organização, qual seja, o reconhecimento social. Os policiais federais afirmam que seu trabalho é desenvolvido pró-sociedade, para o bem da coletividade, e que a sociedade tem dado um retorno positivo, valorizando e elogiando as ações da organização. Nesse sentido, alguns relatam expressamente o orgulho em fazer parte da instituição, de vestir o uniforme e de participar de operações de destaque.

Em outras palavras, os policiais – por mais que tenham identidades múltiplas, relacionadas inclusive a distintas posições que ocupam dentro da instituição – referenciam-se a suas próprias identidades a partir de um discurso que tem como base a imagem pública da PF.

A representação da Polícia Federal efetivada pelos jornais (que valorizam a instituição, seja através das imagens, seja pelo discurso ou pela disposição gráfica) e a apontam como a heroína do Brasil (sustentando que ela tem trabalhado na limpeza da sociedade, eliminando a corrupção) é efetivamente internalizada pelos policiais federais quando eles se referem à organização e a si mesmos.

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa, partindo dos pressupostos teóricos dos Estudos Culturais e do Interacionismo Simbólico sobre o conceito de identidade, especialmente no âmbito organizacional, trouxe como problemática a inserção da variável ‘comunicação’ na constituição e formação da auto-imagem dos membros de uma instituição.

O objeto de análise desta pesquisa foi constituído pelo material jornalístico publicado sobre as operações da Polícia Federal. A partir deste objeto buscou-se analisar de que forma os jornais, ao reportarem as ações da Polícia Federal, constroem determinada imagem pública e agregam valores à identidade da instituição, fortalecendo a reputação da corporação. Selecionamos três jornais: *O Globo*, a *Folha de S. Paulo* e *Tribuna de Minas*.

Inicialmente, abordamos a importância da identidade na formação daquilo que somos, do modo como nos comportamos, principalmente, frente ao ‘outro’. Nesse sentido, explicamos que a identidade só existe a partir da diferença, ou seja, quando através da marcação da distinção entre o “eu” e o “outro” confirmamos nosso lugar no mundo.

Para esta marcação da diferença, um outro conceito deve ser reconhecido: o de sistema de representação. Todo nosso mundo é constituído de uma rede de signos e símbolos que forma mapas culturais, sistemas de representação, com os quais podemos (ou não) nos identificar. São estes sistemas que nos fornecem subsídios para nos auto-afirmarmos enquanto seres dotados de não só uma identidade, mas várias. Estamos a todo tempo expostos a diferentes sistemas de representação, o que nos permite adotar diferentes posições-de-sujeito.

Ainda no primeiro capítulo, trouxemos à luz os conceitos de socialização primária e secundária. O primeiro acontece quando o indivíduo tem seu primeiro contato com o mundo, com sua família, por exemplo. Trata-se da primeira experiência do indivíduo frente a

outros significativos. A linguagem tem forte contribuição neste processo, uma vez que funciona como um veículo importante na apreensão de significados e dos papéis sociais.

Mas o processo de formação identitária não acaba na infância. Ao longo de toda a vida o indivíduo é posto diante de um leque de papéis sociais a serem interpretados. Podemos dizer, portanto, que a socialização secundária ocorrerá quando a criança e também o adulto passam a interiorizar submundos institucionais, como o da escola, da igreja e do trabalho.

É neste ponto que esta pesquisa se deteve: de que forma o indivíduo constitui sua identidade no ambiente laboral? De que forma as representações dadas pela mídia atuam nesta formação identitária? Para compreender a formação das identidades no ambiente de trabalho, foi necessário adentrar nas teorias que versam sobre a cultura organizacional.

Afinal, é através da apreensão dos valores simbólico-discursivos que circundam uma organização que poderemos entender de que forma este artefato cultural reverbera nas identidades dos membros de uma organização. Além disso, pensar em identidade organizacional é também verificar em que nível os binômios prestígio e auto-estima, imagem e reputação funcionam como verdadeiros combustíveis no processo de identificação.

Há, portanto, em se tratando de cultura organizacional, a presença de elementos importantes, principalmente, de discursos notadamente marcados pelo culto da excelência e da organização restauradora da ética. Através destas temáticas, as organizações incentivam a presença dos binômios ressaltados anteriormente, fortalecendo, assim, o vínculo identitário entre a organização e seus membros.

Mas, de que forma os jornais ganham ênfase na constituição das identidades? Os jornais têm a importante função de serem mediadores entre prática social e prática discursiva. Isto quer dizer que funcionam como sistemas de representação por excelência, uma vez que são capazes de relatar não só os fatos da vida cotidiana, mas também demarcar os papéis sociais em destaque.



Desta maneira, o segundo capítulo desta pesquisa se debruçou sobre as teorias do jornalismo. Afinal, para entender a forma como os jornais auxiliam na formação das identidades, foi preciso também considerar a sistemática de trabalho dos mesmos. Ressaltamos que, cada vez mais intensamente, muitos veículos funcionam segundo a lógica do espetáculo, pondo em evidência, de forma quase cinematográfica, os fatos, especialmente, os de natureza policial.

Além disso, a partir de uma revisão bibliográfica, verificamos que o valor-notícia crime está presente desde os primórdios do jornal, sendo certo que faz referência a um tema presente nos folhetins de mais de 200 anos atrás. Ou seja, os jornais de hoje proclamam esta temática recorrente ao longo dos anos, consolidando assim o gosto dos leitores não só pelo crime, mas pelo escândalo que envolve a notoriedade dos atores sociais.

Vale ressaltar que, conforme abordamos no referido capítulo, os jornalistas, ao produzirem a notícia, especialmente, de crimes, costumam fazer o uso exacerbado das fontes oficiais, dando bastante destaque as mesmas. Nesse sentido, a organização policial consegue considerável espaço para se manifestar, direcionando a notícia segundo seu olhar, naquilo que Hall et al (1993) denomina ‘definidor primário’ da notícia.

Definidos os pressupostos da identidade, bem como do jornalismo (enquanto instrumento de mediação social), este trabalho apresentou as bases teóricas de três metodologias que foram aqui utilizadas, no sentido de mapear a forma como os jornais representaram a PF e os impactos dessa representação na identidade da instituição: análise de conteúdo, análise de discurso e entrevista em profundidade.

Na análise de conteúdo, através de dados quantitativos, verificamos o modo e a intensidade com que os jornais abordaram a cobertura das operações da Polícia Federal. Selecionamos cinco operações – três de âmbito nacional e duas de âmbito regional. Dentro deste recorte, 53 jornais publicaram 262 notícias sobre as operações da Polícia Federal.

Verificamos que das 53 capas analisadas, em 75% destas a PF foi a manchete do dia, ganhando na capa local de destaque, com fontes maiores, chamativas. Em mais 50% das chamadas de capa a PF foi citada expressamente.

Além disso, buscamos também analisar o modo como as matérias foram diagramadas, considerando que notícias consideradas importantes pelo órgão jornalístico costumam ser dispostas no lado direito superior e/ou centro. A partir destes pressupostos, verificamos que, no caso da Polícia Federal, tanto a capa como matérias internas foram diagramadas preponderantemente no lado superior, tanto no lado direito, como centro.

Poucas notícias ou chamadas de capa foram colocadas no lado esquerdo das páginas. Os dados revelam que os jornais, no que diz respeito à disposição visual das notícias, deram enfoque às matérias relacionadas à PF, colocando-as em pontos de clara visibilidade ao leitor e indicando a relevância dada ao tema.

Ainda dentro da análise de conteúdo, verificamos que os jornais utilizaram diferentes ilustrações para fazer referência à PF. Foi comum o uso de esquemas representativos do tipo: ‘Entenda o caso’, ‘Saiba como a PF agiu’, ‘Os bens apreendidos’, entre outros. Imagens de policiais armados escoltando os presos algemados e dos bens apreendidos (carros importados, pilhas de dinheiro, jóias, etc) também foram recorrentes.

Quanto às temáticas mais presentes, verificamos que as notícias selecionadas abordaram com maior intensidade o assunto ‘prisão e/ou envolvimento de poderosos’, já que a angulação das matérias tinha como tônica a notoriedade do ator principal, seja por meio de sua condição financeira ou o status político que detém dentro da sociedade.

Uma outra temática bastante forte foi o ‘desenrolar da investigação’ – matérias que focaram assuntos como *habeas corpus*, novas conexões, descobertas advindas dos documentos apreendidos, entre outros. Além disso, também catalogamos os seguintes temas, a seguir discriminados em ordem decrescente (da maior incidência para a menor):

‘consequências das operações, sem menção à PF’, ‘Atuação da PF’, ‘patrimônio dos envolvidos e/ou apreendidos’ e ‘abordagem geral do tema corrupção’.

A análise de conteúdo possibilitou verificarmos que os jornais deram bastante destaque à Polícia Federal, não só pela forma como diagramaram os jornais, como também pelas ilustrações utilizadas, que costumavam representar a PF em ação, inclusive por meio de esquemas representativos.

As temáticas recorrentes também nos apontam indicativos para uma análise discursiva, especialmente, quando consideramos que, ao focar a ‘prisão e/ou envolvimento de poderosos’, havia subjacente outros enfoques, tais como o combate à corrupção e a eficiência da polícia na quebra do paradigma consolidado através da história/cultura do Brasil de que poderosos não eram presos.

Desta maneira, levantados os dados referentes à análise de conteúdo, esta pesquisa partiu para análise de discurso. Esta metodologia visa, em última instância, à análise da forma como os discursos contribuem para a formação das identidades, considerando como premissa básica a relação entre texto, prática discursiva e prática social.

A linguagem ganha especial atenção como prática social, pois a compreensão da mesma é feita segundo um modo de ação determinado pela história e pela sociedade. Por isso, a linguagem tem o importante papel de contribuir para a constituição das identidades por meio das relações sociais, bem como na formação dos sistemas de conhecimento e crença.

Assim, levando em conta a presença de marcas textuais capazes de nos apontar as práticas sociais, esta pesquisa selecionou as seguintes categorias analíticas: intertextualidade, modalidade, metáforas e coesão.

Os resultados apontaram para a presença de uma vilanização do *outro*, que, de modo estereotipado, foi sempre caracterizado pela lógica da culpa e do envolvimento com

criminalidade. Os suspeitos, inclusive, foram por diversas vezes relacionados à máfia, tal como conhecemos em filmes hollywoodianos.

O *outro* também foi relacionado à riqueza, ao poder, sendo comum a presença de notícias que evidenciaram o status social dos envolvidos, inclusive, explicitando os bens dos suspeitos e/ou apreendidos.

Já no que diz respeito à identidade da instituição policial, os jornais costumavam retratar a PF segundo a perspectiva dos heróis no combate à corrupção. Observamos, inclusive, um discurso marcado por expressões que remontavam ao discurso militar, com terminologias do tipo: “missão”, “estratégia”, “comandado”, “fortaleza”, “*bunker* da propina”.

Através do combate à corrupção, a PF também agregou à sua imagem outros valores, como o da autonomia, por exemplo. Os jornais, seja pela voz dos policiais, especialistas ou do presidente da República, majoritariamente interpretaram que os resultados do trabalho da PF eram devidos à autonomia que o órgão investigativo possui. Seria esta autonomia que, segundo, os jornais, teria feito com que a PF conseguisse quebrar o paradigma da impunidade de ricos e poderosos, discurso também marcado nas notícias selecionadas.

Por meio da análise do discurso, verificamos ainda que a PF foi retratada como uma instituição de ponta e garantidora dos bens da União, evitando que ocorram desvios de verbas públicas por parte de políticos corruptos. Isto pode ser observado através da descrição minuciosa dos dados da operação: números de policiais que participaram das ações, rol dos bens apreendidos, estratégias de investigação, etc.

Mas se por um lado os discursos apontavam para uma instituição policial diferenciada, que executa um papel importante no combate à corrupção e na proteção dos bens públicos, o sexto capítulo buscou verificar os reflexos dessa representação dentro da PF. Desta maneira, através da entrevista em profundidade com policiais do Departamento de

Polícia Federal de Juiz de Fora, esta pesquisa propôs a seguinte questão: a representação dada pela mídia influenciou a visão que os policiais tinham de si mesmos?

Por meio da análise das respostas das entrevistas, conseguimos constatar a similaridade entre, por um lado, a imagem projetada pelos jornais acerca da PF e, por outro lado, os discursos dos policiais sobre suas próprias identidades.

De modo geral, eles consideram que hoje a PF tem um importante papel histórico-social, pois é uma instituição que, na visão dos policiais, ao prender poderosos, está moralizando a sociedade. O combate à corrupção foi uma tônica nas entrevistas, sendo certo que os policiais vêem a PF como uma instituição autônoma, independente, melhor aparelhada que as outras polícias e, por isso, capaz de executar um trabalho de ponta.

O reconhecimento social é considerado um elemento-chave em grande parte das entrevistas. O orgulho de integrar à instituição foi patente na maioria dos entrevistados que, em suas perspectivas, disseram acreditar que a polícia está fazendo um trabalho nunca feito na história do Brasil: colocar na cadeia pessoas que eram consideradas, nas palavras dos policiais, ‘intocáveis’.

Esta dissertação se propôs a analisar a representação dada pelos jornais acerca da Polícia Federal. Por isso, além do conteúdo, também analisamos o discurso e as temáticas mais recorrentes. Importou-nos também perceber a identificação dos policiais com as representações dos jornais - o que verificamos é que realmente os policiais possuem discursos alinhados com os da mídia.

Ou seja, fica claro que, no processo de produção de discursos sobre si mesmos, os sujeitos contemporâneos tendem, nos mecanismos por meios dos quais constituem suas próprias identidades, a incorporar as imagens projetadas pela mídia – inclusive os enquadramentos majoritariamente presentes nas notícias veiculadas pelos jornais. O discurso midiático interpela estes sujeitos: os meios de comunicação, como sistemas de representação

por excelência, representam variável fundamental na equação de formação das identidades contemporâneas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A IMAGEM das instituições públicas brasileiras. *Pesquisa da Associação Nacional dos Magistrados*. Disponível em: [http://www.amb.com.br/portal/docs/noticias/pesquisa\\_opinioao.pdf](http://www.amb.com.br/portal/docs/noticias/pesquisa_opinioao.pdf) Acesso em: 06 jan. 2007

A SEXTA-FEIRA da corrupção. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 de abr. 2007, p.16.

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, Ana Lúcia. *Identificação organizacional no serviço público federal: antecedentes e conseqüências*. 2007. 117 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) Faculdade de Economia e Finanças IBMEC. Rio de Janeiro, 2007.

ABREU, Lidiane; MIRANDA, Ricardo; SOUZA, Táschia. Bejani é preso e flagrado recebendo propina. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 13 jun 2008.

AGGEGE, Soraya; MACÁRIO, Lincoln. O 'lobby do irmão do presidente'. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 jun.2007.

AIDAIR, Marcelo Marinho; ALVES, Mario Aquino. *Comunicação de massa nas organizações brasileiras*. In: MOTTA, Fernando C. Prestes; CALDAS, Miguel P. *Cultura organizacional e cultura brasileira*. São Paulo: Atlas, 1997.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e Simulações*. Tradução: Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

BAUER, Márcio André Leal; MESQUITA, Zilá. As concepções de identidade e as relações entre indivíduos e organizações: um olhar sobre a realidade da agricultura ecológica. *RAC Eletrônica*, V.1, n.1, art.2, p.16-30. Jan/Abr 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac-e> Acesso em 10 set. 2008

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BEJANI é preso em ação que desmantela fraude no FPM. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 10 abr. 2008, p. 3.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

BERLINK; Deborah; MAGALHÃES-RUETHER, Graça. Lula: PF e Ministério Público agem 'direitinho'. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 jun 2007, p.5.

BRAGON, Ranier. PF prepara desmonte de outra organização. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 mai 2007, p.A7.

BRASIL. Constituição (1988). *Vade Mecum*. Org. Antônio Luiz de Toledo Pinto. 3 ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2007.

CARRIERI; Alexandre; ALMEIDA, Ana Luisa de Castro; FONSECA; Eugênio. Imagem Organizacional: Um Estudo de Caso Sobre a PUC Minas. *Revista Administração em Diálogo*, São Paulo, nº 6, 2004, pp.23 – 35.

CARVALHO, Jaílton de. Navalha na corrupção. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 mai 2007, p.3

CARVALHO, Jaílton de; CASTRO, Luiz Cláudio. Navalha deve chegar ao Congresso. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 mai 2007, p.3

CARVALHO, Jaílton de; LEALI, Francisco. Relatório ao som de ‘O poderoso chefão’. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 abr. 2007, p. 03.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do Jornalismo*. 3 ed. São Paulo: Summus, 2007.

CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001.

CONTRUTORA fez até o edital da obra que ganhou, diz PF. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 mai 2007, p.04.

CORRÊA, Hudson. PF indicia irmão de Lula por tráfico de influência. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 de jun 2007, p. A4

CORRÊA, Hudson; VALENTE Rubens. Irmão de Lula vendia favores a empresário de jogo, diz PF. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 jun 2007, p.A4

CORREIA, João Carlos. Elementos para uma crítica da mediação moderna. Universidade da Beira Interior. *Universidade de Beira Interior*, 2002. Disponível em: [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt) Acesso em: 30 maio 2007

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOOLEY, Robert A.; LEVINSOHN, Stephen H. *Análise de Discurso: conceitos básicos em lingüística*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.) *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ENNE, Ana Lúcia S. À perplexidade, a complexidade: a relação entre consumo e identidade nas sociedades contemporâneas. In: *Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo, vol.3, N7, p 11 – 29, jul. 2006.



ESCÂNDALO choca o país do 'rouba' mas 'faz', diz o Financial Times. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 mai 2007, p. 4.

ESCUA da PF envolve advogado de empresa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 abr 2007, p. A7.

ESTEVES, João Pissara. Os media e a questão da identidade: sobre leituras pós-modernas do fim do sujeito. *Universidade Nova de Lisboa*, março de 1999. Disponível em: [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt) Acesso em: 18 abril 2007

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, Diana. Lula elogia PF, mas defende irmão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 jun 2007, p.3.

FLEURY, Maria Teresa Leme; FISCHER, Rosa Maria (Orgs). *Cultura e poder nas organizações*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

FREITAS, Alexandre Borges de. Traços brasileiros para uma análise organizacional. In: MOTTA, Fernando C. Prestes; CALDAS, Miguel P. *Cultura organizacional e cultura brasileira*. São Paulo: Atlas, 1997.

FREITAS, Maria Ester de. *Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma?* 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FREITAS, Silvana de; MICHAEL, Andréa. Investigação da PF inclui ministro do STJ. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 abr. 2007, p.A9.

FURACÃO é apenas o primeiro passo da devassa. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 de abr. 2007, p.20

GOFFMAN, Erving. tradução de Maria Célia Santos. *A representação do eu na vida cotidiana*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1999

GOMIDE, Raphael. PF prende desembargadores e cúpula do jogo ilegal no Rio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 abr. 2007, Brasil, p. A4.

GRIPP, Alan; BRÍGIDO, Carolina; GOIS, Chico de. PF diz que documentos incriminam acusados. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 abr. 2007, p. 21.

GRIPP, Alan; CARVALHO, Jaílton de. Um balcão de negócios no Judiciário. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 abr 2007, p. 14.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart; et al. A produção social das notícias: o *mugging* nos *media*. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veja, 1993, p. 225 a 248.

HERCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de Conteúdo em Jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

INVESTIGAÇÃO da Polícia Federal durou 8 meses. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 10 abr. 2008, p. 4.

JÚNIOR, Wilson Corrêa da Fonseca. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.) *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAMEGO, Cláudia; FARAH, Tatiana. ‘Corrupção está associada à cultura da impunidade’. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 mai 2007, p.12.

LULA parabeniza Tarso que elogia Lacerda. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 abr 2007, p. 25.

MACHADO, H. V. A Identidade e o Contexto Organizacional: Perspectivas de Análise. *Revista de Administração Contemporânea – RAC*, Edição Especial. 2003. p.51-73. 22p.

MACHADO, Hilka Vier. Identidade Organizacional: um estudo de caso no contexto da cultura brasileira. *RAE – eletrônica*, v. 4, n.1, Art.12, Jan/Jul. 2005.

MACHADO; Hilka Vier; KOPITTKKE, Bruno. A identidade o contexto organizacional: perspectivas múltiplas de estudo. In: Encontro de Estudo Organizacionais, 2., 2002, Recife. *Anais...* Recife: Observatório da Realidade Organizacional: PROPAD/UFPE: ANPAD, 2002, 1 CD

MÁFIA do jogo também subornava políticos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 abr. 2007.

MAGISTRADO colecionava dossiês de seus colegas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 abr. 2007, p.A7

MAROCCO, Beatriz. *Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

MARTÌN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2.ed.Rio de Janeiro:Editora UFRJ, 2003.

MICHAEL Andréa; SOUZA, Leonardo; BRAGON, Ranier. Procurador vê indícios de que ministro do STJ levou propina. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 abr. 2007a, Brasil, p. A4.

MICHAEL, Andréa; SOUZA, Leonardo; BRAGON, Ranier. PF diz ter provas de repasses rotineiros de bingo a políticos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 abr 2007b, p. A4.

MOTTA, Fernando C. Prestes; CALDAS, Miguel P. *Cultura organizacional e cultura brasileira*. São Paulo: Atlas, 1997.

MOTTA, Luiz Gonzaga Motta. Análise da pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NAVALHA atinge também dirigente da PF. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 mai 2007, p.8

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

PF desmonta rede de corrupção com bicheiros, juízes e delegados. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2007.

PF pára depoimento e analisa documentos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 abr.2007, p. A5.

POLÍCIA bate às portas de condomínio de luxo na Avenida Sernambetiba. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 de abr. 2007, p.24.

PONTE, Cristina. *Para entender as notícias - Linhas de análise do discurso jornalístico*. Florianópolis: Insular, 2005.

PRESO disse ser amigo de Lula. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 jun 2007.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

SANTOS, Larissa Conceição dos. A importância dos estudos sobre Identidade para a Comunicação Organizacional. In: *Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos*, 2007.

SEVERO, Augusto. Uma relação de amor e ódio. In: RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 5<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOARES, Ronaldo. Prender e manter preso. *Veja*. São Paulo, ano 40, n.38, p.11-15, 26 set. 2007

SOUZA, Leonardo. Polícia prende 46 acusados de corrupção em 9 Estados. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 18 mai 2007, p. A 4.

SUSPEITA sobre Rondeau faz PF pegar fita de ministério. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 21 mai. 2007, p.A4

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo - Volume I: Porque as Notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2004.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo - Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.

VASCONCELOS, Adriana; CAMAROTTI, Gerson. Operação deixa Renan e Sarney apreensivos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 mai. 2007, p. 09.

VIEIRA, Roberto Amaral. Televisão, Imaginário e Inconsciente. In. *Comunicação & Política*. Ano 11- n° 16-1992. São Paulo: CBBLA. 1992. pp. 119-125.

WOLTON, Dominique. *Pensar a Comunicação*. Brasília: UnB, 2004.

YAFUSSO, Paulo; GALHARDO, Ricardo; BARBOSA, Aduari Antunes. De uma vez, 77 na cadeia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 jun 2007, p.03

YOUNG, Ricardo; DA SILVA, Carlos Eduardo Lins. Pelo fim da impunidade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 dez. 2007. Opinião, A3.

## APÊNDICE

### ENTREVISTAS COM POLICIAIS FEDERAIS

#### 1 – DELEGADO 1

##### **Chefe da delegacia em Juiz de Fora:**

**Nome:** Cláudio Nogueira, 45 anos de idade e 20 de Polícia Federal

**P: Como foi que entrou para a carreira? Queria ser policial federal?**

**R:** Comecei como policial civil, fiz os concursos para magistratura, Ministério Público e para delegado Federal. No final, eu passei no concurso para Ministério Público de Goiás e, estava terminando lá o concurso e também passei para delegado federal, além de delegado da polícia civil de Minas. E optei pela Polícia Federal porque eu gosto disso, adoro o que eu faço e acho que eu nasci para ser policial.

**P: Por quê? O que te atrai na carreira?**

**R:** Eu acho que é um papel muito importante para a sociedade, né. Por que nós temos o papel, o dever de extirpar da sociedade aquilo que causa mal, né, que é a criminalidade, esse problema crônico que o Brasil enfrenta, que é a corrupção e eu tenho certeza que fiz e continuo fazendo e que fazer mais pelo país, entendeu? Eu acho que é um papel como outro qualquer de importância, porque todos são muito importantes, mas eu acho que tenho condição de contribuir mais dentro daquilo que eu gosto de fazer e acho que sei fazer.

**P: O que significa, para você, ser policial federal?**

**R:** Acho que seria esse papel para a sociedade, que é muito importante.

**P: Como você avalia o papel social da instituição polícia federal?**

**R:** Veja bem. Qual que é a atribuição da Polícia Federal? Resguardar os bens, interesses e serviços da União, certo. Então, ela é uma polícia diferenciada porque ela resguarda os bens do país em um contexto geral. E ela tem desempenhado esse papel de uns 10 anos para cá de uma forma bastante notória. Ela tem sido palco de elogios, como uma instituição que ganhou a confiança da população porque ela tem feito de forma bem concisa. E tem dado uma resposta boa a sociedade: o combate à corrupção é latente, é dinâmico. Ontem mesmo tivemos um exemplo clássico disso, que foi a prisão de juízes, desembargadores. E o que é o principal diferenciador da Polícia Federal: ela não mede esforços para cortar na própria carne. Então nós temos uma Corregedoria forte, um Assuntos Internos muito forte, que trabalha para limpar primeiro a sua própria instituição. E a instituição estando limpa, bem aparelhada, com bons profissionais, ela pode trabalhar melhor para a sociedade. É nesse sentido que ela investiu e tem dados os resultados que nós estamos acompanhando aí.

**P: Qual seria, na sua opinião, o principal objetivo da Polícia Federal, a principal meta?**

**R:** Continuar no combate ao crime, de modo geral.

**P: Sendo membro da instituição, qual valor considera mais importante para a instituição?**

**R:** Olha, o lema da Polícia Federal, até no seu hino e tudo, ela preza muito pela parte do tema da hierarquia e a disciplina. O lema é servir a sociedade, longe de estar atrelado a qualquer

partido político, a qualquer situação. Apesar da Polícia Federal ser um ente, uma instituição ligada ao Executivo, mas ela tem uma liberdade ampla de atuação, certo. E é assim que eu espero que continue e aumente ainda mais essa liberdade. Que ela possa ter autonomia para que atue, porque uma polícia autônoma, independente, ela pode trabalhar com mais liberdade. Claro que sempre respeitando a Justiça e as leis. Isso é mais importante e deve ser sempre ser preservado.

**P: Quais características que um policial deve ter para fazer parte da instituição?**

**R:** Isso é muito difícil. As instituições são feitas de homens e os homens são falhos. Então, nós encontramos, mesmo dentro da Polícia Federal, algumas falhas que procuramos contornar, resolver. Se o policial não se enquadra na atividade ele vai sofrer as sanções administrativas devidas e será exonerado dos quadros. Mas o que eu entendo que é mais importante, é que ele tenha em mente que a missão dele realmente é prestar o serviço à sociedade, da melhor maneira possível, combater o crime, que é crescente e que ele tenha essa vontade. Muita gente questiona: eu acho que eu não tenho o perfil para ser policial federal. Tem. Todo mundo tem. Porque para ser policial, não só o federal, o que eu vejo que é necessário, é só ter vontade. Aqui, como todas as instituições, nós temos aqui vários setores: passaporte, químicos, setor de administração e tem os setores que lidam mais diretamente com o crime organizado. Então eu acho que tem espaço para todo mundo aqui, certo. Tanto para aquele que não gosta muito de atendimento ao público, vai trabalhar em determinado setor. Aquele que já gosta mais daquela atividade mais perigosa, mais emocionante, vamos dizer assim, e há aqueles que gostam do serviço mais burocrático. Então, tem espaço para todo mundo, tendo força de vontade... E é um concurso muito concorrido, né?

**P: Como avalia a cobertura jornalística das operações da Polícia Federal?**

**R:** Olha, hoje a Polícia Federal tem desenvolvido bem, tem tentado melhorar essa questão do contato com a mídia, entendeu? Então, nós temos no Centro em Brasília, nós temos lá o controle da Comunicação Social e nos estados também nós temos também o setor de Comunicação Social. Em Brasília tem um jornalista, de nome, que foi contratado pela Polícia Federal e dentro das superintendências eles procuram, também, pegar aquele policial que tem a formação em comunicação social, em jornalismo, que tem aquele perfil mais adequado, ele é lotado no setor e tenta, dessa forma, mostrar para a sociedade como a Polícia Federal trabalha. E tem dados os resultados bons isso.

**P: Você acha que hoje a mídia representa bem a instituição?**

**R:** Representa. Está bem representada. A gente entende que esse trabalho aí com a comunicação social tem sido muito bom. Mesmo aqui em Juiz de Fora, a gente tem um relacionamento excelente com a mídia. Todas as operações eu peço a secretária para comunicar aqui a imprensa local e agente faz um trabalho de parceria muito bom. Porque é muito importante que a população veja, conheça, não só os trabalhos, mas, principalmente, que saiba discernir quem presta pra sociedade e quem não presta, né? Eu acho que tem que ser divulgado sempre, sempre. Sempre que tiver uma prisão, para que a gente realmente saiba separar o joio do trigo.

**P: Você acha que a, hoje, a mídia cobre mais as operações ou a Polícia tem feito mais operações?**

**R:** Estamos. É investimento financeiro e investimento no profissional também. A nossa polícia está mais preparada, está melhor aparelhada e a imprensa também, por sua vez, está mais profissional. Então eu acho que tudo isso só tende a crescer. A gente melhorar esse padrão.

## 2 – ESCRIVÃO 1

**Nome:** Marcos Pereira Guedes, 32 anos de idade e 5 anos e meio de Polícia Federal

**P: Fale sobre sua carreira. Por que entrou para a PF, era uma vontade ou algo que aconteceu?**

**R:** Formei em Direito, em 2000, e na verdade não era um plano ou uma vocação nata. Aconteceu que eu estava estudando para concurso, eu queria fazer concurso, não queria advogar e surgiu o concurso da Polícia Federal, para os quadros da Polícia Federal, eu fiz. Foi o concurso que eu passei... passei em outro concurso também, para servidor do Tribunal de Justiça. Mas, no caso, o salário da Polícia Federal era melhor, acabei entrando e ficando até hoje.

**P: Gosta da carreira?**

**R:** Gosto. Faço algumas ressalvas hoje à estrutura do órgão. Críticas construtivas. Acho que algumas coisas poderiam ser melhoradas. É uma discussão longa. Mas não digo que eu seria infeliz aqui dentro não. Acho que dá para se melhorar, mas dá para brigar aqui dentro, sendo feliz, digamos.

**P: Como você avalia o papel social da instituição?**

**R:** Acho importante o papel. Esse é um dos motivos pelo qual eu me sinto satisfeito dentro do órgão. Trabalhar com polícia no Brasil não é fácil, por dois motivos: primeiro porque você não tem um reconhecimento por parte do estado. No geral as polícias são mal pagas e têm péssimas condições de trabalho e, por outro lado, também não são reconhecidas pela população. Vou dar um exemplo: a polícia militar. Os salários são baixos, população não reconhece, identifica os policiais dessas instituições com a violência, a corrupção. E na Polícia Federal hoje você tem um certo reconhecimento. Até houve uma pesquisa, não me lembro de qual órgão, das instituições com maior credibilidade e a Polícia Federal acho que ficou, salvo engano, em segundo ou primeiro. Então isso, de certa forma, é um retorno. Claro que o salário é importante, mas também o reconhecimento é importante. E hoje, a Polícia Federal, apesar de alguns poréns, ela ainda consegue uma certa autonomia para fazer algumas investigações importantes, mexer com algumas pessoas que algum tempo atrás eram intocáveis no Brasil. E isso também gera uma recompensa, né... moral, enfim. O salário não é ruim. Não é um salário das classes digamos *tops* da carreira jurídica, mas não é um salário ruim. A gente também não pode ser hipócrita de dizer que salário não é importante, enfim... Claro que poderia a estrutura ser melhor, poderia haver uma modernização do próprio inquérito policial que é um instrumento de investigação arcaica. Essa discussão longa dentro do departamento que causa um certa racha entre as categorias 'delegados' e 'outras categorias'. O inquérito policial ainda é um instrumento de poder para os delegados.

**P: Você acha que o reconhecimento social é devido a que? A esta autonomia que acabou de dizer?**

**R:** Acho que sim. As últimas investigações que, independente do resultado que tenham tido no âmbito do Judiciário, tiveram uma grande repercussão, né.. Mexendo com pessoas, governantes, membros do alto escalão do poder Judiciário. Isso gerou uma repercussão que a gente nota na rua, assim, as pessoas comentarem e parabenizarem. Eu acho que a Polícia Federal também investiu nos últimos tempos, até de uma forma um pouco exagerada, mas investiu e isso acabou gerando frutos para imagem da instituição no marketing. O último Diretor Geral, Paulo Lacerda, que estava até na Abin, está afastado, ele foi um marqueteiro, assim, de marca maior. A gente até fazia uma crítica a ele, falava assim: ele fez uma

administração que foi boa para a Polícia Federal daqui para fora, entendeu? Ou seja, a população viu com bons olhos a Polícia Federal, mas daqui para dentro não foi boa porque ele não abraçou muitas reivindicações da corporação.

**P: Marketing em que sentido?**

**R:** No sentido de dar destaque às operações, entendeu? As operações tinham muito destaque na mídia. De certa forma, é positivo, entendeu, o trabalho aparece. Acho importante o trabalho aparecer. Mas assim, ocorreram alguns exageros, questão de imagens de presos, que hoje em dia já esta se colocando no devido lugar isso. Até por causa de alguns exageros que ocorreram agora há pouco tempo. Mas ele soube explorar isso. A questão das operações, da imagem mesmo, da marca da Polícia Federal: das pessoas uniformizadas, dos policiais de preto, o camburão preto. Aquilo fica no imaginário, né, no inconsciente coletivo. Fica marcado. Acho que isso foi positivo, mas ocorreram exageros. Vamos ver se a gente alcança um ponto de equilíbrio. Mas, por outro lado, algumas coisas internas ficaram pendentes, entende? A questão das classes... aquilo que eu disse anteriormente para você.

**P: Para você, qual seria hoje o principal objetivo, a missão da Polícia Federal?**

**R:** Acho que se você for entrevistar outras pessoas, talvez a resposta seja diferente. Tem gente que acha que a Polícia Federal teria que cuidar mais do ponto de vista de drogas, etc. Eu acho que é a questão da corrupção mesmo, do desvio de verbas públicas é importante. Acho que a Polícia Federal tem um papel importante nesta questão de entorpecentes no Brasil, mas no âmbito de inteligência policial, ou seja, de monitorar fronteira. Mas não assim, fisicamente. Não dá para você botar uma delegacia de Polícia Federal a cada quilometro de fronteira, tem que ser mais no âmbito de inteligência, de monitorar esses grupos de traficantes de fronteira que estão colocando drogas e armamentos aqui para dentro. Isso é importante. Mas eu acho que o papel de destaque mesmo, se a Polícia Federal quiser continuar tendo força junto à população, imagem, é a questão da corrupção mesmo, desvio de verbas públicas, né. Pelo menos, eu gostaria de trabalhar mais nessa área e acho que é a mais importante.

**P: Para você, que símbolo que marca a Polícia Federal? Que faz referência direta à instituição?**

**R:** Acho que ainda é o uniforme. Mas esse é um símbolo físico. Mas que acho assim que no imaginário popular, a palavra Polícia Federal, a coisa mais forte é a questão de alcançar algumas pessoas que não eram inalcançáveis. Isso gera um respeito maior, entendeu, assim de prender políticos. Quando você fala Polícia Federal as pessoas falam assim: ‘Opa, perá!’ Eu noto isso, na prática. Então, fisicamente é o uniforme, mas do ponto de vista de inconsciente é essa coisa de alcançar alguns poderosos.

**P: Como você avalia a cobertura jornalística das operações da Polícia Federal?**

**R:** Acho que no geral tem sido boa, assim. A imprensa dá uma atenção considerável às operações da Polícia Federal. Só faço uma ressalva que ainda, isso não é um problema da imprensa com a Polícia Federal, mas quando existem alguns interesses econômicos fortes você vê a mídia direcionando as reportagens. Pra ser mais exato, um exemplo concreto, o caso do Daniel Dantas, operação Satiagraha, você via enfoques bem diversos, assim, na imprensa. Órgãos de comunicação com uma tendência a bater na operação, quer dizer, desconsiderando todo o mérito da operação, mas pegando naquilo que pode ter ocorrido de errado, mas que não desmerecia a operação no todo. E, enfim... Este não é um problema da imprensa com a Polícia Federal, é um problema realmente que envolve interesses econômicos. No geral, a imprensa dá uma atenção muito boa.



**P: Você acha que a Polícia é bem representada?**

**R:** Acho que as mazelas, os problemas internos da Polícia Federal não aparecem. Hoje, por exemplo, eu estava vendo aqui no site a questão da paralisação, há uma notícia ou outra, mas não se aprofunda nas reivindicações ou o por quê. Mas o marketing realmente é forte. É aquilo que eu te falei: daqui para fora é bem representado: as operações, o trabalho que é feito é bem divulgado. Mas eu acho que a imprensa, o papel dela é esse mesmo, falar o que dá notícia. Você falar de lei orgânica da Polícia Federal, a população não está nem aí, né. Qual o problema da lei orgânica, o que isso representa. Tenho colegas que não estão nem aí, você imagina a população. Mas as operações são bem divulgadas sim. Em geral, as notícias são bem escritas.

**P: Quais valores ou características que você acha mais marcantes na PF?**

**R:** Acho que é a independência, né. Essa autonomia da investigação, entendeu. Não vou dizer que ela é absoluta, mas realmente nos últimos anos tem sido a regra. Na imprensa isso fica marcado. A imprensa destaca, de certa forma, isso e a população faz essa leitura. De que há uma certa autonomia, que não está muito sujeita a questão política. Assim, a polícia até está. Mas no geral, isso que fica marcado. Na medida em que a gente ainda é vinculado ao executivo, não tem autonomia administrativa, a gente está sujeito a certas pressões. Mas, o atual governo Lula, nesse sentido, tem deixado, no geral, correr, assim, dado autonomia de investigação. E eu acho que a população lê isso.

**P: Na sua opinião, você acha que, hoje, nós temos mais acessos às operações ou a Polícia Federal que tem feito realmente mais operações?**

**R:** Têm feito. Eu acho que alguns fatores contribuíram para isso. O governo Lula deu uma certa autonomia, maior que o governo anterior. Assim, eu não estou aqui fazendo defesa do governo Lula, mas é fato que deu. Até, houve casos de alguma ingerência, assim. Mas no geral, há uma autonomia. A Polícia Federal se aprimorou também. Essa questão da operação foi aprimorada com o tempo. Não existia isso na Polícia Federal há dez anos atrás. Assim, deu-se um *know how* de operação dentro da Polícia Federal. Foi entrando gente nova na Polícia Federal, e esse pessoal foi entrando com esse apetite de desenvolver operações, né, por causa do destaque, da mídia, até. Realmente as operações começaram a ocorrer de oito, sete anos pra cá com essa intensidade. Inclusive, conversando com colegas mais antigos, isso não existia. E eu, que estou há cinco anos e meio, as primeiras operações que eu participei. Hoje, quando você participa da operação, tem toda uma estrutura. Está bem mais aprimorada, entendeu. Antigamente você não tinha material direito, ia meio que no improvisado. Hoje, não, você tem material, você vai para a operação e recebe um kit com a ficha dos alvos bem detalhada, entendeu. Pen drive com as peças principais, malote. Antigamente você saía com os materiais apreendidos debaixo do braço. Hoje você já tem malote, o malote é lacrado. E isso foi se aprimorando com o tempo. Isso eu te digo, de oito anos para cá.

**P: Como você se sente fazendo parte da instituição?**

**R:** Eu não sou um defensor cego da Polícia Federal. Vejo os problemas, os determinados excessos que possam ocorrer. Mas tenho orgulho. Vejo gente muito séria aqui dentro, vejo outros colegas que as vezes pecam como todo, né.. Principalmente no serviço público existe gente que não quer trabalhar muito. Mas no geral, tem muita gente séria, gente desenvolvendo trabalho importante. Trabalhos importantes foram feitos, que eu já participei. Eu não sei se eu disse: eu já fui lotado em Macapá, depois fui para o Espírito Santo e agora aqui. Fora isso, eu já rodei em operações em vários Estados. É até difícil numerar de cabeça. Eu já participei de

operações importantes, então isso dá um certo orgulho. E, é aquele negócio, eu tento fazer o melhor, né.

### **3 – DELEGADA 2**

**Nome:** Maria Tereza, 38 anos, 12 anos de PF, formada em Direito e Psicologia.

**P: Fale sobre sua carreira. Você sempre quis trabalhar na área policial?**

**R:** Não, na verdade, eu nunca quis, nunca pensei em ser polícia. Apesar que durante a faculdade, segundo grau, eu falava: eu quero fazer concurso, quem sabe ser delegada. Mas quando eu fiz o curso de direito, o meu objetivo era ser promotora de justiça. Eu trabalhei, fiz estágio no Ministério Público, achei interessante e, no meio desses concursos, acabei fazendo o da polícia e passei. Como eu já tava cansada de tanto estudar, resolvi dar um tempo – ‘eu vou ver como é que é’. E acabei ficando.

**P: Você gosta da profissão?**

**R:** Tem a parte boa, né. Principalmente a parte operacional, eu acho muito gostoso, quando você vai para a rua ou quando você faz um flagrante. Mas o dia-a-dia é meio enjoado, porque fico muito sentada, né. Mas, assim, para falar a verdade, como eu acho que não tenho muito o perfil, eu sou bem prática, eu acho que o melhor para mim mesmo é ficar sentadinha aqui. Essa parte de lidar com o público, de sair, é gostoso, é o que empolga, porque você vê a mão da Polícia Federal, a gente fica todo orgulhoso, mas é uma parte mais perigosa. Você tem que também está sempre dando a sua cara ali, e, às vezes, eu gosto de me preservar mais um pouquinho. Não sei se isso é coisa de mulher.

**P: O que significa para você trabalhar na PF?**

**R:** Olha, pelo tempo que estou, para mim é uma coisa normal. Não sei se é porque eu já acostumei. Porque tem gente que fala ‘nossa, Polícia Federal, muita coisa’. Para mim, é normal. É como se fosse, assim, uma extensão da minha casa. Eu já costumei, já tenho as evidências. O nome empolga, né! Eu não me empolgo com ele. Tento levar como um serviço como todo mundo.

**P: Como avalia o papel da instituição?**

**R:** Dentro da instituição, eu acho que ainda existe muito daquele ranço, militarismo, entendeu? Hoje em dia, nem tanto. Mas eu peguei uma época que mulheres eram muito discriminadas dentro da polícia. Dentro, eu acho que ainda existe um pouquinho disso.

**P: E fora, como você avalia a imagem da instituição?**

**R:** Eu percebo uma imagem positiva, porque muitas pessoas que chegam aqui, quando eu estou conversando, falam comigo – ‘olha, a Polícia Federal é a única que a gente pode confiar neste país’. Então quer dizer, se eu for olhar por esse lado, a nossa imagem lá fora está excelente.

**P: Você acha que isso se deve a que?**

**R:** Muita força de vontade do pessoal, né. Acima de tudo, é isso. A gente, às vezes, trabalha fora de hora, mas a gente sempre trabalha com vontade de fazer o melhor.

**P: Para você, qual é a missão da PF?**

**R:** Ao meu ver, a segurança, o bem-estar. Apesar de que a gente, hoje em dia, não pode contar muito com isso. Tem mais bandido que polícia, né. Infelizmente, eu acho que, talvez, pela questão social, até, do país, é complicado. Até para gente, polícia. No Rio de Janeiro, eu não posso sair com meu distintivo. Se eu sair e me apresentar como Polícia Federal a probabilidade de eu morrer é muito maior.

**P: Dentro da instituição, qual é o valor que você acha que ela mais preza?**

**R:** Isso eu não sei dizer da instituição como um todo, mas, geralmente, no lugar onde a gente está, o que a gente mais preza entre os colegas é justamente esse vínculo, essa amizade, a união. Porque um sozinho não faz polícia.

**P: Para você, quais as características que um policial federal deve ter para fazer parte da instituição?**

**R:** Tem que ser honesto, gostar do perigo, mas isso eu acho que é para toda polícia, tem que estudar para não ficar desatualizado.

**P: Como você avalia a cobertura jornalística das operações da Polícia Federal? Acha que representam bem a instituição?**

**R:** Na verdade, eu não sei, porque não acompanho muito o que sai na mídia. Às vezes eu leio uma coisa ou outra. O problema é que a imprensa quando cisma também de falar o contrário, igual esse caso do Daniel Dantas. Eu acho, assim, que o Protógenes está certo, condenado ali e eu acho que é injusto, não é por aí, né? Mas de uma forma geral, eu acho que eles vão bem de acordo mesmo. Geralmente passam uma imagem positiva, até porque o povo que vem aqui fala com a gente. Se está confiando na polícia é que a imprensa está falando bem.

**P: Você, enquanto parte da instituição, se sente bem representada pela mídia?**

**R:** Sinto. Por causa do que eu ouço, né. Geralmente eu não conto quem que eu sou, falo que sou polícia secreta. Não conto que sou delegada, que estou na polícia, nada disso. Mas quando a pessoa descobre ela sempre vem falar uma coisa positiva.

#### 4 – ESVRIVÃ 2

**Nome:** Pediu para não ser identificada, 34 anos, 13 de PF

**P: Conte sobre sua carreira. Como entrou para a Polícia Federal?**

**R:** Eu entrei como agente administrativo, que é um cargo de nível médio. Fiquei oito anos nesse cargo e depois fiz outro concurso para escrivã, continuando dentro da Polícia Federal.

**P: O que significa para você fazer parte da instituição?**

**R:** É algo que eu sempre quis. Com o meu trabalho, me sinto fazendo algo de concreto para a sociedade, de estar participando do combate à corrupção, por exemplo. Um trabalho que tem uma função social. É isso que eu gosto de fazer e ao mesmo tempo estou fazendo um bem.

**P: Como você avalia o papel social da instituição?**

**R:** Esse combate à corrupção é o papel principal, ainda mais com o país do jeito que está, né. Acho que esse é o papel social. Claro que não é só esse. Dentro da competência da Polícia Federal há outros, garantir o patrimônio da União. Mas indiretamente aí, é o combate à corrupção.

**P: Quais características que um policial deve ter para fazer parte da instituição?**

**R:** Acho que a primeira coisa, é um profissional comprometido. Tem que ser comprometido com a instituição, querer fazer parte disso. Porque a força maior da instituição é a força humana.

**P: Como você avalia a cobertura jornalística das ações da Polícia Federal? Acha que representam bem a instituição?**

**R:** Sim, porque os jornais mostram como são as operações, as descrições das operações. E o que mostra, é o que acontece mesmo. E a imagem da polícia federal, normalmente, tem sido boa, eu acho.

## **5 – PAPILOSCOPISTA 1**

**Nome:** Pediu para não ser identificado, 4 anos de PF

**P: Conte sobre sua carreira. Como entrou para a Polícia Federal?**

**R:** Antes de ser policial federal, eu fui militar. Então, já na época em que era policial federal, eu sempre quis ser policial federal. Só que, em função de contingências profissionais e pessoais eu só consegui entrar na Polícia Federal a partir de 2001. No caso, como exigia nível superior, só a partir de 2001 que eu consegui fazer o curso em ciências contábeis lá no Machado Sobrinho. Então, em 2001 eu tentei fazer um concurso, eu fiz um concurso para agente de Polícia Federal, mas aí, eles falaram que eu era doido, que eu era maluco, e me reprovaram no psicotécnico. Em 2004, quanto teve concurso para papiloscopista Policial Federal, aí eu fiz o concurso e passei nas provas. Aí que eles falaram que eu não era doido. Que eu podia entrar para a Polícia Federal.

**P: O que significa para você fazer parte da instituição, ser policial federal?**

**R:** Olha, eu gosto de ser policial federal, não só de ser policial federal, mas de ser policial de uma maneira geral. Eu acho que a sociedade ela vive numa situação em que as pessoas necessitam de ter alguém que as auxilie nesta questão do combate à criminalidade. O cidadão, de uma maneira geral, ele vive numa insegurança, porque às vezes ele não tem o treinamento, às vezes ele não tem a capacidade de poder auxiliar nesse combate ao crime. Então, o que que ele faz? Ele recorre à polícia. Eu gosto nesse sentido porque mesmo fora do meu dia de trabalho, eu gosto, de alguma maneira, estar auxiliando, mesmo os meus amigos da policial militar ou da polícia civil. Mas no caso específico da Polícia Federal, se você me dissesse assim, o nome Polícia Federal, alguma coisa, não sei... Eu vejo a Polícia Federal como uma parte dentro da estrutura que você tem, a polícia civil e a polícia militar. A Polícia Federal atua dentro de uma área, a polícia civil dentro de outra e a militar dentro de outra. Nesse sentido que me vejo.

**P: Qual o maior objetivo da Polícia Federal neste combate à criminalidade?**

**R:** A Polícia Federal atua em áreas que, muitas vezes, por interesse político a polícia militar e a polícia civil não conseguem atuar. Você vê, aqui em Juiz de Fora, conseguiram prender o prefeito. Prenderam desembargador no Espírito Santo, estão processando um ministro do STJ. Então, se de repente uma polícia militar, uma polícia civil que existe uma influência muito grande do estado e dos governadores. Então você em Juiz de Fora, que é uma cidade grande e você tem uma quantidade boa de informações, levou um tempão para se conseguir o prefeito. Então, você imagina uma cidade menor. A polícia militar e a policial civil não é que se diz

que fica subordinado a esse prefeito, mas fica mais difícil se chegar nessas pessoas. Então, como a Polícia Federal tem uma estrutura, uma capacidade de atuar em outras áreas, ela tem uma maior independência para poder fazer isso. E a sociedade cobra muito mais, em relação a essa atuação. Por isso que a Polícia Federal nesse aspecto, de combate à corrupção, ela tem essa importância. Como você, ao prender Daniel Dantas, que era ligado ao outro governo, ou mesmo prender pessoas ligadas ao governo atual, o Marcos Valério. Você consegue perceber que bem ou mal ela tem uma independência para fazer esse tipo de trabalho. Talvez, uma outra polícia, ela não conseguiria fazer com tanta independência, tá.

**P: Fazendo parte da instituição, qual valor que você acha que é mais presente?**

**R:** Você quer que eu fale verdade ou fale mentira? O problema é o seguinte: a Polícia Federal ela tem valores que a princípio você seguiria. Só que a gente observa que às vezes o discurso é diferente do que é feito na prática. Então, por exemplo, essa questão mesmo de independência, de investigação, de seriedade, seria uma coisa que deveria funcionar. A própria estrutura da polícia, se você olhar o site da fenapef, existe uma briga entre delegados e o restante da polícia. Os delegados eles mandam na polícia, mas na realidade, quem faz a investigação, quem atua, quem, vamos dizer assim, está ali na frente para levar o tiro são os agentes, os escrivães e os papiloscopistas. O delegado normalmente fica dentro de um gabinete e depois vai dar entrevista. Mas na hora de fazer, de pegar na massa... Então, voltando né, sem levar para a discussão política ou de idéias e tudo, eu acho que essa questão do companherismo é muito bom e, se você tem um amigo seu passando dificuldade, você busca ajudar seu amigo, pelo menos eu vejo dessa maneira. Eu sempre fui servidor público e a minha mentalidade, a minha idéia é quem paga os meus salários, é o público, é o cidadão comum. Ele não tem culpa de não saber se eu ganho muito ou ganho pouco, ou se estou trabalhando muito ou trabalhando pouco. Ele não sabe, mas espera que eu faça bem o meu trabalho. Então eu acho que a idéia da Polícia Federal de servir o cidadão, essa idéia pelo menos eu procuro pautar e procuro ver junto com meus amigos que tem essa mesma idéia para que a gente possa trabalhar justamente dentro disso aí. O que eu to te falando agora é verdade, não é mentira não!

**P: Como você avalia a cobertura jornalística das operações da PF?**

**R:** A Polícia Federal faz muito marketing. Tanto que você pode fazer uma pesquisa entre a quantidade de pessoas que são presas e depois, lá na frente... nesse site que eu te falei, fenapef, o outro é [www.sindipolpf.org.br](http://www.sindipolpf.org.br) existem algumas informações que você tem a quantidade de inquéritos que foram instaurados e lá na frente a quantidade de pessoas que efetivamente estão presas. Porque muitas vezes o inquérito é mal feito, é mal relatado, então, o que que acontece, você tem aquela primeira impressão, prendeu dez, prendeu 2º, só que daqui a dez anos você vai ver que na realidade isso não aconteceu. Aí você tem que ver essa questão de produção, pelo efetivo que tem, pela quantidade de pessoas que tem, foram muitas pessoas presas, muitas drogas foram apreendidas, muitas armas foram apreendidas? Isso que eu estou dizendo, to te dizendo particularmente.

**P: Você se sente representado pela mídia, quando você vê as notícias?**

**R:** Eu acho que por conta dessa máscara, eu me sinto como se tivesse enganando o cidadão. Aquilo ali que está acontecendo, de fato aconteceu. Como é o caso de prender o Bejani, prender vários prefeitos. Mas a impressão que o cidadão de bem tem é que as coisas acontecem, é cotidiano, dia-a-dia. Todo dia que eu saio para trabalhar as pessoas devem imaginar que eu vou prender alguém. Isso não é verdade. Então, é nesse sentido que eu não me sinto representado.

## 6 – AGENTE 1

**Nome:** Adilson, 34 anos, Policial Federal há 7 anos.

**P: Sempre quis ser policial federal?**

**R:** Foi algo que aconteceu. Eu nunca pensei em ser policial federal. Eu passei no concurso, gostei e hoje eu não penso em outra coisa.

**P: O que mais te atrai na carreira?**

**R:** Eu gosto muito da carreira de agente, que é uma carreira que você tem várias carreiras em uma só. Hoje eu posso trabalhar nesse setor aqui, de investigação, entendeu, discreto e coisa e tal, posso trabalhar na parte burocrática, trabalhar no setor de passaporte, coisa desse tipo, depois, se eu me cansar eu posso ir para uma parte mais operacional, entendeu. Então você tem várias possibilidades dentro de uma só carreira. Então é isso que eu gosto. Sem falar que tem outras coisas também: dinâmica, o trabalho diário te proporciona conhecer o país.

**P: Como que você se sente sendo policial federal?**

**R:** Sinto orgulho, na verdade. Gosto muito do que eu faço, sinto orgulho de dizer que sou policial federal quando as pessoas me perguntam. Óbvio que eu sou um cara reservado, não gosto de sair falando que sou um policial federal. Mas, num ambiente familiar eu me sinto orgulhoso de ser um policial federal.

**P: E esse orgulho vem da onde? O que a instituição te proporciona para que tenha orgulho dela?**

**R:** Pelo trabalho que a própria polícia faz. Na verdade, para ser sincero, no início, quando eu entrei, foi em 2002, via várias operações e pensava que a Polícia Federal podia mudar o rumo do Brasil. Depois, com o passar do tempo, eu mudei minha visão, não por conta da polícia, mas por causa do processo burocrático mesmo, do tramite, as leis são um pouco travadas, essas coisas assim, eu via que a polícia não ia mudar o mundo, entendeu? Mas, eu acho que a PF tem um papel importante na sociedade. Apesar de todas as dificuldades. Acho que lá fora as pessoas tem uma imagem da polícia, mas não tem idéia das dificuldades que a gente tem. Às vezes, a gente não pode sair porque tem falta de gasolina na viatura. Todo um processo burocrático, às vezes você precisa de fazer alguma coisa, Uma coisa que você tem que ir para Belo Horizonte rápido... Às vezes você tá trabalhando aqui, aí falta gente, aí você tem cobrir um plantão, fazer um trabalho em outro setor. Então, são inúmeras as dificuldades. Mas isso é inerente ao serviço público.

**P: Como você avalia o desenvolver da instituição na sociedade?**

**R:** Acho que mudou um pouco o foco da polícia. Antes era um trabalho com entorpecentes e tal e agora tenta pegar um pouco mais de colarinho branco, vamos dizer assim, a corrupção. E aí, naturalmente, vem uma repercussão maior. Sem falar que paralelo a isso, a policia tem uma comunicação social que ta dando muito certo, muito forte. Isso é até um pouco questionado, assim. Nas primeiras operações, eu me lembro que numa delas tinha um repórter da Globo junto com a gente. Tava acompanhando o trabalho do órgão. Tem gente que questiona isso, e tal. Foi até uma das operações que apareceu na capa da veja. Houve também um investimento maior. O pessoal coloca muito o crédito no Lula, mas ao meu ver não foi o Lula, foi o Fernando Henrique. Exatamente o concurso público que eu fiz que melhorou um pouco o salário, entendeu.

**P: Como avalia o papel social da instituição?**

**R:** O Brasil, para onde se olha, tem corrupção. Então eu acho que é um papel importante o combate à corrupção. A sociedade tava carente de situação assim. Onde já se ouviu falar que algum político já foi preso? Pelo menos é o que a gente escuta. Pessoas ligam pra gente com denúncia e fala ‘você podem fazer alguma coisa’.

**P: Quais características que um policial deve ter para fazer parte da instituição?**

**R:** Discreto. A gente tem orgulho, tem vontade de dizer, às vezes eu estou conversando com alguém na rua, com uma menina, eu tenho vontade de dizer que sou policial federal, mas tem que uma pessoa discreta. Desprendimento de família, porque você tem que abrir mão. Tem que ser uma pessoa polivalente. Acho que é mais ou menos isso. Tem que ter um pouco de iniciativa, para poder fazer as coisas, porque se não as coisas não andam.

**P: Como você avalia a cobertura das ações da PF?**

**R:** Eu vou ser sincero. Quando a gente tá dentro da operação, a gente vê uma notícia no jornal que muitas vezes não bate com a realidade. Às vezes superdimensionam as coisas, colocam informações inverídicas. Quando você tá na investigação, no processo, você sabe tudo o que tá acontecendo aí você vê que há alguma distorção. A gente não sabe nem se é, de repente, um erro nosso. A gente tem até um padrão assim, sabe. Quando a gente vai fazer uma operação a gente até faz uma cartinha pra pessoa responsável, delegado, ou pessoa responsável que vai fazer uma coletiva ou alguma coisa assim. A gente dá uma orientação porque às vezes a pessoa não está por dentro de tudo. É o que acontece aqui, mas muitas vezes não bate a informação.

**P: Qual característica que mais admira na instituição?**

**R:** Não sei se é o poder, a força. Poder, que eu digo, é o que pode ser feito, o potencial que uma polícia pode fazer assim, sabe? Acho que tem um quadro muito bom de funcionários. Admiro o nome Polícia Federal, assim, esse rótulo que criou assim.

**P: Qual característica que considera negativa?**

**R:** Eu acho que a gente tem uma rivalidade muito grande. A polícia federal tem cinco cargos. Eu acho que a gente podia ser mais coeso. Há uma certa distância entre delegado, principalmente, delegado e agente, dois principais cargos no âmbito da polícia federal. Então, às vezes tem um pouco de segregação, assim, sabe. Tem uns delegados que se acham, principalmente, se você ver na mídia, parece que a Polícia Federal é delegado e, no entanto, não se é porque sou agente, mas acho que quem faz a polícia são os agentes.

**P: Em que situação você se sente efetivamente exercendo seu trabalho? Em qual momento que você gosta mais?**

**R:** Sem dúvida, é na hora de prender os outros. Não coisa melhor, assim, do que ver o resultado de tudo aquilo que você fez. No ano passado nós fizemos uma investigação aqui de quase um ano, entendeu. E na hora de prender, na hora em que estorou a operação eu estava de licença médica, por motivo alheio a minha vontade. Mas eu vim aqui para poder ver o resultado, entendeu. É a melhor fase, é realmente o resultado de todo o trabalho que você teve. Acho que a melhor coisa assim realmente é prender os culpados.

**Nome:** Pediu para não ser identificado, 34 anos, 7 anos de profissão

**P: Como você entrou para a polícia? Era algo que queria, planejado, ou aconteceu?**

**R:** Aconteceu. Foi no período Fernando Henrique, que não estava tendo concurso para nada e o primeiro que aconteceu foi o da Polícia Federal.

**P: O que significa para você ser policial federal? É algo que você gosta?**

**R:** Em termos de carreira, nem tanto. Não é uma carreira que te dá muita perspectiva. Em termos de atuação profissional, sim.

**P: Você gosta do que você faz? Por quê? O que te atrai?**

**R:** Basicamente, a diversidade do serviço. Quando você não precisa ser um especialista para atuar em uma área, você tem a opção de atuar como generalista, para mim é mais prazeroso.

**P: Como você avalia o papel da instituição, da Polícia Federal?**

**R:** Hoje eu acho que a Polícia Federal está meio como que um ícone dentro da sociedade, como uma instituição que ainda passa uma certa garantia de seriedade, coisa que está muito difícil hoje em dia. Acho até que muito da exposição da instituição seja em função disso. Essa década, principalmente, houve uma mudança de foco muito grande na área de atuação da Polícia Federal, praticamente, um marco. Trabalhava-se muito em função do combate à entorpecentes e começou a se focar no combate à corrupção e crime organizado em geral. Daí, para a sociedade, teve um impacto muito forte, inclusive para gente também da corporação. Você começou a ver um retorno do nosso cliente, que é a população. Você começou a ter um retorno deles, uma satisfação deles. O que acontece, é que não tinha um contato tão direto. E é legal, porque você vê que sai daquele paradigma de instituição de controle social e opressão popular, como começou, para alguma coisa que está trabalhando pró-sociedade. Uma sensação que é boa para gente que faz parte da instituição, é boa para a instituição e é boa para a sociedade.

**P: Para você, qual seria a missão da instituição?**

**R:** A missão da instituição hoje é a mesma missão pela qual ela foi criada: ser a polícia judiciária da União. Isso não muda. Até essa questão da mudança de foco de atuação é uma questão de momento. Hoje, está trabalhando assim: se for interesse que se mude o foco de atuação, isso vai acontecer. A instituição é vinculada com o poder que está dominante. Eu acho que é até um pouco de ilusão achar que a gente consegue fugir um pouco dessa determinação. Atualmente, nesse último governo a gente está tendo muita liberdade de atuação. Ninguém pode reclamar disso. A gerência política não está grande no órgão. Pode ser que mude e achar que a gente tem um nível de desvinculação suficiente do governo para atuar do jeito que a gente quer, como que a gente quer é ilusão.

**P: Estando dentro da instituição, quais valores que estão mais presentes? Aqueles que você percebe no seu dia-a-dia?**

**R:** Olha, questão de valores? Isso é meio complicado, porque na gente não tem uma política de valorização profissional. Isso é um ponto bem fraco da instituição. Então você não vê muito uma transferência de valores de cabeça para o corpo. O que você vê são praticamente vários estamentos, bem segmentado, então os valores não passam de uma parte para a outra, não se comunicam. Isto acaba gerando insatisfação. Você tem hoje, em termos de valores institucionais, insatisfação, eu acho que é o que mais tem. No campo pessoal, já é diferente. Quem tem oportunidade de trabalhar na atividade-fim, sai valorizado, porque consegue trabalhar, consegue produzir. Isto traz satisfação. Eu acho que os valores hoje são muito



pragmáticos: satisfação e insatisfação. Questão de falar até de patriotismo mesmo, trabalhar em operação, ter orgulho disso, isso já é muito pessoal. Institucionalmente eu não vejo isso.

**P: Qual característica o policial deve ter para fazer parte da operação?**

**R:** Boa vontade. Isso daí é até uma característica própria de nós, brasileiros. Se você tem boa vontade, se você se predispõe a fazer seu serviço, não tem nada que segure. É o que eu falei: você não precisa ser um especialista na área para você crescer profissionalmente, para você trabalhar bem. Você pode usar suas próprias características focando para determinada área. Então não tem perfil: ‘olha, o policial federal é um investigador por excelência; tem que saber se comunicar, tem que saber ser discreto...’ Não precisa. Você tem atuações diversas dentro do órgão que possibilitam que qualquer pessoa, desde que tenha boa vontade, a trabalhar de qualquer forma, produzir, ser um bom profissional que a instituição precisa.

**P: E como você avalia a cobertura jornalística das ações da PF?**

**R:** Olha, quando começou a questão das mega-operações, as primeiras reações que a gente tinha era ser chamado pejorativamente de “operação Rede Globo”, não sei se alguém já te falou isso. “Ih, lá vem a Operação Rede Globo”. A gente via uma superexposição do trabalho, muitas vezes não retratava a realidade do que era feito. A gente sentia da mídia que não tinha a vontade de saber o que estava acontecendo, de acompanhar o desenrolar dos atos, porque a atuação policial é uma fase dentro do processo. Talvez seja a melhor fase para a imprensa agir, porque é quando as pessoas estão na rua, que é onde as pessoas estão sendo transportadas, é onde você vê a movimentação dos agentes do Estado. Fora isso, acaba sendo um movimento dentro de muros, não tem movimento na rua, extramuros. E falava-se demais, falava-se o que não devia, passava-se informação que quem tem um pouco sensibilidade sabia que não era de fato real, que ela era fantasiosa. Isso foi comum até há uns dois anos atrás. Não tinha uma retratação do que estava de fato acontecendo e o que era exposto na mídia. De uns dois anos para cá, isto está começando a melhorar.

**P: E isto se deve a quê?**

**R:** A própria estruturação da corporação em passar a informação. Não está bom ainda, ainda se fala muito, ainda se trata de informação que não era para ser divulgada para a população em geral, porque é método de investigação, isto não se fala. Nos Estados Unidos, não se tem isso, não se fala isso. Você passa os resultados, você não divulga os meios para obter aqueles resultados.

**P: Você acha que representa bem a instituição? Por quê?**

**R:** Não, nem um pouco. Porque a instituição é colocada como um centro de excelência no que ela faz e não é bem assim. Para ser um centro de excelência, não se pode simplesmente ser o único que trabalha numa área e por isso falar “sou um centro de excelência”. A gente tem dificuldades, a gente tem limitações e esse ângulo não é explorado. Não é fácil fazer um serviço que é feito atualmente. A instituição em si não tem estrutura para isso e não se explora esse tipo de informação, que iria dar um feedback para a instituição. O povo saber que: “olha, eles fazem, mas não é tão fácil, eles poderiam fazer muito mais se tivessem estrutura”.

**P: Qual característica você admira mais na instituição? E qual considera negativa?**

**R:** Uma das coisas que realmente se tem que admirar na corporação é que você tem condição de procurar um nicho. Não é em qualquer lugar que você consegue isso. Vamos pensar no modelo “empresa”. Você tem que se adaptar ao modelo “empresa”: você é contratado para exercer uma função. Ou você se adapta àquela função específica, ou você está fora. Aqui você tem oportunidade de desenvolver suas próprias características, os aspectos fortes de cada um e

crescer profissionalmente explorando isso, sem precisar mudar o perfil da pessoa para se adequar a forma da instituição trabalhar. Agora, desvantagens? É a ausência de uma política institucional e gestão de pessoal. Infelizmente, não existe. O que eu quero dizer com isso? É você ter a auto-satisfação de chegar para trabalhar, de se ter meios para trabalhar, ter forma de produzir e ser valorizado por isso. Eu acredito que muita gente já tenha falado de problema de infra-estrutura, de briga de um cargo com o outro, de falta de reconhecimento.

**P: Você vê alguma diferença entre a PF e as outras polícias?**

**R:** A PM é uma área bem diferente da nossa. Não tem muito sentido comparar as duas, apesar de que algumas vezes a gente exerça atividade semelhante a deles, não é para isso que nós fomos criados. A diferença nossa para a Polícia Civil é organizacional e o fato de a gente ter um âmbito nacional, é administrado de forma diferente. Temos formas de atuar um pouco diferente da deles. Questão de corrupção: a PF é menos corrupta que as outras. Até por questão de pagamento, a gente tem um salário melhor, a gente tem condição de ganho que alguns estados não dão. Eu já fui policial civil no Rio, eu era perito no Rio. Isso acaba dando um sentimento de desmotivação muito grande nas outras polícias. Tem-se também uma estrutura institucionalmente corrupta; a corrupção institucional é muito grande nas outras polícias, coisa que não detecta aqui de forma tão grande na PF. O problema da polícia Federal é pessoal e não institucional em termos de corrupção. Mais uma diferença: estrutura, meios para trabalhar. Normalmente as Polícias Cíveis são muito mal aparelhadas. Não que a gente esteja muito a frente disso, mas com certeza a estrutura é melhor. Nós temos mais meios de trabalhar. Você tendo mais meios de trabalhar, tem a própria satisfação do trabalho, você tem um retorno maior. Isso é a grande diferença entre o policial federal e o civil: a satisfação que o policial tem em trabalhar.

**P: Essa satisfação vem da estrutura, mas também do reconhecimento social?**

**R:** O reconhecimento social, de uns anos para cá, veio a ser um elemento chave. No Sudeste, isso não era tão grande, em outras regiões se via isso. Não sei a origem disso. Isso, de uns anos para cá, vem crescendo inclusive nessas regiões, até por causa do foco: “olha, tá vendo, só eles para pegar este corrupto mesmo!”. Isso com certeza motiva.

## 8. PERITO 1

**Nome:** Edilberto Kelmer, dois anos e meio de PF

**P: Você sempre quis trabalhar na PF ou foi algo que aconteceu?**

**R:** Não, na verdade não. O que aconteceu é que eu tinha alguns colegas que estavam estudando para concurso e me chamaram para estudar com eles. Eu fui acompanhando eles, sabendo mais sobre a profissão, e aí acabei gostando. Aí consegui passar e resolvi mudar de órgão e de profissão. Eu trabalhava no Exército.

**P: O que significa para você participar da instituição? Você gosta?**

**R:** Eu gosto. Tenho vontade de continuar e penso em ficar até aposentar. Muitas vezes você está no lugar, até gosta, mas fica pensando em passar para outro, em fazer concurso. No momento, estou satisfeito e não pretendo mudar.

**P: Como você avalia a instituição?**

**R:** É importante pelo que a gente vê que está acontecendo. Apesar de a gente lutar muito e ver que não consegue resolver tudo, a gente vê que muitas vezes faz um trabalho que não

prospera tanto, mas a gente está fazendo a nossa parte. Acho que se ninguém fizer nada a coisa piora ainda mais. Eu acho que o que faz é válido para melhorar a situação, a criminalidade, a corrupção principalmente.

**P: Qual seria a principal missão da instituição?**

**R:** Tem que pensar que são muitas. As missões institucionais são muitas. Eu acho que é acompanhar a situação, estar sempre mudando, porque não é uma instituição muito grande. O que eu vejo que mais destaca, principalmente na mídia, é essa parte de corrupção mesmo.

**P: Quais seriam as características que um policial federal deve ter?**

**R:** Tem que ter autocontrole muito bom, porque mexe com armamento, mexe com situações de risco, tem que ter honestidade acima de tudo. E um bom preparo, físico e mental. Tem que estar sempre se reciclando.

**P: O que distingue a PF das demais polícias?**

**R:** Não sei, talvez por ser um órgão menor, a gente tem uma estrutura melhor para trabalhar. Apesar de não ser a ideal.

**P: Como você avalia a cobertura das ações da PF feita pela mídia?**

**R:** Cada caso é um caso. Depende muito do contato que a própria polícia faz com a mídia. Nem sempre é positiva. Eu já vi casos de muita pressão, de estar num local e ter pressão jornalística para poder revelar coisas. Fora isso, na maioria das vezes é legal. Às vezes a gente pega para ler, vê alguns erros técnicos, que o repórter fica com a dúvida e não dá tempo de tirar. No geral, acho que reflete a instituição.

**P: Qual é o principal símbolo da instituição?**

**R:** A honestidade. Pelo menos ainda não tive a oportunidade de me decepcionar com isso, não. Espero que nunca me decepcione. Eu acho que é a imagem de seriedade que ainda tem. Dos órgãos públicos, acho que é o que mais tem.

## 9 – PAPILOSCOPISTA 2

**Nome:** Thales, 30 anos de idade, 4 anos de PF

**P: Você sempre quis trabalhar na PF ou foi algo que aconteceu?**

**R:** Foi algo que aconteceu. Na verdade eu estava estudando para outra área jurídica, sou formado em Direito. Estava estudando para outro ramo e aconteceu de eu ter formado em fevereiro e o concurso abriu em abril, se eu não me engano, e eu morava em Niterói, pagava aluguel, precisava de algum meio para me sustentar fiz para a PF e passei.

**P: O que significa para você fazer parte da instituição?**

**R:** É uma instituição que dá orgulho, né? É uma instituição que está fazendo um trabalho que a gente vê, ao longo da história, o que era Polícia Federal e o que ela está se tornando e você está fazendo parte deste contexto. Dá muito orgulho. O modo como a sociedade respeita a Polícia Federal, tudo isso, eu acho que traz muita satisfação. É muito bom fazer parte da Polícia Federal.

**P: Fale-me um pouco como você vê o desenvolvimento da instituição?**

**R:** Eu acho que a Polícia Federal está se desenvolvendo muito com a história do Brasil. Na época da ditadura, era muito subordinada aos interesses políticos e agora, se você for levar em consideração a Justiça Federal, o Ministério Público e a Polícia Federal, todos eles estão tendo uma evolução em termos de honestidade, de probidade. Eles tinham pessoas intocáveis no passado, que ninguém nem pensava em tocar, e agora a Polícia Federal está fazendo um trabalho de dentro para fora. A sociedade está vendo que não é só por nome que está sujeito à lei, a lei tem que ser geral, a lei é para todo mundo. A PF está mostrando isso. Prende deputado, prefeito. Quer dizer, todo mundo tem que andar de acordo com as normas porque quem fica fora delas, independente de quem seja, a Polícia Federal atua, junto com o Ministério Público também. A Justiça Federal também tem uma leva grande, nova e qualificada e aqui também, todo mundo que está entrando agora tem nível superior, já tem uma preparação. Eu acho que a qualificação em termos, em nível de escolaridade, remuneração, tudo isso ajuda para que a Polícia Federal alcance um nível de excelência que está alcançando.

**P: Para você a que se deve a credibilidade da PF? Seria pelo que você falou sobre a PF ‘ter atuação em áreas que antes eram intocáveis’?**

**R:** A gente teve uma operação Navalha na carne, que prendemos até delegados, agentes, todos os envolvidos. Quer dizer: é para todo mundo mesmo! Você vê que dentro da instituição o que se ouvia antigamente é de muita corrupção, de muito suborno, hoje em dia, estou quase quatro anos trabalhando e passei por quase todas as operações, o que eu não vejo é corrupção. Inclusive quando se toca nesse assunto, qualquer tipo de menção que se faça quando a gente tá em operação, na hora é rechaçado e ‘não, não existe isso’. Você vê que mesmo quem está de fora enxerga esse tipo de coisa.

**P: E isso gera uma satisfação pessoal?**

**R:** Claro, vestir aquela roupa preta não tem coisa mais gostosa. Dá um orgulho, você olha e pensa ‘Poxa, eu faço parte desse grupo’. É muito bom. É uma prova difícil, quando você entra o reconhecimento é muito gostoso, muito gratificante. Quando você chega e fala que é um policial federal você é bem visto, coisa que antigamente não acontecia. Policial geralmente... falava-se que só cachorro e mãe gostava de policial, mais ninguém. Hoje em dia não. Você vê que o pessoal está gostando, tem operações que a gente realiza que quando a gente acaba o pessoal bate palma. Isso é muito bom. Sabe, toda vez que o trabalho é reconhecido, isto estimula a trabalhar melhor. A Polícia Federal como um todo está se renovando e esta renovação só tem a crescer com a qualificação. Acho que a PF está vivendo um momento muito bom. E isso tende a melhorar.

**P: Para você, qual é a missão, objetivo da PF?**

**R:** O objetivo da Polícia Federal é muito claro, eu acho que é pegar aquele núcleo inteligível da nossa falsa democracia e tentar que eles também respeitem as leis. Você vê que tem casos de políticos que desviam até dinheiro de merenda. O que passa na cabeça de uma pessoa dessa - desviar dinheiro de merenda? Será que não imagina que um monte de criança está precisando daquela merenda? Então, o objetivo da Polícia Federal, a meu ver, é conseguir que moralize um pouco a sociedade, em termos de verba pública. Ao contrário do que as pessoas acham que não é de ninguém, é de todo mundo, é nossa verba. A gente paga impostos altíssimos. É um dos países que tem a maior tributação do mundo e o pessoal acha bonito. O cara rouba e acha que não é com ele. ‘Ah não, o cara foi preso!’ Não, não é assim. O cara foi preso roubando dinheiro meu, dinheiro seu, tirando merenda de criança. São situações absurdas que hoje em dia a gente está começando a combater esse tipo de ação e eu acho que em um futuro bem próximo isso vai ter uma repercussão muito boa. Principalmente, pela

prudência que alguns vão tomar ou vão deixar de tomar certas atitudes com medo da represália, porque o que está acontecendo é que estamos chegando cada vez mais perto. O Brasil é um país de muita riqueza, o que está dependendo é só de moralização. Acho que pra um futuro esse aspecto vai melhorar muito, até a questão de diferença social, a discrepância que existe, uns muito ricos e tal. Tem muitos ricos que acham os caminhos que são falhos. Se nós conseguirmos tampar esses caminhos que levam a essas riquezas imediatas... Tem gente que misteriosamente enriquece em cinco anos.

**P: Quais valores que você vê mais presente no seu dia-a-dia? No seu trabalho, dentro da instituição?**

**R:** Eu acho que a honestidade. É o pilar da Polícia Federal. É a integridade dos policiais. Acho isso muito bom.

**P: Quais características que um polícia deve ter para fazer parte da instituição?**

**R:** Força de vontade, honestidade, fidelidade à instituição. Porque a instituição passa uns valores positivos, de acreditar no trabalho.

**P: Para você, o que distingue a PF de outras policiais?**

**R:** O nível de qualificação dos policiais é muito diferente. O salário da PF é diferenciado. Honestamente, a evasão é muito menor do que em outros órgãos.

**P: Como que você avalia a cobertura jornalística das ações da PF?**

**R:** Um pouco exagerada. Acho que deveria ser mais contida para não haver tanta distorção das notícias, porque às vezes a pessoa que está ali sendo presa, ela está sendo presa preventivamente, às vezes é uma temporária, às vezes é uma provisória. A pessoa não está, não é condenada. Ela não tem transito em julgado. Tem o princípio da inocência. Eles fazem um tipo de reportagem que prejudicam a vida da pessoa. Isso não é só em termos culpa da mídia, isso também é culpa da polícia que expõe muito as pessoas. Poderia expor menos. A mídia é boa para dar esse efeito preventivo. Todo mundo está vendo, está vendo acontecer, então tem esse efeito preventivo. Tem um lado positivo e um lado negativo.

**P: Você se sente representado pela mídia?**

**R:** Sim. Porque a mídia está valorizando muito a PF, está sempre fazendo uma reportagem positiva. Em hora nenhuma eu vejo a mídia falando mal da Polícia Federal. E quando fala, pelo menos casos que falou, é um pouco exagerado, como o caso do Protógenes.

**P: Qual a característica que mais admira na instituição e qual considera negativa?**

**R:** Um ponto positivo que eu acho na Polícia Federal é a própria atitude dos policiais. É uma instituição muito focada, muito íntegra. Acho que a característica positiva da PF é a integridade. É uma polícia que não usa de violência. O negativo que eu acho são os pequenos atritos que existem entre os diferentes cargos.

## **10 - AGENTE 3**

**Nome:** Jorge Antônio Pires, 53 anos, 22 de PF, aposentado há 5 anos

**P: Como foi a sua carreira profissional?**

R: Prestei o concurso em 1980. Fiz 2 concursos: PF e Polícia Civil de MG. Fui aprovado nos dois. Eu optei pela PF na época pelos termos financeiros. Pensava que o futuro seria melhor e tinha a intenção de conhecer o país. E consegui isso ao final de 22 anos. Eu viajei bastante.

**P: O que essa carreira agregou para você?**

R: A convivência entre as pessoas. Eu aprendi quando a pessoa mente, quando fala a verdade e quando falta com a verdade. A diferença entre mentir e faltar com a verdade.

**P: E o que houve de negativo?**

R: A negativa é que o povo acredita na Polícia enquanto há necessidade. “Estou sendo assaltado, preciso da polícia. Acabei de resolver meu problema, a polícia não presta e não fez mais do que a obrigação”. Isso, só isso.

**P: Por que você acha que a carreira te ajudou a aprender sobre o comportamento das pessoas?**

R: Porque na carreira eu aprendi a lidar com pobre, com uma pessoa que se trata hoje de classe média ou rico. Então você consegue distinguir cada um: por que o pobre comete crime, por que o classe média comete crime e o rico comete crime? O pobre comete crime por uma necessidade: o pobre porque não tem estudo, previsão de uma vida melhor; o classe média, porque se envolve com o mundo criminoso, então na classe média o crime é muito maior do que na classe dos pobres e o rico porque é ganancioso. Por exemplo, está aí o senhor Daniel Dantas, o banqueiro que estava na Itália, Salvatore Cacciola. Esses vivem de dar golpe no governo federal, vivem do que o governo federal dá para eles. Eles não roubam sozinhos, eles roubam com auxílio do governo federal. Não necessariamente o presidente: assessores, alguns políticos que cometem esse crime, que é o que veio à tona com o José Dirceu, o Genoíno, alguns do PT. Mas não só o PT, o PP, o PTB, tudo isso contribui para que o rico, o classe média e o pobre não tenha acesso a esse tipo de política, porque ele não pode oferecer o que eles querem, que é o dinheiro.

**P: O que significa para a sua vida, hoje, ter sido um policial federal?**

R: A gente procura ter uma convivência melhor com as pessoas. Inclusive hoje, após estar aposentado, eu tenho o respeito de quem eu preendi.

**P: Hoje vê-se uma grande cobertura midiática das operações da PF. A que se deve isso?**

R: Hoje, exibicionismo por parte do Governo Federal, que quer dizer que ele fez mais que os outros governos em oito anos, o que é uma mentira. Isso daí pode ser provado, se você pegar os arquivos da Polícia Federal. Nós já saímos de Juiz de Fora para fazer operação no Rio de Janeiro, Goiás, Brasília, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, tudo isso a gente sai, faz as operações e retorna sem divulgar. Isso era na época. Hoje, o Governo Federal, com os seus assessores, tem esse interesse.

**P: O foco, hoje, são membros ligados às classes mais altas. Você acha que já existia isso antes, só que hoje é mais divulgado ou hoje aumentou mesmo o foco na classe alta?**

R: Hoje veio à tona o erro do político, o erro do rico. Antes isso era abafado, eles procuravam não divulgar para não comprometer governantes. Esse é o lado positivo, mas a comunicação em si do que acontece das ações policiais deveria acontecer depois, não acontecer no transcurso de uma operação, como a gente vê, por exemplo, na internet hoje: abre, a PF, a PM, a Polícia Civil está promovendo uma ação policial no estado tal, na cidade tal. Isto deveria ser feito após o término da operação com um relato mais sucinto do que ocorreu.

**P: Percebe-se que os jornalistas têm acesso a gravações e divulgam e não se sabe se o jornalista pegou o trecho contextualizado...**

**R:** É difícil saber, porque esta é uma área de inteligência, são pessoas que saem e fazem a investigação de inteligência na cidade, como ocorreu em Juiz de Fora recentemente. Vários policiais estiveram em Juiz de Fora; na hora da operação, aqueles policiais não participam, outros é que vêm pra complementar. Fica um ou dois, ou o número necessário de policiais pra passar as coordenadas corretas pra que não haja falha na operação. O que está acontecendo hoje com a PF é que não se dá tiro. Antigamente se dava tiro, era a porrada que tinha que ser dada, porque a gente chegava sempre um pouco atrasado ou em cima da hora. Hoje, não. Hoje se chega antes porque tem como, através do serviço de inteligência, que são as interceptações telefônicas, são as investigações feitas ombro a ombro, em que o policial tem hoje condições de chegar, como chegou agora com o Dantas. Eles conseguiram gravar as reuniões em restaurantes. Tudo isso é possível de se fazer; se faz isso hoje para depois alguém complementar a operação com o serviço de campo, com a ação policial, que é prender e evitar que o crime continue a acontecer.

**P: E a restrição de uso de algema? Como você avalia isso?**

**R:** Isso aconteceu por causa do Daniel Dantas. Há um interesse por trás que não foi divulgado, que ninguém sabe. Por que o senhor Daniel Dantas ou o Cacciola não pode ser algemado? Fernandinho Beira-Mar pode, o preto pobre que é pego na rua pode ser algemado e ser mostrado na televisão e o rico não pode. Uma coisa que os ministros do STF esqueceram é que a algema não quer dizer desrespeito ao cidadão, é uma segurança para o preso e uma segurança para quem o está transportando. Hoje a aeronave é muito comum; se ele resolve aprontar dentro da aeronave, o risco de morte é muito grande. Nós somos um correlato do FBI nos Estados Unidos. Tenta-se fazer da PF um FBI só que não é feito porque os próprios políticos não querem que a PF haja nos mesmos moldes de lá. Já houve até estudos para isso, mas não se conseguiu chegar a tanto, porque não houve a permissão do Executivo para que isso acontecesse. Quando um grupo de policiais do FBI sai para buscar alguém, ele vai algemado pelo braço, pela perna e uma corrente passando pelo pescoço e prendendo ao pé, se ele tentar correr ele se enforca. No Brasil, não pode.

**P: Como funciona essa relação entre a PF e o FBI?**

**R:** O FBI tem instrutor no Brasil, que é um delegado de polícia da Secretaria de Segurança de São Paulo. É um dos principais instrutores do FBI. Então ele leva policiais, mais de SP, para fazer treinamento lá. E a PF já tentou e conseguiu colocar alguns policiais fazendo treinamento. A PF tem um Comando de Operações Táticas, o treinamento deles é o mesmo da SWAT. Não vou dizer que é o mesmo. Mas tenta-se fazer bem próximo do que é a SWAT.

**P: E os nomes das operações? Tem alguma interface com isso?**

**R:** Cria-se um nome dentro daquilo que é feito. Procura-se um nome parecido com a ação criminosa. Não é buscar um nome lá de fora, trazer, não. E mantém o sigilo. Porque poucas pessoas sabem o que está acontecendo. A PF tem os grupos que saem para investigar; nem mesmo os policiais daquela cidade ou daquele estado sabem que ali está tendo uma investigação feita por policiais de fora. Foi o que aconteceu em Juiz de Fora.

**P: Você acha que a cobertura atual mudou a imagem da PF para a sociedade?**

**R:** Mudou bastante. Dizem a PF hoje tem mais credibilidade. Não é bem assim. Credibilidade sempre houve, só que hoje o povo acredita um pouco mais na PF. Só que a credibilidade do povo vai até a necessidade dele. Quando o Bejani foi preso, ao meio dia, toda a Juiz de Fora era contra o Bejani. Às oito horas da noite, eles eram contra a PF.

**P: Não era uma minoria?**

**R:** A maioria de Juiz de Fora criticava a ação da PF. Quem fez o trabalho foram membros do governo. O Governo de Juiz de Fora lançou o que a gente chama de contra-informação.

**P: Qual é a missão da PF?**

**R:** A missão da PF é tentar conter as pessoas que se denominam donos do país. Isso é muito difícil porque o poder aquisitivo destas pessoas é muito alto. Eles têm o poder de compra, têm o poder de barganha e têm o poder de elegerem quem eles querem para mandar no país.

**P: Você se identifica com a imagem da PF hoje?**

**R:** Eu acho que eu fui o que se faz hoje na PF. O que contribuiu muito pra isso, em primeiro plano, foi que nós fizemos, num período de aproximadamente dez anos, uma limpeza interna. Nós trabalhamos em cima dos corruptos que eram policiais federais, não importava a função dele, se era delegado, se era agente, se era escrivão. A intenção era: vamos limpar a polícia, tirar a carne podre e colocar uma carne nova no lugar. Conseguimos isso. Primeiro passo foi em 1996 nós conseguimos colocar o cargo da PF em nível superior. Não é reconhecido monetariamente e financeiramente não ganhamos como nível superior, mas o cargo hoje é de nível superior. Então a gente já conseguiu isso. Então nós colocamos pessoas que se cometem crime, porque continuam cometendo (vamos dizer que chegue a 5% a 10% dos que entram), eles cometem crime sabendo que são criminosos e que estão fazendo a coisa errada. Antes era nível primário, depois ginásial, depois para 2º grau. Eu fiz para 2º grau, em 1980. Dentro da PF eu fiz o curso superior. Hoje as pessoas têm que entrar sendo de nível superior. Então entram sabendo como é o crime. Se vão cometer crime, vão continuar o crime que já cometiam aqui fora.

**P: Qual seria o diferencial da PF para as outras polícias?**

**R:** Difícil dizer, porque cada polícia é uma polícia. O que acontece hoje muito no país... A PM é ostensiva, tem que trabalhar para o povo. A Polícia Civil e a Polícia Federal fazem a investigação.

**P: Quais são os valores que considera mais fortes dentro da PF?**

**R:** A tentativa de ser honesta, porque não se pode dizer que existe 100% de honestidade. Não se consegue eliminar todos os desonestos de uma instituição.

**P: Quando se fala em PF, qual seria o símbolo que representaria a instituição?**

**R:** O símbolo hoje é a pessoa que trabalha e tem a vontade de ser 100% honesto. Porque você defende o símbolo, defende uma bandeira, defende o brasão, mas você não defende o homem que está do seu lado.

**P: Você acha que cobertura jornalística reflete bem a PF?**

**R:** Reflete... Até demais. E esse demais, esse reflexo a mais que ela dá, é a satisfação do ego de quem administra a PF.